

**AS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E AS ASSIMETRIAS SOCIOENÓMICAS
NO MEDITERRÂNEO.
IMPLICAÇÕES PARA AS MIGRAÇÕES
(1950-2050).**

Aniete Silva Costa Sanches

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
Área de Especialização em Globalização e Ambiente**

Janeiro, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na área da
Globalização e Ambiente, realizada sob a orientação científica da Professora Carla
Isabel Leão de Sá e Silva Coelho.

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

Lisboa, de de

Dedico este trabalho ao amor da minha vida, o meu marido Rui, companheiro de todas as horas, que contribuiu decisivamente para que essa dissertação fosse concluída, e ao meu filho Pedro, que deu um sentido especial à minha vida.

AGRADECIMENTOS

Embora uma tese seja, pela sua finalidade académica, um trabalho individual, há contributos de natureza diversa que não podem e nem devem deixar de ser realçados. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

À Professora Carla Isabel Leão de Sá e Silva Coelho, minha orientadora, pela competência científica e acompanhamento do trabalho, pela disponibilidade e generosidade reveladas ao longo deste trabalho, assim como pelas críticas, correcções e sugestões relevantes feitas durante a orientação e principalmente pela compreensão nos momentos difíceis durante este percurso.

À Professora Teresa Rodrigues, por me colocar o desafio de fazer a tese nesta área de conhecimento, pela competência científica e orientação dada, bem como pela disponibilidade e amizade então demonstradas.

Ao meu marido, pelo apoio incondicional, pela presença estímulo e ajuda sempre constante, que permitiu que eu vencesse mais esta etapa.

Em especial ao meu querido filho, que soube entender a ausência de sua mãe nos momentos das brincadeiras.

Aos meus pais, irmãos e especialmente ao meu padrasto/pai, pela coragem e ajuda, que sempre me deu.

Finalmente, agradeço a toda à minha família e amigos, a quem peço a compreensão pelos momentos de ausência.

E a todos quantos me apoiaram directa ou indirectamente e que ficaram por enumerar, o meu muito obrigado!

AS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E AS ASSIMETRIAS SOCIOENÓMICAS NO MEDITERRÂNEO. IMPLICAÇÕES PARA AS MIGRAÇÕES (1950-2050).

ANIETE SILVA COSTA SANCHES

RESUMO

A dissertação que se apresenta propõe-se estudar as migrações no espaço Euro-Mediterrânico, em especial a evolução e posição do Mediterrâneo no contexto das migrações, evidenciando as razões que conduzem ao maior fluxo migratório na direção sul-norte (Magreb-Europa).

Colocámos duas questões de partida que servirão de base para o nosso estudo: Quais as principais causas que levam ao maior fluxo migratório no sentido Sul-Norte do Mediterrâneo? Que fracturas socioeconómicas e demográficas existem entre as fachadas Norte e Sul do Mediterrâneo?

Para desenvolver o estudo proposto, a metodologia adotada fundamenta-se nos métodos de georreferenciação de dados dos principais aspetos de diferenciação económica, demográfica e cultural, existentes entre as margens norte e sul do Mediterrâneo.

Ao longo de seis capítulos 1) abordam-se os conceitos e teorias aplicados à escala do Mediterrâneo, 2) realiza-se um enquadramento histórico-geográfico da zona Mediterrânica expondo as suas características mais marcantes; 3) conhecer numa perspectiva integrada a realidade actual dessas populações, baseando-se em indicadores demográficos e socioeconómicas, identificando as assimetrias existentes entre as fachadas Norte e Sul do Mediterrâneo, com o objectivo de 4) estudar as

principais causas do maior fluxo migratório no sentido sul-norte; 5) analisa-se o sistema migratório, apresentando os fluxos migratórios mais relevantes; 6) estudam-se as políticas imigratórias implementadas no Mediterrâneo, delineando uma abordagem ao nível das tendências da Parceria Euro-Mediterrânica, realçando os vários projectos, os seus sucessos e retrocessos.

Conclui-se que as assimetrias entre as margens norte e sul do Mediterrâneo, nomeadamente o diferencial demográfico e os contextos económicos desiguais, são as principais causas da pressão migratória no sentido sul-norte. Esse fluxo migratório representa uma janela de oportunidade, uma vez que, abrandando a redução populacional nos países da margem norte e diminuindo a pressão sobre o mercado de trabalho nos países do sul. O fator demográfico assume grande importância geopolítica no Mediterrâneo, especialmente em termos de equilíbrio e ajustamento entre as margens.

PALAVRAS-CHAVE: Mediterrâneo, Migrações, Assimetrias, Demografia, Processo de Barcelona-União para o Mediterrâneo.

THE DEMOGRAPHIC DYNAMICS AND SOCIOECONOMIC ASYMMETRIES IN THE MEDITERRANEAN. IMPLICATIONS FOR MIGRATION (1950-2050).

ANIETE SILVA COSTA SANCHES

ABSTRACT

This dissertation consists in studying the migration in Euro-Mediterranean area, particularly the significant flux which encourages the interest in immigrating to the north.

We put two initial questions as a basis for our study: What are the main causes that lead to greater migration towards South-North Mediterranean? What socio-economic and demographic fractures exist between north and south facades of the Mediterranean?

To develop the proposed study, the methodology adopted is based on the methods of geo-referenced data of the main aspects of differentiation economic, demographic and cultural, between the northern and southern shores of the Mediterranean.

Throughout six chapters: 1) discuss the concepts and theories applied to Mediterranean scale; 2) historical-geography framework is made in the Mediterranean Zone exposing its most striking features; 3) understand from integrated perspective the current reality of these populations, based on demographic indicators and socioeconomic, identifying existing asymmetries between the north and south shores of the Mediterranean; 4) study the main causes of the largest migratory flow from south to north; 5) analyzes the immigration system, presented the most relevant migration flows; 6) study migration policies implemented in the Mediterranean, delineating an approach in terms trends of the Euro-Mediterranean Partnership.

We conclude that the asymmetries between the northern and southern shores of the Mediterranean, including the demographic differential and unequal economic contexts, are main causes of migration pressure from south to north. This migration flows represents a window of opportunity, because it increases the population growing in the north and decreases the pressure on the labor market in the South. The demographic factors have a great geopolitical importance in the Mediterranean, especially in terms of balance and adjustment between the margins.

KEYWORDS: Mediterranean, Migration, Asymmetries, Demography, Barcelona Process-Union for the Mediterranean.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - QUADRO ANALÍTICO	6
1.1 Problemática	6
1.2 Justificação do Tema	8
1.3 Objetivos	10
1.4 Organização da dissertação	11
1.5 Metodologia de investigação.....	13
CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO: O MEDITERRÂNEO	15
2.1 Enquadramento geográfico	15
2.2 Objeto de análise	15
CAPÍTULO III - ASSIMETRIAS NO MEDITERRÂNEO.....	18
3.1 Geográfica	19
3.2 Social e Cultural	19
3.3 Política.....	22
3.4 Económica.....	28
CAPÍTULO IV - CAUSAS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NO MEDITERRÂNEO: UM DESIQUILÍBRIO SOCIO-ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO ENTRE EUROPA E OS PAÍSES DO NORTE DE ÁFRICA E ÁSIA OCIDENTAL	35
4.1 Desigualdades regionais	35
4.2 Desequilíbrio Demográfico	48
CAPÍTULO V - FLUXOS MIGRATÓRIO NO MEDITERRÂNEO.....	60
5.1 Sistema Migratório	60
5.2 A História dos Fluxos Migratório	62
5.3 Fluxos Migratórios Intracontinentais.....	65
5.4 Fluxos Migratórios Intercontinentais.....	72
5.5 Migrações de trânsito no Mediterrâneo: Diversidade de Rotas	79
CAPÍTULO VI - AS POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS IMPLEMENTADAS NO MEDITERRÂNEO ...	86
6.1 A parceria Euro-Mediterrânica e o Processo de Barcelona – União para o Mediterrâneo: políticas migratórias e diálogo cooperativo.....	88

6.1.1 Tendências ao nível euro-mediterrânica	88
6.1.2 União para o Mediterrâneo	92
6.2 Gestão dos Fluxos Migratórios no Mediterrâneo.....	96
6.3 Desafios para a União Europeia: Segurança no Mediterrâneo	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
BIBLIOGRAFIA	106
LISTA DE FIGURAS.....	109
LISTA DE TABELAS	111
LISTA DE ANEXOS.....	I
Anexo A: Metodologia para a construção base de dados.	I
Anexo B: Localização Geográfica.	II
Anexo C: Assimetrias no Mediterrâneo	III
Anexo E: Fluxos Migratórios no Mediterrâneo.....	XI
Anexo D: Cenários de Demografia	V
Anexo F: Parcerias no Mediterrâneo	XV
Anexo G: Recomendações Políticas: etapas futuras do centro de migração	XVII
Anexo H: Dados estatísticos atuais.....	XIX

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACNUR	Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (em inglês UNHCR)
ACE	Administração Central de Estatísticas (em inglês CAS)
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CARIM	Consórcio de Pesquisa Aplicada sobre as Migrações Internacionais
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
EUA	Estados Unidos da América
EURODAC	Sistema informático europeu inovador de recolha de dados biométricos
EUROSTAT	Serviço de estatística da União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia
ICG	Índice de Competitividade Global
GINI	Medida do desvio da distribuição do rendimento (ou do consumo) entre indivíduos ou famílias internamente a um país a partir de uma distribuição perfeitamente igual.
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDG	Índice de Desigualdade de Género
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHAD	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
IEMED	Instituto Europeu do Mediterrâneo
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
ISF	Índice Sintético de Fecundidade
JAI	Justiça e Assuntos Internos
MEDA	Medidas de acompanhamento das reformas das estruturas económicas e sociais nos países terceiros da bacia mediterrânica
MEDSEC	Environment and Security issues in the Southern Mediterranean Region

MENA	Middle East and North Africa
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (em inglês OECD)
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PEM	Parceria Euro-Mediterrânica (em inglês EUROMED)
PEV	Política Europeia de Vizinhança
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (em inglês UNDP)
PTM	Países Terceiros Mediterrânicos
RABIT	Equipas de Intervenção Rápida nas Fronteiras
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SEM	Southern and Eastern Mediterranean
SIS	Sistema de Informação Schengen
SJU	Saint Joseph's University's
UMA	União do Magrebe Árabe
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População (em inglês UNFPA)
UPM	União para o Mediterrâneo
VIS	Sistema de Informação sobre Vistos

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação insere-se no âmbito do mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais, na área de especialização Globalização e Ambiente. Analisando os conteúdos temáticos preponderantes designadamente os conteúdos programáticos da área de especialização, focámo-nos nas questões relacionadas com as migrações e demografia, vistas no espaço geográfico do Mediterrâneo. Neste contexto achamos interessante localizar esta abordagem num pano de fundo da Globalização, onde o Mediterrâneo se releva como ator mundial influente.

O Mediterrâneo como zona de contacto entre três continentes (Europa-África-Ásia) apresenta o maior fluxo migratório do planeta (DUMONT, 2010). Neste âmbito suscitou-nos especial interesse estudar as razões que conduzem à pressão migratória no sentido sul-norte do Mediterrâneo e a identificação das assimetrias económicas e demográficas existentes entre as margens norte e sul. Assim, o principal objetivo deste trabalho consiste na análise das causas dos fluxos migratórios euro-mediterrânicos.

Em concreto partiremos das questões relacionadas com as fraturas socioeconómicas entre as margens norte e sul do Mediterrâneo, das alterações demográficas, especificamente as projeções de diferenciação demográfica entre as duas margens, e as consequentes necessidades de complementaridade que o problema acarreta, designadamente ao nível dos recursos humanos e económicos que tendencialmente serão cada vez mais necessários. Deste modo considerámos que o tema “Migrações no Mediterrânico” seria assuntos de grande relevância para a política da União Europeia (UE), dado que a migração tem vindo a ser vista como uma questão de política externa central para a estratégia de integração regional euro-mediterrânica. Durante os últimos quinze anos a região Euro-Mediterrânica tornou-se objeto de uma multiplicidade de processos políticos internacionais com objetivo de melhorar o diálogo e a reconciliação entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo¹.

¹ O diálogo estabelecido entre a UE e os países do Sul do Mediterrâneo tem sido uma das vertentes mais significativas no âmbito do relacionamento externo da UE. A Declaração Euro-Mediterrânica de Barcelona, assinada em 1995, estabeleceu a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) entre a UE e os Países Terceiros Mediterrânicos (PTM) – Argélia, Chipre, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Autoridade

Neste estudo consideramos indispensável o conhecimento da evolução e posição do Mediterrâneo no contexto das migrações. Em conformidade, colocámos duas questões de partida que servirão de suporte para o nosso estudo: Quais as principais causas que levam ao maior fluxo migratório no sentido Sul-Norte do Mediterrâneo? Que fraturas socioeconómicas e demográficas existem entre as fachadas Norte e Sul do Mediterrâneo?

Dentro da mesma problemática estas questões impeliram-nos, numa segunda fase, a um outro conjunto de questões mais específicas. Em relação à primeira questão, interrogámo-nos sobre: Como podemos classificar o sistema migratório neste espaço? Quais os fluxos migratórios mais relevantes? Em relação à essa questão procuramos saber: no que concerne as políticas imigratórias implementadas no Mediterrâneo, se a Parceria Euro-Mediterrânica foi estabelecida com o intuito de promover a cooperação regional para apoiar as migrações e o diálogo intercultural, baseado no respeito pelas assimetrias específicas de cada país, ou tem outras motivações? Qual o seu impacto nos países do Sul do Mediterrâneo?

Para estreitar o âmbito desta investigação vamos tentar responder à seguinte questão derivada na linha da segunda questão orientadora: Que assimetrias se identificam no Mediterrâneo e o porquê dos níveis de desenvolvimento desiguais? Com base nesta interrogação suscitou-nos, especial interesse estudar pormenorizadamente as assimetrias existentes entre as margens norte e sul do Mediterrâneo. Tentamos analisar numa perspectiva integrada a realidade passada e actual dessas populações, baseando-se em indicadores socioeconómicos e demográficos. Para a análise socioeconómica, para além do Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento Humano e índice de Gini, serão analisadas três novas medidas apresentadas no Relatório de Desenvolvimento Humano, que registam a desigualdade multidimensional, as disparidades de género e a privação extrema. Consiste no IDH Ajustado à Desigualdade, no Índice de Desigualdade de Género e no Índice de Pobreza Multidimensional. Estes indicadores analisam as inovações e as desigualdades ao nível regional, permitem os avanços na teoria de Desenvolvimento Humano e mais rigor nos dados estatísticos. Para destacarmos os fatores de ordem demográfica que explicam a diversidade regional, sublinhamos o

Palestiniana, Síria, Tunísia e Turquia. A Líbia e a Mauritânia, apesar de não fazerem parte integrante desta parceria, têm participado, nos últimos anos, como observadores (LUIS, 2005).

caráter decisivo que têm assumido os movimentos migratórios nas sub-regiões mediterrânicas e o estudo das alterações demográficas e migratórias desde 1950 até 2050.

Pretendemos desta forma dar o nosso contributo para o conhecimento desta realidade e fornecer informações pertinentes para o estudo das migrações mediterrânicas.

Para responder às questões colocadas iniciamos esta dissertação com um primeiro capítulo relativo ao enquadramento teórico e metodológico. Posteriormente surge um segundo capítulo que condiz com uma caracterização geral acerca do estudo de caso específico, iniciando com um enquadramento histórico-geográfico da zona Mediterrânica enunciando as suas características mais marcantes. Começamos em simultâneo a analisar um conjunto de conceitos-chave em torno dos quais nos iremos debruçar ao longo do presente estudo.

O terceiro capítulo surge com a intenção de identificar as assimetrias, utilizando cinco critérios que são os contextos naturais, a matriz histórica e política, o sistema cultural, o perfil sócio - demográfico e o nível desenvolvimento humano dos países, com a intenção de compreender melhor as razões que conduzem ao maior fluxo migratório na direção sul-norte dessa região. No quarto capítulo, optámos pela construção duma base de dados, que nos permitirá perceber as desigualdades regionais através do comportamento dos indicadores socioeconómico e compreender por outro lado o desequilíbrio demográfico entre a Europa e os países do sul do Mediterrâneo.

No penúltimo capítulo, centramos a nossa atenção na análise das dinâmicas demográficas de longo prazo entre 1950-2050. Posteriormente, classificamos o sistema migratório e identificamos os fluxos migratórios mais relevantes, as suas motivações e consequências bem como os possíveis cenários migratórios prospetivos.

No último capítulo abordamos as políticas imigratórias implementadas no Mediterrâneo, nos domínios relevantes para a estratégia do Processo de Barcelona - União para o Mediterrâneo: compreendido no período temporal entre 1995 e 2010, com especial enfoque para a implantação e estabelecimento de uma parceria global Euro-Mediterrânica.

Na conclusão expomos as ilações da investigação realizada.

Em termos metodológicos este estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, do tipo não experimental e de desenho descritivo, assumindo uma abordagem quantitativa na parte da análise dos dados socioeconómicos fornecidos pelos organismos conceituados. Para desenvolver o estudo proposto, baseámo-nos no método de georreferenciação de dados dos principais aspetos de disparidade/clivagem económica, demográfica, cultural, políticos e outros existentes entre as margens norte e sul do Mediterrâneo.

A quando da revisão das referências e consulta de dados, observamos que a informação relativa a caracterização do perfil sociodemográfico e migratório dos Estados do Sul do Mediterrâneo estava atualizada para a maioria dos países, disponíveis no site de Consórcio de Pesquisa Aplicada sobre as Migrações Internacionais (CARIM). Como limitações ao nosso estudo, destacamos, o facto de as informações e os dados estatísticos não estarem atualizados para todos os Estados banhados pelo Mar Mediterrâneo. Devido a esta lacuna não foi possível medir com precisão os fluxos migratórios de todos os países, por outro lado, devido particularmente, às várias razões de estatísticas legais.

Conclui-se que, a mobilidade clandestina dos indivíduos é motivada principalmente pelo diferencial demográfico e pelo desigual nível de desenvolvimento existente entre as margens norte e sul do Mediterrâneo, por conseguinte, a pressão migratória no espaço mediterrânico continuará a aumentar, nomeadamente no sentido (Magrebe-Europa). Também o agudizar das tensões políticas e sociais, de realçar a recente primavera Árabe têm fomentado o intensificar do volume de imigrantes ilegais no sentido Sul-Norte e também Sul-Sul.

Esse fluxo migratório massivo no sentido sul-norte do Mediterrâneo, do ponto de vista positivo, garante dinamismo demográfico. Nos países da margem norte, rejuvenesce a população em geral e a população activa em particular, como também, contribui para afrouxar o aumento da população residente nos países do sul do Mediterrâneo e reduz a pressão sobre o mercado de trabalho nesses países, que não dispõem de recursos necessários para enfrentar o ritmo acelerado do crescimento demográfico e nem competências infraestruturais suficientes para responder às exigências do mercado.

Sendo o Mediterrâneo uma zona de grande interesse geoestratégica para a Europa, a consolidação da paz e da estabilidade na região implicará uma série de desafios, que devem ser uma das principais prioridades do Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo, nomeadamente a promoção de reformas económicas visando assegurar um crescimento sustentado e a melhoria dos níveis de vida, de forma colmatar as desigualdades regionais, reduzir a violência e atenuar as pressões migratórias ilegais no sentido sul-norte.

CAPÍTULO I - QUADRO ANALÍTICO

1.1 Problemática

Por questões de método, colocamos antes de mais uma questão fundamental. O que é, o Mediterrâneo²?

O Mediterrâneo de acordo com LACOSTE (2008) é quase mundialmente conhecido como conjunto geopolítico e, além disso, “ (...) *é o único grande conjunto geopolítico a ser designado pelo nome de uma extensão marítima (...)*”.

O mesmo autor salienta que é necessário distinguir o mar Mediterrâneo, a extensão marítima com as suas costas de traçado mais ou menos complexo, e aquilo a que normalmente na comunicação social, bem como nas reflexões geopolíticas, se chama o Mediterrâneo, ou seja, o conjunto dos países ou de Estados, que existem em redor do mar Mediterrâneo.

Para LACOSTE (2008) quando foram desenhados os primeiros mapas, apresentavam apenas o Mar, a extensão marítima entre a Europa, a Ásia e “(...) *aquilo a que então ainda não se chamava África, mas a Líbia (...)*”. Mais tarde chamaram-lhe, mar Mediterrâneo, o mar que está no meio das terras, devido não só, à sua situação entre extensões continentais, mas também, devido aos interesses geoestratégico de que era alvo. Contudo em meados do século XVI (1534), o adjetivo – mar Mediterrâneo, rapidamente se transformou num nome próprio – o Mediterrâneo. Assim, o Mediterrâneo, que inicialmente só era conhecido por marinheiros, comerciantes, diplomatas e governantes, tornou-se familiar para Europeus graças a geografia escolar e a comunicação social.

Em termos geoestratégicos o Mediterrâneo é espaço de contacto entre os eixos Norte-Sul e Este-Oeste, que ligam Europa do Sul, Ásia Ocidental e Norte de África, elo de ligação entre Atlântico, Índico e Mar Negro, confluência de religiões, rota para parte substantiva do comércio mundial e do tráfego petrolífero. A este ecossistema rico em desigualdades de desenvolvimento e assimetrias demográficas, juntam-se fatores de

² Segundo DUMONT (2010) são possíveis inúmeras definições, de acordo com os critérios selecionados. Neste estudo optámos por definições de vários autores.

instabilidade a nível interno e internacional, de origem religiosa e identitária, acrescido pela incapacidade de se controlarem os fluxos migratórios, tidos como fatores de grande risco e insegurança (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

“O Mediterrâneo, para a História é, simultaneamente, uma multiplicidade una e uma unidade múltipla; um universo constituído por mil e um universos; um ponto de confluências de ideias, de homens, de religiões, de barcos, em suma, de várias civilizações. Um espaço diverso onde o relevo, como fator de divisão, recorta várias pátrias diferentes entre si (...)” (BRAUDEL, 1966) citado por (LUIZ, 2005).

O conceito de (BRAUDEL, 1966) *“O Mediterrâneo é um mar entre terras (...)”*, é sugerido na sua obra, cuja ideia central se baseia na análise de um conjunto geográfico articulado por espaços continentais, penínsulas e ilhas que medeiam a terra e o mar desenvolvendo-se um conjunto de ligações e relações que se declinam em lógicas tanto de complementaridade como de confronto.

Portanto, poderíamos dizer que mais do que pensar o território, (BRAUDEL, 1966) relevava o espaço como lugar de relações: de trocas, de interesses, de conflitos, de contrastes, mas também de complementaridades e, sobretudo, definido num nível transdisciplinar compreendendo Geografia, História, Política e Economia.

Outros autores procuraram também definir o Mediterrâneo. Para HUNTINGTON (2001), o conjunto geopolítico do Mediterrâneo, com interseções com o conjunto Europa e o conjunto muçulmano, é desde há séculos, como se costuma dizer, a zona de contacto e de conflitos entre o mundo cristão e o mundo muçulmano, uma zona de contacto conflituosa, entre certos pontos de duas grandes áreas de civilizações.

O Mediterrâneo trata-se assim de um conjunto tanto geopolítico como geoestratégico complexo, e o seu nome é hoje conhecido para além das suas costas, por razões turísticas e históricas (o império romano no início do cristianismo) e geopolíticas, por causa da sua importância estratégica de estreitos famosos, como Gibraltar e o Bósforo ou o do canal de Suez (LACOSTE, 2008).

Pelo que apurámos, parece existir consenso no que diz respeito às várias abordagens e formas de caracterizar a região do Mediterrâneo, podendo estas ideias serem exemplificadas ao longo do trabalho através de ideias inspirados em vários

autores³. Enquanto todos consideram a importância de vários critérios e recorrem à Geografia, a História, a Economia, a Política e a Geopolítica para perceber o jogo geopolítico ou geoeconómico passado e atual do Mediterrâneo, concedendo-nos uma visão equilibrada, uma vez que valorizam a interação de vários fatores, HUNTINGTON (2001) considera apenas questões religiosas, escolhendo o termo “*Choque de Civilizações*” para se referir, no plano mundial, às religiões e aos seus conflitos, sobretudo aos conflitos entre o mundo muçulmano e o mundo cristão, ao redor do Mediterrâneo.

Perceber até que ponto esta teoria faz sentido quando aplicada ao espaço do Mediterrâneo será uma das questões que iremos procurar abordar de forma sucinta, começando por apresentar um conjunto de aspetos relevantes que presidem à Teoria, referindo algumas das críticas de que foi alvo, para finalmente chamarmos a atenção para o esforço de união que tem vindo a ser desenvolvido entre os Estados Ocidentais e os do Sul do Mediterrâneo desde 1995 no âmbito do Processo de Barcelona para um contacto profícuo, entre diferentes culturas, como sugere LACOSTE (2008).

1.2 Justificação do Tema

“O Mediterrâneo, de certa forma, é para qualquer cidadão um excelente campo de treino para o pensamento geopolítico em geral, porque o seu estudo obriga a levar em conta a localização de grande diversidade de legados históricos e a combinar relações de força de envergaduras muito diferentes, desde os conflitos locais até às rivalidades planetárias, quando muito, hoje em dia, por causa do petróleo”(LACOSTE, 2008).

O autor diz que no Mediterrâneo as rivalidades de poderes sobre territórios não ocorrem apenas entre Estados vizinhos, mas também, entre os que se encontram frente a frente, com um mar pelo meio, como foi o caso da rivalidade entre a França e os Estados do Magrebe. Tudo isto constitui aquilo a que podemos chamar fenómeno mediterrânico, que pode ser definido pela multiplicidade das interações diretas por via marítima entre numerosos países situados em redor de uma mesma extensão marítima em que os estreitos e as passagens entre dois oceanos facilitam intervenções navais vindas de outras partes do mundo.

³ (BRAUDEL, 1966, DUMONT, 2010, FARGUES, 2008, HUNTINGTON, 2001, LACOSTE, 2008, RIBEIRO, 1986, RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

O conceito “Mediterrâneo” deixou, de ser uma classificação regional para assumir foros de paradigma universal e ser considerado mundialmente como um modelo. De acordo com LACOSTE (2008), a tal que por alusão a este modelo, fala-se hoje correntemente de um “*Mediterrâneo americano*” e até de um “*Mediterrâneo asiático*” para designar conjuntos marítimos da mesma ordem de grandeza (4000 km de comprimento), cada um deles rodeado por vários Estados daí ser suscetível aplicar-se, nomeadamente ao espaço asiático⁴ e americano⁵(LACOSTE, 2008).

A colocação deste ponto fez-nos optar pelo título e/ou tema em questão, o que, não deixa de ser uma proposta interessante para organizar um espaço, tentando-se obter uma visão de conjunto de duas margens ou duas fachadas talvez seja, um princípio a partir do qual se podem analisar espaços que apesar de divergentes entre si, podem também, complementar-se.

Da breve análise analógica entre os “três mediterrâneos”, observamos que tanto o Mediterrâneo “clássico” como o mediterrâneo americano e asiático têm em comum muitos desafios, são regiões de grandes complexidades, diversidades humanas, problemas ambientais, grandes assimetrias a nível político, económico, social, e demográfico onde fatores como a proximidade geográfica favorecem os fluxos massivos no sentido Sul-Norte. Também a vizinhança entre os países faz com que eles enfrentem alguns problemas em comum, isto é, o problema de um, inevitavelmente se alastre e afete os outros, exatamente como acontece no “*verdadeiro mediterrâneo*” de acordo com LACOSTE (2008).

Contudo, vale a pena salientar, que cada um destes dois Mediterrâneos, não se encontram situados entre continentes, mas ao longo do oceano, e estão rodeados de um número mais pequeno de Estados do que o Mediterrâneo “tradicional”⁶- o designado pelos romanos como “Mare Nostrum”. Ou seja, este Mediterrâneo, a que poderíamos chamar euro-árabe ou, euro-muçulmano (para incluir a Turquia), é, na verdade, muito

⁴ O Mediterrâneo Asiático é o denominado “mar Sul da China”, entre a China, a Indochina e os grandes arquipélagos do Sudeste Asiático.

⁵ O “Mediterrâneo Americano” é toda a região que abrange o espaço circundante do continente americano e as ilhas das Caraíbas, razão pela qual é chamado de mediterrâneo. Formado pelo golfo do México e o mar da Antilhas (entre a América Central, e o arquipélago das Antilhas, a América do Norte e a América do Sul).

⁶ Idem

mais complexo e conflituoso do que os outros dois (Asiático e Americano) uma vez que banha três continentes com Estados de várias dimensões.

Daí optarmos pelo estudo de caso realçado e acharmos relevante a análise das dinâmicas migratórias na região Euro-Mediterrânica, sabendo que o Mediterrâneo apresenta o maior fluxo migratório do planeta (DUMONT, 2010).

O nosso estudo de caso – o Mediterrâneo - forma também um “*grande conjunto geopolítico particular*”, devido não só a extensão marítima que separa os países, mas também por causa das suas características, como das suas inter-relações e conflitos, sobretudo por causa das enormes assimetrias que opõem aquilo a que podemos chamar “*o Norte e o Sul dos seus limites terrestres*”, as suas fachadas são muito diferentes, uma vez que a norte está Europa e, hoje, a União Europeia, e a sul está África, o mundo árabe e, de forma mais lata, o mundo muçulmano, onde persistem as rivalidades territoriais, políticas e ideológicas que continua a apresentar um desafio para toda a região (LACOSTE, 2008).

Desta forma, pretendemos apresentar uma abordagem geral sobre o Mediterrâneo que proporciona um melhor entendimento das temáticas atuais do mundo globalizado.

1.3 Objetivos

Um dos objetivos lançados neste trabalho é a análise das causas que conduzem ao maior fluxo migratório no sentido sul-norte do Mediterrâneo, neste âmbito suscitou-nos, especial interesse estudar pormenorizadamente as assimetrias socioeconómicas e demográficas existentes entre as margens norte e sul, com base em dados estatísticos, num período de análise que vai desde 1950 até 2050.

Assim sendo, as perguntas de partida são as seguintes: Como evolui a posição do Mediterrâneo no contexto das Migrações?

Que fraturas socioeconómicas e demográficas existem entre as fachadas Norte e Sul do Mediterrâneo?

Para estreitar o âmbito desta investigação vamos tentar responder às seguintes questões derivadas:

Que assimetrias se identificam no Mediterrâneo e o porquê dos níveis de desenvolvimento tão distintos?

Quais são as principais causas do maior fluxo migratório no sentido Sul-Norte do Mediterrâneo? Como podemos classificar o sistema migratório neste espaço? Quais os fluxos migratórios mais relevantes?

Será que a Parceria Euro-Mediterrânica foi estabelecida com o intuito de promover a cooperação regional para apoiar as migrações e o diálogo intercultural, baseado no respeito pelas assimetrias específicas de cada país? Ou têm outras motivações? E qual o seu impacto nos países do Sul do Mediterrâneo?

1.4 Organização da dissertação

Relativamente à delimitação do problema, decidimos dividir a dissertação em seis partes de forma a obtermos o melhor tratamento da questão.

A primeira parte corresponde ao quadro analítico do trabalho. A segunda parte condiz com uma caracterização geral acerca do estudo de caso específico, iniciando com um enquadramento histórico-geográfico da zona Mediterrânica enunciando as suas características mais marcantes. Começamos em simultâneo a analisar um conjunto de conceitos-chave em torno dos quais nos iremos debruçar ao longo do presente estudo.

Na parte seguinte, optamos por analisar e comparar as assimetrias identificadas, utilizando cinco critérios que são: contextos naturais, matriz histórica - política, sistema cultural, perfil sócio - demográfico e nível desenvolvimento humano dos países, com o objetivo de melhor compreender os fluxos migratórios massivos na direção sul-norte e as suas principais causas nesta região.

Na identificação das variáveis, descritores e indicadores a ponderar, realçamos como variáveis de relevo a população e os indicadores de desenvolvimento humano, evidenciando o IDH.

De seguida, optámos pela construção duma base de dados, que nos permitirá compreender melhor, o comportamento dos indicadores socioeconómico dos países em análise, os níveis de desenvolvimento humano e as condições de vida das populações.

Na penúltima parte, centramos a nossa atenção na análise das dinâmicas demográficas de longo prazo entre 1950 e 2050. Depois classificamos o sistema migratório e identificamos os fluxos migratórios mais relevantes, as suas motivações e consequências, observamos também os possíveis cenários migratórios prospetivos 2010-2050, e comentamos os desafios que se colocam em termos migratórios ao futuro da região mediterrânica e da parceria Euro-Mediterrânica. Sugerimos o estudo das políticas migratórias, nos domínios relevantes para a estratégia do Processo de Barcelona - União para o Mediterrâneo: compreendido no período temporal entre 1995 e 2010 com especial enfoque para a implantação e estabelecimento de uma parceria global Euro-Mediterrânica. Inevitavelmente, a investigação passará por um estudo dos interesses e objetivos geopolíticos que levam a aproximação dos países, tentando perceber, igualmente, se a criação de corporações como o processo de Barcelona - União para o Mediterrâneo, criado em torno de três componentes - política, económica e social – pode ser traduzido como um projeto de parceria através do qual se pretende estabelecer um novo quadro de relações e intensificar a parceria entre a UE e os seus vizinhos mediterrânicos.

Por fim, será relevante em determinado nível da investigação comparar as afinidades que se pode estabelecer entre o conjunto geopolítico do Mediterrâneo e por outro lado as assimetrias entre os países, a fim de perceber se os objetivos a despoletar o processo de integração e fenómenos que levam à elaboração de uma declaração conjunta como (o processo de Barcelona - União para o Mediterrâneo), são semelhantes, ou se pelo contrário, são total ou parcialmente diferentes e têm fins distintos. Isto é, saber até que ponto à estratégia comum a nível regional, de realçar por exemplo a “União do Mediterrâneo” que à semelhança do Processo de Barcelona, procura promover o crescimento económico, a paz e a estabilidade entre os Estados-membros.

Na conclusão expomos as ilações da investigação realizada, salientando qual deverá ser a atuação e intervenção da União Europeia nas suas futuras relações Euro-Mediterrânicas.

1.5 Metodologia de investigação

Na elaboração desta dissertação optou-se pelo recurso à metodologia qualitativa, do tipo não experimental e de desenho descritivo, assumindo uma abordagem quantitativa no que se relaciona com o estudo dos dados fornecidos pelas diferentes fontes.

Numa primeira fase procedeu-se a revisão bibliográfica e documental sobre o tema em estudo. De seguida analisou-se a documentação institucional e científica disponível em que os principais procedimentos se apoiaram na pesquisa bibliográfica, posto que a investigação exige uma revisão bibliográfica rigorosa para a sustentação do objeto pesquisado. Posteriormente sucedeu-se a consulta dos relatórios das reuniões ministeriais da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) e a análise dos *papers* coorganizado pelo Programa Mediterrânico do Robert Schumann do *Centre for Advanced Studies*⁷, pelo Grupo de Estudos Euro-Med-Atlântico⁸, e do *European Institute of the Mediterranean*⁹.

Para a construção da base empírica desta investigação, a tipologia das fontes constituiu-se principalmente de fontes secundárias impressas e a reflexão sobre os artigos de opinião de especialistas na área, e os discursos e notícias ligados à evolução das Parcerias Euro-Mediterrânica. Também recorreremos à pesquisa eletrónica nos sites das instituições como as Nações Unidas que através dos relatórios anuais acompanham os indicadores regionais como Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre outros mencionados no trabalho. Trata-se também, de uma investigação de cariz essencialmente analítico que será desenvolvida através de um modelo compreensivo/explicativo que torne possível a identificação e explicação dos fatores que conduziram a essa dinâmica migratória.

Para a construção da base de dados (Figura 27 do Anexo A) foi indispensável o recurso à metodologia quantitativa feita com base em dados estatísticos trabalhados por organismos conceituados como Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁰, Consórcio Euro-

⁷ O Centro Robert Schuman de Estudos Avançados (RSCAS) é dedicado à investigação comparativa inter disciplinar, sobre as principais questões políticas do processo de integração europeia. Disponível em <http://www.eui.eu/DepartmentsAndCentres/RobertSchumanCentre/Index.aspx> (20.05.2012)

⁸ O Grupo de Estudos Euro-Med-Atlântico (GEEMA) A atividade do GEEMA centra-se sobre três programas temáticos de investigação: Sociopolítica, Segurança e Energia; Globalização, Economia, *Networking* empresarial, Empreendedorismo e Desenvolvimento Sustentado, Sociedade Civil e Dinâmicas Interculturais. Disponível em <http://www.geema.org/index.htm?no=1010001> (20.05.2012).

⁹ European Institute of the Mediterranean (IEMED). Disponível em <http://www.iemed.org> (20-05-2012).

¹⁰ Relatórios de Desenvolvimento Humano. Disponível em <http://hdr.undp.org/> (20-05-2012).

Mediterrânica de Pesquisa Aplicada sobre as Migrações Internacionais (CARIM)¹¹, GEEMA e IEMED. Para tal, o tratamento de dados foi realizado através de estatística descritiva utilizando o programa Excel.

Neste trabalho procede-se à georreferenciação de dados com recurso ao (software ArcGIS 9) para visualização do enquadramento geográfico e melhor perceção dos principais aspetos de diferenciação/clivagem económica, demográfica e cultural, existentes entre as margens norte e sul do Mediterrâneo. A georreferenciação de dados torna-se pertinente quando se quer comparar um grande número de casos, quando se pretende visualizar relações que um gráfico dificilmente mostraria e sempre quando se quer transmitir algo através da comunicação visual.

Em síntese, a metodologia seguida desenvolveu-se em quatro momentos encadeados entre si (Figura 1): pesquisa bibliográfica; levantamento de estudos de caso e identificação das assimetrias; construção da base de dados; análise das tendências demográficas e dinâmicas migratórias.

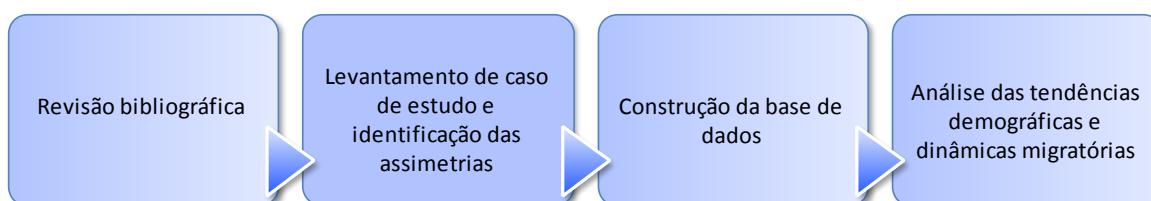


Figura 1: Metodologia adotada no estudo.

Fonte: Elaboração Própria.

¹¹O Consórcio Euro-Mediterrânica de Pesquisa Aplicada sobre as Migrações Internacionais (CARIM), foi criado a fim de implementar o projeto de migração Euro-Med. É composto por uma unidade de coordenação estabelecido no Centro de Robert Schuman- Estudos Avançados do Instituto Universitário Europeu (Florença), e uma rede de 30 correspondentes científicos baseados nos países parceiros mediterrânicos. Os peritos externos do norte e do sul também contribuem para suas atividades. A CARIM realiza as seguintes atividades: Base de dados sobre migrações no Mediterrâneo; Estudos e pesquisas; e Formação. Disponível em: www.carim.org/.../CARIM-AR2007_Part1.pdf (20-05-2012)

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO: O MEDITERRÂNEO

2.1 Enquadramento geográfico

“Entre a Europa recortada e a África maciça, o Mediterrâneo aparece como um dos traços mais antigos e permanentes da fisionomia do Globo” (RIBEIRO, 1986).

O espaço Mediterrâneo, conforme a Figura 2 demonstra, é a área banhada pelo mar mediterrâneo que engloba a Europa Meridional, a Ásia Ocidental e a África Setentrional, com aproximadamente 2,5 milhões de km². É considerado o maior mar continental do mundo.



Figura 2: Espaço Mediterrâneo.

Fonte: Elaboração própria¹² adaptado de: <http://www.worldatlas.com/aatlas/infopage/medsea.htm>.

2.2 Objeto de análise

A análise que pretendemos efetuar incide nos 21 Estados independentes, cujos litorais confluem para o Mediterrâneo, seguindo a ótica da autora RODRIGUES (2009) ver (Figura 28 do Anexo B). Neste estudo vamos, em partes, acrescentar Portugal, que apesar de não se tratar exatamente de um país costeiro do Mediterrâneo consideramo-lo por

¹² Metodologia utilizada na elaboração da figura e restantes do capítulo III – designa-se de georreferenciação de dados com recurso ao (software ArcGIS 9). Em anexo C temos exemplos de figuras que baseamos para elaborar estes.

questões de afinidade e tendo em conta que do ponto de vista geopolítico, desempenhou um papel importante no destino do Mediterrâneo (LACOSTE, 2008)¹³.

Assim, os países da nossa amostra constituem os territórios limítrofes do mar Mediterrâneo, um total de 22 estados, 12 países são europeus (Portugal, Espanha, França, Itália, Malta, Eslovénia, Croácia, Bósnia Herzegovina, Albânia, Grécia, Mónaco e Montenegro), 4 africanos (Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos) e 4 ocidentais (Síria, Líbano, Israel e Chipre) e 2 pluricontinentais (Turquia e Egito). Para todos os efeitos, neste estudo o Egito aparece incluída ou referenciada nos países do Norte de África e a Turquia nos países da Ásia Ocidental¹⁴ como podemos observar na Figura 3.



Figura 3: Divisão do Mediterrâneo.

Fonte: Elaboração própria.

¹³ Na ótica do autor, o Mediterrâneo pode ser considerado um espaço mais alargado que inclui: Portugal, Jordânia e o Médio Oriente, sobretudo para se compreender o jogo geopolítico atual. Podia parecer paradoxal iniciar em Portugal a sua análise geopolítica sobre o Estados do Norte do Mediterrâneo, tendo em conta que desde há séculos que este país se voltou para o Atlântico e as suas costas não são, evidentemente, mediterrânicas, mas temos de começar a levar em conta Portugal, que, do ponto de vista geopolítico, desempenhou um papel importante no destino do Mediterrâneo e até do mundo. Por isso, é igualmente interessante, a oeste, levar em conta Portugal, ainda que não se trata exatamente de um país costeiro do Mediterrâneo. Ou seja, incluiu-se Portugal, embora esteja fora da área em análise estatístico quanto aos fluxos migratórios.

¹⁴ Na análise dos países vamos seguir a visão da autora Teresa Rodrigues que nos dois trabalhos monográficos sobre o Mediterrâneo considera os 21 estados independentes (RODRIGUES, 2009, RODRIGUES e FERREIRA, 2011). Contudo, ao longo do nosso estudo vamos citar várias vezes a obra do autor LACOSTE (2008) “A Geopolítica do Mediterrâneo”. Apesar do autor considerar um número de estados mais abrangente (25 países) e optar por uma divisão complexa e extremamente interessante do ponto de vista geopolítico, não seguimos a mesma divisão uma vez que o autor inclui um subconjunto geopolítico extremamente complexo, que são, os países do Médio Oriente.

Designado pelos romanos como “Mare Nostrum”, “(...) o mar Mediterrâneo que ao longo dos séculos foi jogando o papel ora de fosso separador, ora de ponte de ligação entre as suas margens Norte e Sul (...)” ganha neste início de milénio valor estratégico a nível mundial, face às novas dinâmicas de equilíbrio demográfico e redistribuição de poder geográfico, económico e financeiro (RODRIGUES, 2009). Daí ser considerado por DUMONT (2010) o espaço de maior fluxo migratório do mundo.

Para responder as questões acima expostas, começamos por definir alguns conceitos, que servirão de base ao longo do trabalho, caracterizar e localizar a região, e identificar as assimetrias introduzindo os cinco critérios que poderão ajudar a validar, ou não, essas questões para aquele espaço.

Os aproximadamente 470 milhões de habitantes na região no ano de 2010¹⁵ distribuem-se por países de grande, média e pequena dimensão. Os grandes Estados em termos demográficos são o Egito (17%), a Turquia (15%), a Itália e a França (com cerca de 13%), correspondendo no seu conjunto a 60% do total de efetivos humanos na região. Países com médias dimensões (4 a 9%) surgem entre outros a Espanha, o Marrocos, a Argélia a Síria e com dimensões pequenas o Mónaco com cerca de (0,1%) (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Estas três regiões defrontam grandes desafios que passam pela composição étnica dos residentes, posse de recursos naturais (LEAL, 2009), características económicas distintas, política interna e externa desiguais, terrorismo, migrações, etc. Essas diferenças têm representado o mediterrâneo como zona de grande risco, nomeadamente de ordem económica, identitária e de segurança (RODRIGUES, 2009).

Em 2011, a diversidade entre as margens norte e sul do Mediterrâneo está patente no nível de desenvolvimento económico e social das diferentes unidades políticas. Na análise das assimetrias, vamos realçar as disparidades de desenvolvimento e as desigualdades internas, bem como o diferencial demográfico entre as duas margens, para melhor perceber alguns aspetos ligados às dinâmicas migratórias com maior fluxo no sentido Sul-Norte.

¹⁵ Aqui referimos aos dados da autora Rodrigues (2011) da tabela 4 do anexo D. Em anexo H tabela 22 encontram-se os dados demográficos de 2011, aqui referimos a tabela da autora Rodrigues (2009).

CAPÍTULO III - ASSIMETRIAS NO MEDITERRÂNEO

“O Mediterrâneo pode tornar-se numa simbiose de culturas e lugar de mestiçagem cultural no respeito pelas especificidades, porque é demasiado estreito para as separar e demasiado amplo para as confundir (...)” (Bichara Khader) citado por (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Este capítulo surge com a intenção de dar resposta à primeira questão orientadora, que consiste em avaliar a evolução e a posição do Mediterrâneo no contexto das Migrações Euro-Mediterrânicas. Visa também dar resposta às questões específicas: Que fraturas socioeconómicas e demográficas existem entre as fachadas Norte e Sul do Mediterrâneo? Que assimetrias se identificam no Mediterrâneo e o porquê dos níveis de desenvolvimento tão distintos? Será que podemos aplicar o modelo Norte/Sul à escala do Mediterrâneo?

O capítulo inicia-se com duas reflexões sobre o tema e desenvolverá através duma revisão bibliográfica rigorosa com recurso a metodologia de georreferenciação de dados que ilustrará de forma exaustiva as fraturas socioeconómicas no Mediterrâneo bem como ajudará a responder as questões acima expostas.

As questões anteriores permitem-nos falar de *“um Mediterrâneo estruturado em duas margens”*. Numa primeira leitura quantitativa tendo em conta o total de Estados envolvidos e numa segunda leitura qualitativa tendo em conta os indicadores gerais de ordem socioenómica que serão selecionados na identificação das assimetrias.

Partimos do princípio que, o Mar Mediterrâneo constitui o denominador comum para os países instalados nas suas periferias e apesar de à primeira vista a sua presença poder contribuir para uma imagem de coerência, na verdade, observando com mais cautela, verifica-se que são inúmeras as assimetrias averiguadas.

Brevemente, as disparidades que nos pareceram ser mais evidentes surgem a nível da Geografia, Demografia, Cultura, História, Política, Geopolítica e claro a nível da Economia (Figura 4), e assim procuremos fazer uma análise mais precisa destas áreas.



Figura 4: Assimetrias no Mediterrâneo.

Fonte: Elaboração própria.

3.1 Geográfica

No que diz respeito ao fator **natureza**, entre a fachada norte e a fachada sul, existem grandes contrastes litorais. A fachada europeia é formada por três grandes penínsulas montanhosas: Ibérica, Itálica, Balcânica ou Helénica e Anatólia, que tornam esta costa bastante recortada, assim como várias ilhas, enquanto, a fachada africana apresenta planaltos maciços e áridos e a oeste está separada do Sahara pelas cadeias montanhosas do Magrebe. Apresenta também contrastes de clima, em ambos os casos, costas pluviosas no Norte, sem seca no verão; costas no sul com Verões quentes e secos e vastos planaltos semiáridos coroados por cadeias de montanhas (LACOSTE, 2008) .

3.2 Social e Cultural

Uma das assimetrias que se destaca no espaço do Mediterrâneo é a que se regista ao nível do perfil **demográfico**. O Mediterrâneo separa os dois regimes demográficos mais opostos do planeta, conseguindo a demografia ser considerado como um importante fator de diferenciação entre as duas margens ver (Figura 29, Figura 30, Figura 31 e Figura 32 do Anexo C).

Durante os últimos 50 anos, as margens Sul e Oriental assinalaram um crescimento demográfico exponencial, característica dos “países subdesenvolvidos”,

enquanto na fachada norte, os países europeus apresentam uma fraca progressão desde há meio século e até um declínio demográfico (LACOSTE, 2008) .

A demografia pode ser considerada um indicador de divergência e distanciamento entre as duas margens do Mediterrâneo, um fator que remete para a existência de realidades bastante diferentes. Essa situação estará relacionada com as várias fases da transição demográfica¹⁶ originando dinâmicas diversas em relação à população, coexistindo zonas com processos de transição já terminados, como no caso europeu (sendo o crescimento muito fraco e prevendo-se para 2025 a sua estagnação), com zonas em que a transição é mais lenta como, por exemplo, os países da região do Magrebe que se encontram, nas fases intermédias da transição demográfica, com fecundidade alta e um declínio na mortalidade, graças aos progressos na medicina. Os países do sul do Mediterrâneo encaram uma situação de “pressão demográfica”, com uma estrutura etária muito jovem em que as diferenças de nível e modo de vida das sociedades levam os jovens da fachada sul e oriental do Mediterrâneo a emigrarem para a Europa à procura de melhores condições de vida.

Em termos **culturais**, regista-se uma grande diversidade religiosa e linguística e é evidente que, entre os Estados que se situam a norte do Mediterrâneo e os que se encontram a sul, o contraste relativo aos fenómenos humanos é muito grande.

Seguindo a análise do mesmo autor, os países da fachada norte, quanto aos fenómenos religiosos manifestam-se de forma discreta já que se trata de sociedades relativamente laicas. A oeste, de Portugal e Espanha até a Croácia, são de cultura católica (Figura 33 e Figura 34 do Anexo C), mas, mais a Leste, nos países balcânicos são católicos, ortodoxos e muçulmanos tendo relações geopolíticas antagónicas (Figura 5). A esta diversidade religiosa junta-se a diversidade linguística.

¹⁶ De acordo com o Modelo de Transição Demográfica (teoria explicativa da dinâmica populacional) são identificadas 4 grandes fases (podem variar de acordo com os países): 1ª fase/pré transição, registam-se valores elevados de natalidade e mortalidade; 2ª fase a natalidade não varia muito e a mortalidade inicia um processo de declínio; 3ª fase, a mortalidade continua a declinar e a natalidade anuncia uma tendência de recuo; 4ª fase/pós transição, natalidade e mortalidade continuam a decrescer, graças a importantes mudanças sociais, atingindo valores já bastante baixos. As fases 2 e 3 correspondem assim ao fenómeno da transição caracterizado por forte crescimento. A teoria da transição demográfica foi proposta pelo americano Warren Thompson em 1929 com o termo original “*Demographic Transition Model*”. (Disponível em <http://pessoas.hsw.uol.com.br/transicao> (12/02/2012).

Quanto ao contraste **histórico** é evidente entre os países que fazem parte do Mediterrâneo. Para LACOSTE (2008), o pensamento histórico e o método de análise geopolítica são inseparáveis e consigna que para tentar compreender o presente do Mediterrâneo, devemos partir daquilo que percebemos dos problemas atuais, mas sabendo já mais ou menos o passado da região.

As assimetrias históricas e de caráter socioeconómico vão determinar os níveis de desenvolvimento tão distintos existentes atualmente nos países do mediterrâneo.

Os países banhados pelo mar Mediterrâneo foram marcados por processos históricos diferentes, com os países situados na fachada norte a passarem pela revolução industrial enquanto os do sul, exceto os países asiáticos, estavam sob domínio colonial. Estes e muitos outros aspetos históricos vão determinar os avanços a nível económico dos países da fachada norte e o atraso do resto. Esse aspeto também é determinante para o desenvolvimento dos países e para a transição demográfica, uma vez que a Revolução Industrial pode ser considerada o ponto de viragem para o início do processo de transição demográfica.

3.3 Política

Quanto à matriz **política**, os vários países optam por sistemas políticos distintos, (Figura 35 e Figura 36 do Anexo C). Países como França, Portugal, Espanha, Itália, e Grécia com sistemas democráticos consolidados fazem parte da União Europeia. Os países árabes-muçulmanos encontram-se atualmente em processos políticos de transição. Depois dos primeiros protestos do movimento que ficou conhecido como primavera Árabe, os países da região do Oriente Médio e Norte da África estão em momentos bem distintos de reestruturação política. O processo revolucionário atingiu países como Tunísia, Egito, Líbia, Síria, Jordânia, Marrocos, e Argélia. Nos três primeiros, os regimes ditatoriais foram derrubados e novos governos devem emergir por meio de eleições livres e democráticas. Nos demais, os rebeldes ainda buscam, de maneira mais ou menos intensa, mudanças em seus governos.

O conjunto geopolítico do Mediterrâneo engloba também os países dos Balcãs¹⁷. De acordo com LACOSTE (2008) existe grande complexidade dos problemas geopolíticos nos Balcãs, e este facto prende-se com o grande número de povos que aí se fixaram, devido às migrações antigas oriundas de várias partes da Eurásia. Atualmente, todos os países do leste do Mediterrâneo que fazem parte do “conjunto balcânico¹⁸” estão em processo de adesão à União Europeia.

Os conflitos de civilizações no Mediterrâneo averiguam-se à escala local: nas zonas de fronteira ou de contacto entre civilizações como é o caso do conflito (Israel-Síria). À escala regional as fraturas económicas e políticas fomentam os conflitos entre os maiores Estados das diferentes civilizações, que competem pelo poder militar e económico, pelo controlo das instituições internacionais e pela promoção dos seus valores específicos, como foi no passado o caso do conflito entre (Argélia e França).

Contudo, averiguam-se diferenças assinaláveis nos discursos políticos acerca do Mediterrâneo. Segundo a teoria de HUNTINGTON (2001), a globalização como processo de expansão do sistema capitalista e da cultura ocidental conduziria a um “*choque de civilizações*” num mundo pós guerra fria. Na sua obra está explícita que tanto a fachada norte como a fachada sul do mediterrâneo parecem uma espécie de cenários numa grande tragédia ideológica, esse facto poderá ser averiguado no mapa ilustrativo (Figura 37 do Anexo C).

O paradigma do “*Choque das Civilizações*”¹⁹, postula que depois da Guerra Fria e do desaparecimento do mundo bipolar, a política mundial entrou numa fase em que os conflitos dominantes não terão origem em fatores económicos ou ideológicos, mas nas diferenças culturais e religiosas entre os povos, portanto o autor defende uma nova ordem mundial baseada na Civilização (HUNTINGTON, 2001).

Apesar do interesse generalizado que suscitou, a tese de HUNTINGTON (2001) mereceu inúmeras críticas. Pelo que apurámos, parece não existir consenso nem convergência nas opiniões, no que diz respeito às causas dos conflitos na região

¹⁷ O termo “balcanização” emprega-se hoje fora dos Balcãs para designar situações geopolíticas cada vez mais complexos (LACOSTE, 2008).

¹⁸ Tem mais ou menos as dimensões da França (1000Km do norte ao sul, 550 000km² e 55milhões de habitantes (LACOSTE, 2008).

¹⁹ Foram identificadas pelo autor sete ou oito grandes civilizações no mundo: a Chinesa, a Japonesa, a Hindu, a Islâmica, a Ortodoxa, a Ocidental, uma Latino-americana e eventualmente uma Africana.

mediterrânica, como podemos observar em LACOSTE (2008) Apesar de ambos recorrerem à Teoria das Relações Internacionais para explicar a problemática dos conflitos nessa região, enquanto HUNTINGTON (2001) aplica a denominação de “Choque de civilizações”, o autor LACOSTE (2008) opta pela via mais pacífica dos factos, considerando que as rivalidades de poderes no Mediterrâneo não se podem reduzir à simples rivalidade entre Cristianismo e Islamismo, segundo o autor “em vez de se evocar as causas gerais de uma expansão do mundo muçulmano ao alegado “choque de civilizações”, seria essencial analisar com rigor os diversos problemas geopolíticos que existem no Mediterrâneo, já que muitos destes se repercutem e se entrecruzam”. Salienta também, que muitos conflitos no Mediterrâneo se desenrolam ao nível interno no próprio seio dos países árabes, como foi o caso da Argélia entre 1992 e 2002.

Porém, não podemos descurar a repercussão mundial desta ideia do “choque de civilizações”. É evidente que existem conflitos religiosos nas zonas de contacto entre religiões e civilizações.

Segundo LACOSTE (2008) apesar do Mediterrâneo estar longe de ser uma zona pacífica, homogénea, sem fraturas, tensões ou contradições, julga-se que tem vindo a ser feito um esforço assinalável para um diálogo profícuo entre países e diferentes culturas. Bem como cooperação entre Estados “Ocidentais” e “Islâmicos”, exemplo Espanha-França e Argélia-Marrocos respetivamente, ou ainda relações de interdependência entre o Ocidente-Oriente (UE-Magrebe) ou (UE-ASEAN). O diálogo na Bacia do Mediterrâneo tem sido diversificado e permanente, e estabelece um relacionamento entre a Europa e o Norte de África que não tem paralelo em qualquer outra região do mundo onde ocorra o encontro de duas culturas tão diferentes. Exemplos práticos deste tipo de cooperação são algumas das distintas parcerias que envolvem diferentes grupos de países banhados pelo mar Mediterrâneo. Neste âmbito, saliente-se, nomeadamente, o Diálogo 5+5, lançado em 1983 que tinha como objetivo promover a cooperação entre os países ribeirinhos do Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente a França, Itália, Portugal, Espanha, a que posteriormente se juntou Malta (da fachada norte) e a Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia (da fachada sul), numa clara tentativa de apoio a estes últimos países, para as áreas da gestão dos recursos naturais, do desenvolvimento dos laços económicos e de apoio financeiro, bem como no campo da emigração e do apoio à

cultura, numa perspetiva conjunta de se criar uma zona de paz e cooperação, sem qualquer dimensão militar.

No sentido de estimular o Diálogo 5+5 e de alargar esta cooperação à dimensão de segurança e de defesa, a França decidiu lançar, em 2004, uma iniciativa de cooperação restrita no formato 4+3 (Portugal, Espanha, França e Itália, mais Argélia, Marrocos e Tunísia). Procurava, assim, promover uma cooperação mais virada para aspetos práticos, tendo em vista a curto prazo ajudar a criar e manter um clima de confiança e de franca colaboração entre os dez países, nomeadamente, a realização de exercícios no sentido de desenvolver uma capacidade de atuação conjunta com o objetivo de dar um contributo significativo para soluções que respondam a preocupações comuns na área da segurança e defesa.

Em 2004 teve lugar, em Roma, uma reunião, já com a presença da Líbia, Malta e Mauritânia (formato 5+5). Nesta reunião foi aprovado um "*Documento de Entendimento*", a ser assinado pelos Ministros da Defesa dos "5+5", e um "*Plano de Atividades para a cooperação multilateral sobre segurança na bacia ocidental do Mediterrâneo*", englobando as seguintes áreas: vigilância marítima, participação das forças armadas no domínio da proteção civil e segurança aérea²⁰.

Apesar da sua recente existência, a iniciativa tem mostrado ser um claro exemplo de sucesso, revelando um potencial "laboratorial" para ensaio de medidas de cooperação mais alargada na região do Mediterrâneo, e constituindo-se por outro lado num possível modelo inspirador para outros formatos mais complexos, tais como o Diálogo do Mediterrâneo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) ou ainda o Processo de Barcelona, e mais tarde a União para o Mediterrâneo²¹.

As diferentes parcerias desenvolvidas no Mediterrâneo serão um ponto a desenvolver no último capítulo deste trabalho.

Assim, diríamos que a doutrina de “Choque de Civilizações”, não faz sentido quando aplicada ao espaço do Mediterrâneo, porque seguindo a ideia de LACOSTE (2008)

²⁰ INICIATIVA 5+5. Disponível em <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/organizacoesiniciativas/INICIATIVA5> (14.06.2012).

²¹ O Diálogo OTAN-MED teve início em 1994 pelo Conselho do Atlântico Norte com o propósito de “ (...) contribuir para a segurança e a estabilidade regionais e melhorar a compreensão mútua”. Por seu turno, a Declaração Euro-Mediterrânica de Barcelona, assinada em 1995 está articulada em torno de três componentes: política e de segurança; económica e financeira; social, cultural e humana.

“ (...) as rivalidades de poderes, se as observarmos com mais rigor, não se podem reduzir a um simples esquema Norte-Sul ou a esta rivalidade entre cristianismo e islamismo. Até na Idade Média, (...) das quais muito se fala atualmente e que foram, sem dúvida, um grande fenómeno político, os conflitos entre múltiplos protagonistas eram muito mais complexos do que hoje se pensa”. A visão dualista do Mediterrâneo – o Norte e o Sul que se combina com a do Ocidente contra o Oriente – inspira discursos alegadamente filósofos que ignoram a complexidade das diversas situações geopolíticas no Mediterrâneo²².

Posto isto, afirmaríamos que apesar de a teoria de HUNTINGTON (2001), ter o mérito de chamar a atenção para a importância da dimensão cultural dos povos, já que não analisa os assuntos da geopolítica apenas com base nos fatores económicos, consideramos contudo, que, porventura, se trata de uma visão simplista e perigosa sobre a política e as relações internacionais, pois assenta simplesmente no determinismo da Cultura.

Não poderíamos deixar de analisar as diversidades ao nível da **geopolítica**²³. No âmbito do conceito, debruçemo-nos sobre o adotado por LACOSTE (2008). Segundo o autor, o termo geopolítico, ao qual damos hoje múltiplos usos, designa *“tudo o que diz respeito às rivalidades de poderes ou de influência sobre territórios ou sobre as populações que neles vivem: rivalidades mais ou menos pacíficas ou violentas entre poderes políticos de todo género, e não apenas entre Estados, mas no interior dos próprios Estados, entre movimentos políticos ou grupos armados mais ou menos clandestinos”*. Estas rivalidades exercem-se para o controlo ou domínio de territórios geográficos de grandes e pequenas dimensões. O autor realça o caso, de desde há mais de meio século, de Israel e da Palestina, um conflito por territórios minúsculos mas, que pode ser violento e muito grave quanto às suas repercussões internacionais.

²² Idem

²³ O conceito de geopolítica sofreu uma grande evolução. Com efeito, segundo G. Ó Tuathail, a geopolítica moderna pode ser agrupada em quatro fases, nomeadamente: (1) 1815-1875 – a da ordem da geopolítica britânica, dominada por uma geopolítica de tipo civilizacional; (2) 1875-1945 – a da rivalidade inter imperial, caracterizada por uma geopolítica “naturalizada”, destacando-se Alfred T. Mahan e a importância do poder marítimo, H. Mackinder e a importância do poder terrestre, N. Spykman, ...; (3) 1945-1990 – a da ordem da geopolítica da Guerra Fria, dominada por uma geopolítica de cariz ideológico (sobressaindo S. B. Cohen, ...); (4) Liberalismo transnacionalista, associado a uma geopolítica “expandida” (por exemplo, Z. Brezinski) (LEAL, 2011).

De acordo com o mesmo autor, “*o pensamento histórico e o método de análise geopolítica são indissociáveis*”. Assim, para compreender-mos as múltiplas influências desta região, é necessário levar-mos em conta os problemas específicos de cada um dos Estados que se encontram em redor desta grande extensão marítima. Em termos estratégicos, o que se passa no Mediterrâneo Norte, em que os países, para se fortalecerem, se agregaram dando origem à União Europeia. Em contraponto, nomeadamente no Mediterrâneo fachada Sul a experiência de união existente poder-se-á considerar como falhada. Menciono à União do Magrebe Árabe (UMA), organização que assenta numa política comum no domínio económico, cultural e militar. Apesar de serem sobretudo as relações difíceis entre Argélia/Marrocos, devido ao Sahara, que entravam esta união. Este facto reflete-se por exemplo, em termos comerciais onde é visível que os países envolvidos²⁴ se ignoram ao nível de relações bilaterais. As trocas comerciais entre os estados do Magrebe são apenas de aproximadamente 3%, virando-se para a Europa num quadro de relações bilaterais (ver Figura 38 do Anexo C).

Em redor desta grande extensão marítima que é o Mediterrâneo, existem muitos Estados vizinhos com conflitos transfronteiriços, como é o caso dos conflitos entre os Estados Balcânicos, sobretudo os que resultaram do desmembramento da ex-Jugoslávia ou das guerras entre Israel e os Estados árabes vizinhos. Por outro lado, no Próximo Oriente existem numerosos Estados pequenos e relativamente recentes, cujas relações entre si são conflituosas: três Estados árabes (Síria, Líbano e Jordânia), uma nação Palestiniana reconhecida internacionalmente em 1993, que luta para ter o seu Estado e o seu território contra um quarto Estado - o Israel. No Ocidente, considera-se que se trata de um problema geopolítico difícil, mas que não pode ser ignorado; no Oriente, é visto como a ponta de lança, apesar da sua pequena dimensão, de um “*Imperialismo judaico-cristão*”. (LACOSTE, 2008). Em quase todos os Estados situados em redor do Mediterrâneo, existem problemas de geopolítica interna mais ou menos localizados, estes problemas identificados devem-se tanto as desigualdades económicas regionais como as rivalidades de carácter religioso, e políticos que se traduzem por reivindicações de independência²⁵.

²⁴ Tunísia, Marrocos, Argélia, Mauritânia e Líbia.

²⁵ Idem, ibidem

3.4 Económica

Também no que respeita ao nível de **desenvolvimento**, os vários países do Mediterrâneo apresentam diferenças assinaláveis. Se compararmos as margens Norte e Sul reportando-nos ao IDH²⁶-2011, podemos perceber a discrepância entre os vários países. Apresentando o exemplo da França com um IDH muito elevado encontra-se no (20º lugar) do ranking mundial, enquanto o Marrocos foi classificado no (130º) com um IDH considerado médio. Situando-se, assim a França, efetivamente, na melhor posição²⁷ e o Marrocos na pior, entre os países do Mediterrâneo, de acordo com dados estatísticos do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) (RDH, 2011).

Se nos reportarmos aos resultados do IDH relativo às condições de vida das populações mediterrânicas, detetamos que aproximadamente 40% da população possui padrões de vida muito elevados em contexto mundial e nenhuma das unidades políticas consideradas ocupa posições muito desfavoráveis Figura 7 abaixo ou (Figura 39 e Figura 40 do Anexo C). Do total dos 22 estados considerados na nossa amostra, 11 países (9 dos quais europeus, mais Chipre e Israel), pertencem ao escalão de IDH Muito Alto; em posições consideradas de IDH Alto temos, num segundo grupo, os restantes países dos Balcãs, a Líbia, a Tunísia, a Argélia, a Turquia e o Líbano. Por último, no escalão de IDH médio, temos 1 país da Ásia Ocidental a Síria e 2 países do Norte de África o Egito e o Marrocos posicionado no último lugar do ranking à escala do Mediterrâneo. Esta mesma hierarquia e posições relativas são confirmadas pelos resultados do PIB per capita²⁸, pese embora a existência de algum desfasamento entre as posições ocupadas pela Albânia, e a Bósnia e Herzegovina, se cruzarmos os dois indicadores (Figura 41 do Anexo C).

²⁶ O IDH-Índice de Desenvolvimento Humano adotado desde 1990, pelo PNUD- Programa das Nações Unidas. É uma medida comparativa/um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Trata-se de um padrão através do qual se pretende avaliar o bem-estar de uma população. O IDH, varia entre zero e um (quanto mais próximo de um, maior o nível de desenvolvimento humano), leva em conta as realizações médias de um país em três dimensões: a possibilidade de usufruir uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno (RDH, 2010).

²⁷ O país que se encontra melhor posicionado no IDH 2011 é o Israel, classificado na (17ª) posição do ranking, embora este valor deve ser visto com cautela, uma vez que a distribuição de riqueza neste país é feita de forma desigual, daí termos considerado a França o país mais desenvolvido do Mediterrâneo.

²⁸ Produto interno bruto (PIB) em termos de USD, dividido pela população a meio do ano. Quando expresso como uma taxa de crescimento anual médio, é usada a taxa de crescimento anual dos mínimos quadrados com dados constantes do PIB per capita em unidades monetárias locais (RDH, 2010) .

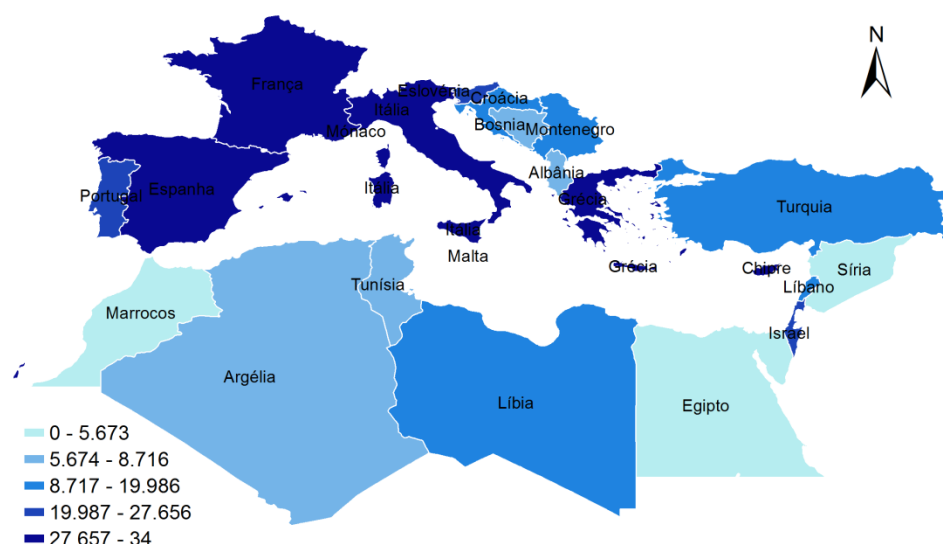


Figura 7: PIB per capita (2011).

Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados <https://www.cia.gov>.

De acordo com os dados do Relatório da Competitividade Global de 2011-2012, do Fórum Económico Mundial, os países da margem norte do Mediterrâneo ocupam as melhores posições no Índice de Competitividade Global (GCI), encontrando-se na 3ª e última fase no estágio de desenvolvimento, exceto os países do leste, que se encontram na 2ª fase. Os países da margem sul, mais concretamente os do Norte de África, deparam-se no estágio de desenvolvimento considerado de transição da 1ª para 2ª fase²⁹.

Os países do Norte do Mediterrâneo são também mais atrativos em termos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e realizam trocas comerciais mais intensivas do que os países do Sul do Mediterrâneo ver (Figura 42 e Figura 43 do Anexo C).

²⁹ O Índice de Competitividade Global (ICG) dispõe os países em função dos seus níveis de competitividade e faz parte do Relatório de Competitividade Global (RCG). Empregando dados oriundos de organismos oficiais e de instituições supranacionais, entre os quais o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o ICG tem, na sua génese, mais de uma centena de indicadores (116) que possibilitam a contemplação de um número vasto de economias (139). Desta forma, o ICG atesta-se enquanto um índice abrangente em comparação com os seus homólogos.

Os 116 indicadores referidos concretizam-se em 12 pilares de competitividade que são os seguintes: I – instituições, II – infraestruturas, III – ambiente macroeconómico, IV – saúde e educação primária, V – educação superior e formação, VI – eficiência dos mercados, VII – eficiência dos mercados de trabalho, VIII – eficiência dos mercados financeiros, IX – tecnologia disponível, X – dimensão dos mercados internos e externos, XI – sofisticação dos processos de produção e XII – inovação.

Os fluxos comerciais fruto de relações económicas entre as duas margens do Mediterrâneo são fortemente desequilibrados. O valor das exportações de mercadorias, entre as margens, é onze vezes maior no Norte do Mediterrâneo relativamente ao sul. A produção de riqueza material é dez vezes mais forte na Europa do que no Norte de África, além disso, o Norte do Mediterrâneo é mais atrativo em termos de IDE (Figura 42 e Figura 43 do Anexo C).

A figura abaixo, faculta-nos falar de “um Mediterrâneo composto por duas margens”. Numa principal leitura qualitativa tendo em conta o indicador socioeconómico selecionado, é evidente a vantagem da margem norte, se excetuarmos a Bósnia e Herzegovina e a Albânia. Como podemos observar, no Mediterrâneo existem países da margem norte que pertence ao grupo de IDH³⁰ muito elevado ou elevado e os países da margem sul com um IDH elevado ou médio, excetuando o caso do Israel, que aparece como um corpo estranho na margem sul, pelo facto de pertencer ao grupo dos países subdesenvolvidos mas contrariamente apresentar um IDH muito elevado Figura 8.

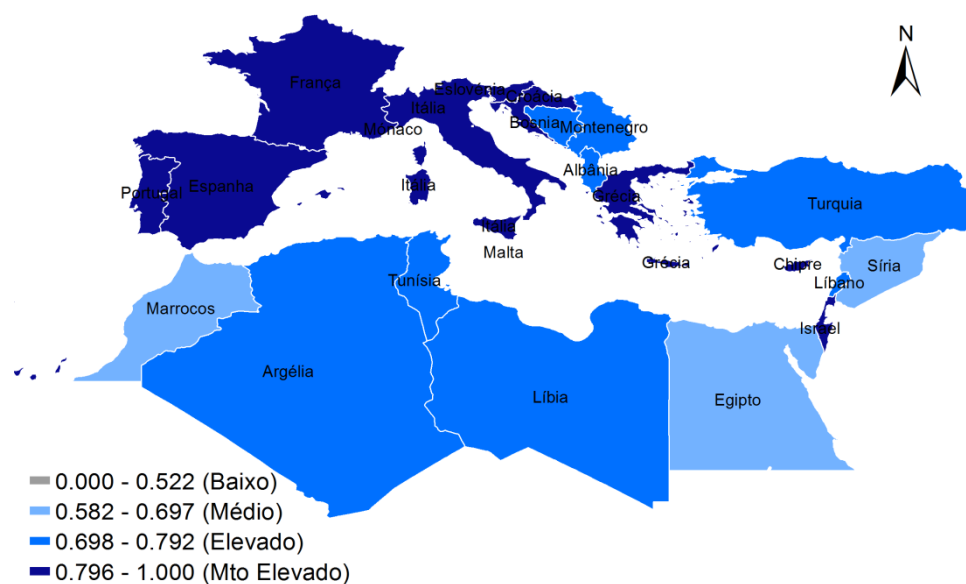


Figura 8: Índice de Desenvolvimento Humano (2011).

Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados UNDP (2011).

³⁰ Grupos de IDH muito elevado, elevado, médio e baixo. Classificações dos países com base nos quartis do IDH. Um país está no grupo mais elevado se o seu IDH estiver no quartil superior, no grupo elevado se o seu IDH estiver entre 51-75 percentis, no grupo médio se o seu IDH se situar entre 26-50 percentis e no último grupo se o seu IDH se situar no quartil inferior. Os RDH mais antigos utilizavam limites absolutos em vez de limites relativos (RDH, 2010).

Ou seja, apesar de à primeira vista, o espaço mediterrânico aparecer como se fosse o único no mundo onde se sobrepõem a principal fratura do nosso tempo: a fratura Norte/Sul (BLANC e ABIS, 2007), uma análise mais fina da região introduz algumas reservas a este esquema de integração.

De acordo com (LACOSTE, 2008) não deixa de ser simplificador falar em Norte-Sul³¹, uma vez que, por exemplo, o caso da Turquia, ainda que seja raramente alegado, deveria negar o discurso que desenvolvem a ideia do contraste total entre as duas fachadas/margens do Mediterrâneo, já que a Turquia se encontra geograficamente posicionada na fachada Norte³², mas é uma sociedade muçulmana, com forte crescimento demográfico, e com uma economia que conserva características do “subdesenvolvimento”, ainda que nunca tenha sido colonizada (LACOSTE, 2008).

As desigualdades regionais não podem ser vistas em exclusivo, a nível Norte/Sul, uma vez que podemos exemplificar as diferenças com países da mesma margem, no Sul do Mediterrâneo: Israel e Síria situam-se em posições completamente diferenciadas no escalão do IDH: 17^a e 119^a respetivamente (RDH, 2011). Este resultado parece-nos abissal e contrária, mais uma vez, o esquema norte/sul quando aplicado à escala do Mediterrâneo.

Mais um caso evidente, que vale a pena salientar, é o da Turquia, que tem uma parte do seu território incluído no continente Europeu, mas pertence ao grupo dos países em desenvolvimento, do grupo de IDH médio, situa-se no (92º lugar no IDH) e possui características de subdesenvolvimento ditas dos países do sul.

Assim, e de acordo com LACOSTE (2008) afirmaríamos que o Modelo planetário Norte-Sul, não faz sentido quando aplicado ao Mediterrâneo, uma vez que, *“no plano mundial, não é, evidentemente, por se situarem no Norte ou no Sul que os países são ricos ou pobres, mas sim por razões de geo-história e geo-política, muito mais complexas”*³³.

Quanto à medição das desigualdades regionais recorreremos ainda aos valores disponíveis para datas recentes sobre as formas de distribuição dos rendimentos médios,

³¹ Modelo Norte-Sul - A Designação “países ricos ou desenvolvidos e países pobres ou subdesenvolvidos” apareceu nos media poucos anos após a Segunda Guerra Mundial (LACOSTE, 2008).

³² De acordo com a divisão de LACOSTE (2008) a Turquia faz parte da fachada Norte Oriental. A inclusão da península Anatólia, que atualmente, constitui grande parte da Turquia, na fachada norte do Mediterrâneo invalida, as representações clássicas que opõem o Norte e o Sul (LACOSTE, 2008).

³³ Ob.cit

para obtermos informações adicionais sobre as realidades específicas dos diferentes Estados. Os indicadores como o coeficiente de Gini³⁴, que mede as desigualdades internas, avaliam alguns casos marcados por enormes desigualdades internas à volta do Mediterrâneo. A desigualdade de rendimentos entre a população mundial é bastante elevada e a nível do Mediterrâneo as desigualdades na distribuição de riqueza são bastante consideráveis. Ultimamente varia, entre o valor mínimo de 24.3 no Montenegro, considerado de menor desigualdade, e o valor máximo de 40.9 no Marrocos, país com mais desigualdade interna.

Assiste-se na Figura 9, os resultados de desigualdade na distribuição de riqueza, onde destacam-se nas posições cimeiras o Marrocos e a Turquia nas piores colocações. Os resultados no geral têm vindo a testemunhar uma situação pouco preocupante (Figura 44 do Anexo C). Embora os países da Europa evidenciem uma situação de pouca desigualdade em relação ao resto dos países, ainda temos casos excecionais como Portugal, Bósnia e Albânia que demonstram grande desigualdade na distribuição da riqueza.

A maior parte dos países da Ásia Oriental registaram também uma maior desigualdade de rendimentos hoje, do que há algumas décadas, o caso de Israel é o mais alarmante. Embora em 2011, aparenta ter a melhor classificação no IDH ao nível regional (17^º posição), superando a França (20^º), apresenta um Gini no valor de (39.2) e a França (32.7). Ou seja, o Israel encontra-se numa situação de grande desigualdade ao nível da distribuição equitativa do rendimento. Embora o IDH auxilia na resposta a algumas questões básicas sobre o progresso das sociedades, como, por exemplo, que países progrediram mais rapidamente e se os países pobres estão a aproximar-se dos países ricos. Tais questões são frequentemente abordadas utilizando o rendimento. No entanto, obtém-se uma imagem muito mais clara do desenvolvimento a partir de medidas que consideram o progresso de forma mais ampla, questão a analisarmos mais à frente.

³⁴ Coeficiente de Gini - Medida do desvio da distribuição do rendimento (ou do consumo) entre indivíduos ou famílias dentro de um país a partir de uma distribuição perfeitamente igual. Uma curva de Lorenz traça as percentagens acumuladas do rendimento total recebido em comparação com o número acumulado de beneficiários, começando pelo indivíduo ou família mais pobre. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como percentagem da área máxima sob a linha. Um valor de 0 representa a igualdade absoluta, um valor de 100 a desigualdade absoluta (RDH, 2010).

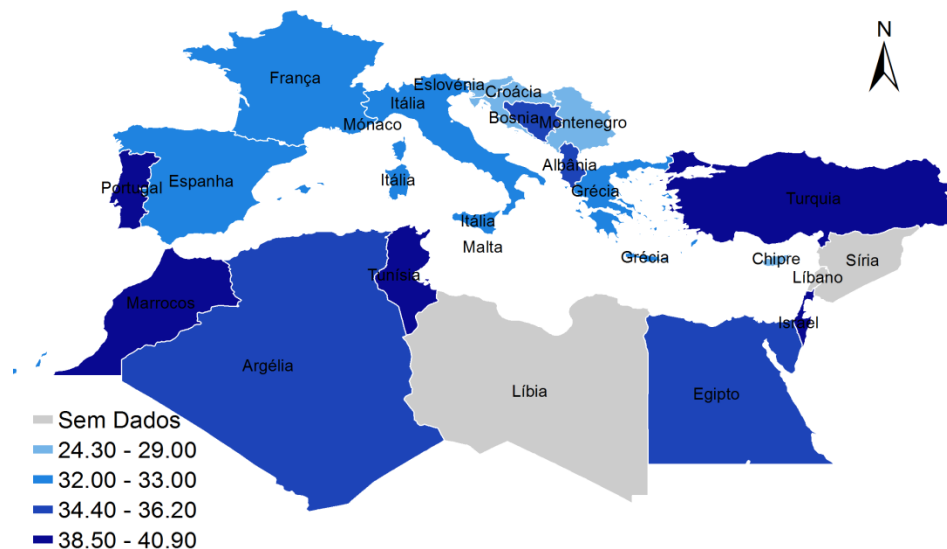


Figura 9: Coeficiente de Gini (2007-2008).

Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (RODRIGUES, 2009).

Para explicar o porquê dos níveis de desenvolvimento tão distintos, diríamos, que as regiões do mediterrâneo, embora estejam próximo geograficamente foram marcadas por um processo histórico e económico diferente, o que determinaria, como é óbvio, o atual nível de desenvolvimento desigual. Este desenvolvimento dissemelhante é ainda mais complexo, partindo do princípio que mesmo dentro dos próprios países ou regiões há assimetrias no nível de desenvolvimento, ou seja, a distribuição da riqueza não se processa de igual modo para todo o território. Por exemplo na Itália a maior parte da riqueza concentra-se no norte. Tal é explicado, em parte, pelo crescente fosso entre as áreas urbanas e rurais como resultado do rápido crescimento industrial.

Assim, concluímos que o Mediterrâneo é um espaço muito heterogéneo, atravessado por linhas de fratura a nível cultural, económico e de desenvolvimento bem como de assimetrias demográficas registando-se grandes contrastes entre Europa Ocidental, Magrebe, Balcãs, Médio Oriente, daí considerarmos os diferentes níveis de desenvolvimento humano, as desigualdades regionais, bem como o diferencial demográfico entre as duas margens estar na origem das principais causas dos fluxos migratórios massivos no sentido sul-norte dessa região, como prova disto, temos a complexa rede migratória entre Magrebe e Europa.

Neste sentido, a seguir continuaremos a visionar as fraturas entre as margens Norte e Sul, que constitui a questão central deste trabalho, embora agora, mais focada na questão migratória.

CAPÍTULO IV - CAUSAS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NO MEDITERRÂNEO: UM DESIQUILÍBRIO SOCIO-ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO ENTRE EUROPA E OS PAÍSES DO NORTE DE ÁFRICA E ÁSIA OCIDENTAL

4.1 Desigualdades regionais

Por uma questão de método vamos analisar primeiro as principais causas dos atuais fluxos migratórios massivos no sentido sul-norte do Mediterrâneo e a seguir o sistema migratório. Este capítulo visa responder à uma das questões específicas deste estudo: Quais são as principais causas do maior fluxo migratório no sentido Sul-Norte do Mediterrâneo?

Para começar a identificar as causas dos fluxos migratórios no Mediterrâneo, consideramos pertinente a análise da teoria do Desenvolvimento Humano, partindo do princípio que o Mediterrâneo é um espaço heterogéneo, a avaliação dos níveis de desenvolvimento humano dos países através da medida do IDH poderá ser interessante do ponto de vista comparativo.

Como se escreveu no RDH 2010 *“Até à data somente uma medida conseguiu desafiar a hegemonia do pensamento centrado no crescimento. Esta é conhecida como IDH (...)”*³⁵ (RDH, 2010).

Segundo os defensores, da teoria de desenvolvimento humano³⁶, é essencial avaliar se existe aumento da esperança média de vida e se esta é saudável, se há oportunidades de obtenção de instrução e se as pessoas são livres de utilizarem os seus conhecimentos e talentos para moldarem os seus próprios destinos (RDH, 2010).

Tendo em conta o conteúdo exposto acima, o objetivo deste ponto é analisar as dimensões do IDH: saúde, educação e rendimento, sem menosprezar igualmente as outras dimensões mais vastas do desenvolvimento humano: a igualdade e a capacitação

³⁵ O IDH cumpriu o 20º aniversário em 2010. A medida do IDH é Política e retoricamente poderosa, constitui um valioso contraponto às medidas do desenvolvimento que se centram exclusivamente em indicadores monetários”. Nas palavras do fundador do RDH, Mahbub ul Haq, “o IDH possui muitas das falhas do PIB mas é mais pertinente do ponto de vista da vida das pessoas”.

³⁶ Entre os esforços recentes estão a Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi (www.stiglitz-sen-fitoussi.fr), o projecto de medição do bem-estar da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (www.oecd.org/progress) e o quadro da União Europeia para os indicadores multidimensionais (www.ec.europa.eu/social).

e tentar perceber se pressão migratória no sentido sul-norte tem correspondência com o desigual nível de condições de vida das populações.

Nas próximas linhas propõe-se compreender o que acontece a estas dimensões mais vastas do desenvolvimento humano no contexto mediterrânico, porque são tão relevantes como as que o IDH abrange.

Assim para capturar aspetos importantes da distribuição do bem-estar em termos de disparidade da igualdade de género e da pobreza, utilizaremos três medidas utilizadas e apresentadas no (RDH, 2010) e (RDH, 2011).

Essas medidas inovadoras que complementam o IDH tradicional do Relatório são o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Género (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Estas novas medidas constituem importantes avanços metodológicos que podem identificar problemas e sucessos de um país ou de uma região e ajudar a desenvolver ideias e políticas que possam melhorar as vidas das pessoas (RDH, 2010).

O IDHAD é uma medida do desenvolvimento humano que leva em conta a desigualdade, e capta a diferença que o IDH não consegue medir³⁷. Em casos de perfeita igualdade, o IDH e o IDHAD são iguais³⁸.

O IDHAD é menor que o IDH agregado quando exista desigualdade na distribuição da saúde, da educação e do rendimento. Quanto maior for a diferença entre estes maior será a desigualdade, como podemos observar na Figura 10.

A aplicação da medida do IDHAD, à escala do Mediterrâneo, serve-nos para captar as perdas no desenvolvimento humano devidas às desigualdades na saúde, na educação e no rendimento, que o IDH não consegue alcançar.

³⁷ Conforme descrito no capítulo 1, do Relatório “o IDH é um resumo agregado do progresso na saúde, na educação e no rendimento, sendo regularmente efetuadas melhorias nos respetivos indicadores e especificações funcionais. As reformas reforçam o seu valor e importância enquanto abordagem ao pensamento acerca do desenvolvimento”.

³⁸ O IDHAD equivale ao IDH quando não existe desigualdade entre as pessoas, mas diminui em relação ao IDH à medida que a desigualdade cresce. Neste sentido, o IDHAD é o nível real de desenvolvimento humano (levado em conta essa desigualdade), ao passo que o IDH pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano “potencial” (ou o nível máximo de IDH), que pode ser alcançado se não existir desigualdade. A “perda” no desenvolvimento humano potencial devida à desigualdade é dada pela diferença entre o IDH e o IDHAD e pode ser expressa como uma percentagem.

No ano 2011, a região do Norte de África chegou a uma média de 0.665, no IDH, com isso, a região permanecia no grupo de países com IDH médio, uma categoria abaixo das regiões com IDH elevado. Mas acontece que, o valor do seu IDH de aproximadamente 0.665 caiu para o valor real de 0.474 quando ajustado a desigualdade ou seja sofreu uma desvalorização de 26.33%.

O bom desempenho económico de alguns países como a Líbia, fizeram a região alcançar uma posição satisfatória no IDH, mas quando são considerados indicadores que medem a desigualdade social a região declina de um IDH médio para um IDH considerado baixo. Isto porque, em situação de desigualdade, o IDH e o IDHAD são diferentes e quanto maior a diferença entre os dois, maior a desigualdade, como já tínhamos referido.

Na Figura 10 calculamos para as três regiões a média do IDH, do IDHAD, e o respetivo valor das perdas. O resultado obtido mostra-nos que o Norte de África sofre as maiores perdas de IDH em média 26% em virtude de uma pobreza multidimensional e de uma desigualdade substancial nas três dimensões (saúde, educação e rendimento), seguidos pela Ásia Ocidental que perde 18% do seu IDH muito devido a desigualdade de género.

Embora alguns países tenham aumentado ligeiramente o seu IDH no ano de 2011 e subido de posição no ranking global do indicador, mostram resultados piores quando considerada a desigualdade social, como no caso do Israel. Também outros países árabes têm seu desempenho prejudicado quando a desigualdade entre homens e mulheres é levada em conta.

Na questão do IDG, os países árabes ocupam as piores classificações, por exemplo em 2011, o Marrocos ficou no 104º posição entre 146 nações, enquanto os países da Europa lideram o ranking em que a França ocupava a (10º posição) (RDH, 2011). Também são os países do Norte do Mediterrâneo que ocupam a melhor posição no ranking do IDHAD, descem ligeiramente de um valor de IDH em média de 0.800 para 0.738 no IDHAD, que significa uma perda de cerca de 11%. Essa perda deve-se principalmente à desigualdade de rendimento e, em menor grau, ao acesso à saúde e educação.

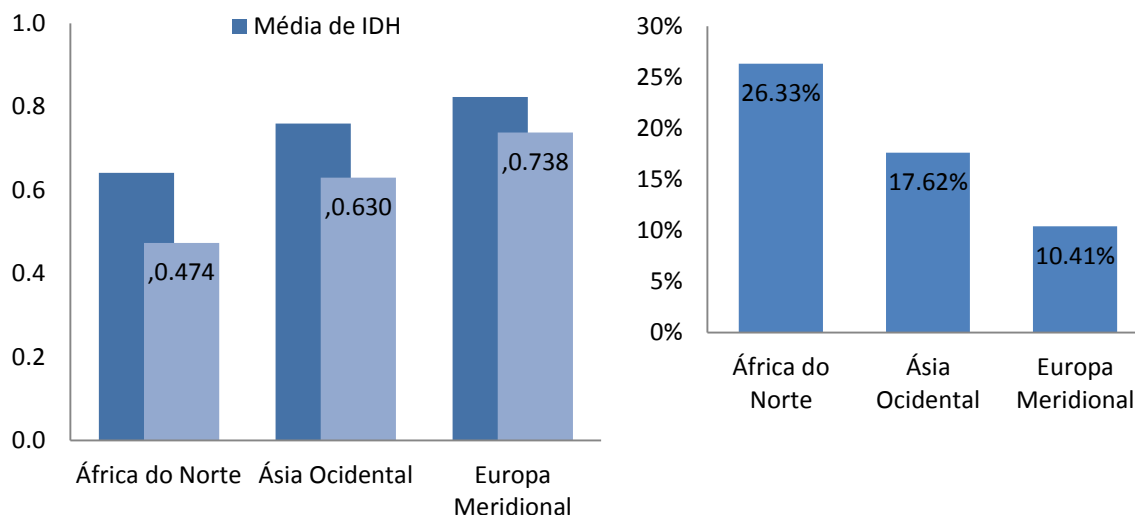


Figura 10: Comparação entre as médias IDH e IDHAD por região e percentagem de perdas (2011).

Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (RDH, 2011).

Tendo em conta que os fluxos migratórios no Mediterrâneo são intensivos no sentido sul-norte (Magreb-Europa), optamos por analisar pormenorizadamente os nove países abaixo selecionamos nos gráficos. Geralmente, os países com menor IDH, como é o caso de Marrocos, apresentam maior desigualdade multidimensional e, assim, maiores perdas no IDH, embora exista uma variação significativa, enquanto os países melhores classificados no IDH, apresentam menor desigualdade na educação e saúde e consequentemente menores perdas no IDH, como é o caso de França, Figura 11.

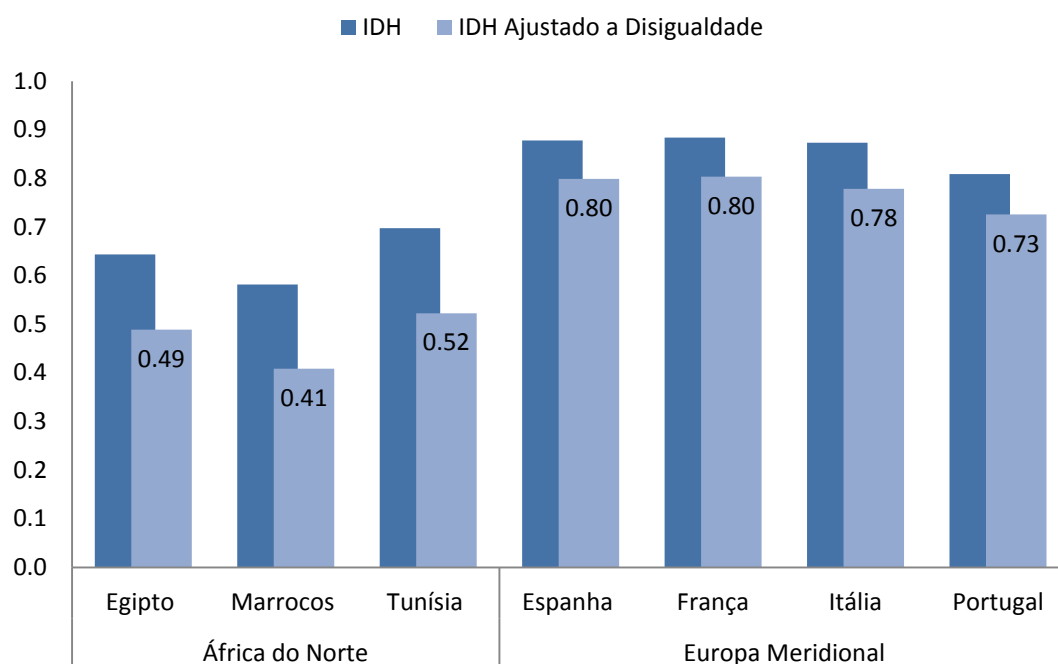


Figura 11: Comparação entre IDH e IDHAD por país, dados de 2011.

Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (RDH, 2011).

A Figura 12 dá-nos a conhecer detalhadamente as percentagens de perdas maiores e menores nos grupos de IDH dos países do Norte de África e Europa³⁹.

Observamos que as perdas no IDH nos países Mediterrânicos variam entre o valor mínimo de 8,9% e máximo de 29%) correspondente a Espanha e Marrocos respetivamente. Os países da Europa perdem em média 10% do seu valor de IDH e os países do Norte de África mais de 25%. Por exemplo, entre os países classificados no grupo de IDH médio, Marrocos e Egito perdem 29,70% e 24,10% respetivamente do seu valor de IDH, enquanto os países com um IDH muito elevado Espanha e França perdem menos de 10%. A perda maior entre os países desenvolvidos do Mediterrâneo observa-se na Itália seguido de Portugal, com uma perda de quase 11% no seu IDH.

Os países com menor desenvolvimento humano tendem a ter maior desigualdade e, por conseguinte, maiores perdas neste indicador: O Egito perdeu 24% a Tunísia 25%, e o Marrocos quase 30%, ver Figura 12. No caso por exemplo de Marrocos, o IDH global no

³⁹ Para esta análise não tem significado a inclusão dos países da Ásia Ocidental, uma vez que o fluxo migratório intensivo é no sentido Magreb-Europa.

valor de 0,582 baixaria para 0,409, o que representaria uma perda global⁴⁰ de 29,7% e uma queda na classificação do IDH médio para o grupo dos países com desenvolvimento baixo na média mundial.

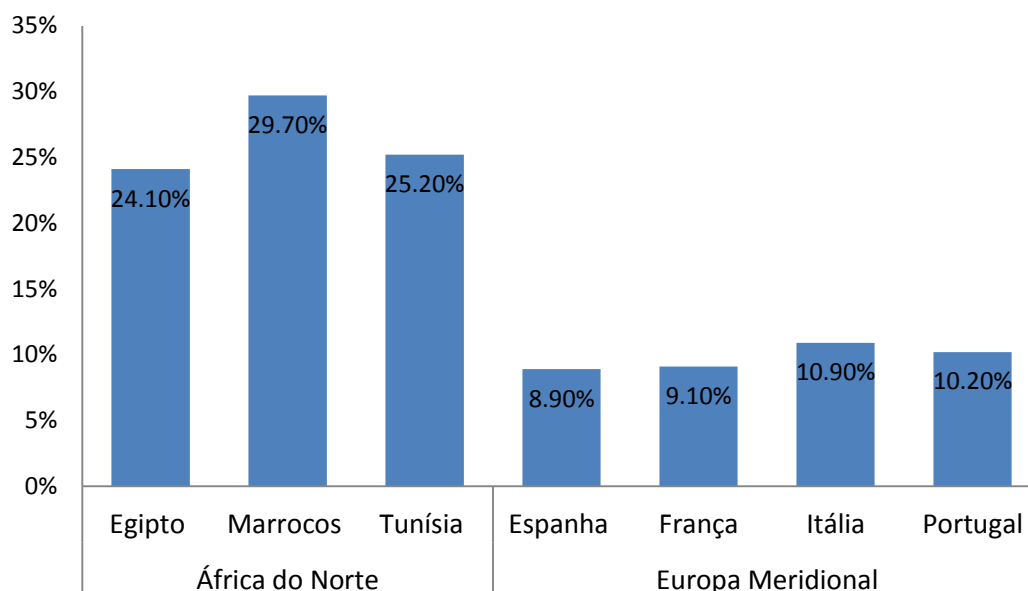


Figura 12: IDHAD/ percentagem de Perda global.

Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (RDH, 2011).

As perdas observáveis nos Estados Árabes podem ser no geral imputadas à distribuição desigual na educação e saúde: por exemplo, Marrocos, Egipto e Tunísia perdem no IDH, muito devido à desigualdade na educação. Noutras regiões do Mediterrâneo, as perdas são atribuíveis mais diretamente à desigualdade numa única dimensão (rendimento).

A Figura 13 ajuda-nos a perceber os padrões de perdas devido a desigualdade do IDH e respetivos componentes. Como podemos observar as perdas nas três dimensões (saúde, educação e rendimento) variam nos diferentes países, desde o valor de perda mínimo na ordem dos 3.9% na saúde (Itália) até 45.8% valor de perda máxima na educação (Marrocos), escusado dizer que as perdas tendem a ser maiores nos países com um baixo IDH.

No total do conjunto, os países do Norte de África no geral são os que sofrem maiores perdas em todas as dimensões do IDH, enquanto os países europeus sofrem

⁴⁰ A perda no desenvolvimento humano potencial devida à desigualdade, calculada como diferença percentual entre o IDH e o IDHAD.

perdas menores. A variação da perda na saúde vai de 3.9% (Itália) a 16.7% (Marrocos); na educação vai de 5.5% (Espanha) a 45.8% (Marrocos); e no rendimento/padrões de vida, varia entre 13.9% (França) a 23% (Marrocos), representada na Figura 13⁴¹.

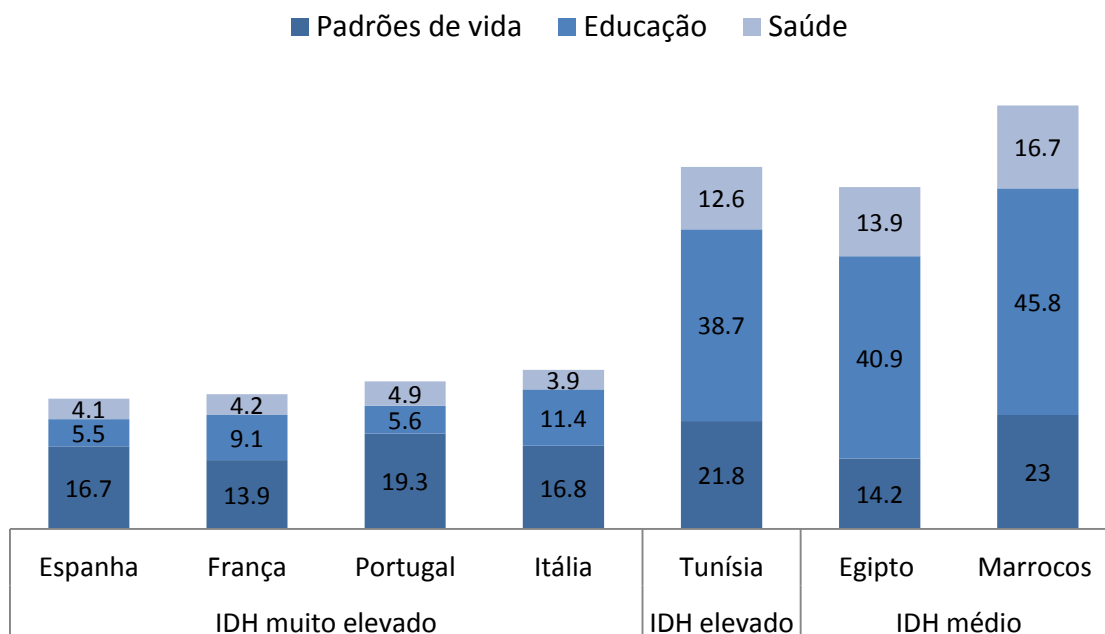


Figura 13: Perda (%) devido a desigualdade do IDH e respetivos componentes, por país.

Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (RDH, 2011).

Tendo em conta o conjunto de todos os países à volta do Mediterrâneo, os países dos Balcãs apresentam um bom desempenho, especialmente no que toca aos cuidados de saúde e à educação, os países do Médio Oriente ainda fazem uma distribuição relativamente equitativa nas três dimensões.

Em todos os países do norte de África com dados disponíveis, a desigualdade na saúde, na educação ou em ambas excede a desigualdade relativa ao rendimento. A

⁴¹ Relativamente a figura 13, os dados da (saúde) dão com base no Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade - O índice de esperança de vida do IDH ajustado para a desigualdade na distribuição do tempo de vida esperado, com base nos dados das tabelas de vida listadas nas Fontes de dados principais do relatório. Os dados da (Educação) são baseados no índice de educação ajustado à desigualdade - O índice de educação do IDH ajustado para a desigualdade na distribuição dos anos de escolaridade, com base nos dados dos inquéritos às famílias listados nas Fontes de dados principais. E por último os dados de (Padrões de vida) são de acordo com os encontrados no índice de rendimento ajustado à desigualdade - o índice de rendimento do IDH ajustado para a desigualdade na distribuição do rendimento, com base nos dados dos inquéritos às famílias listados nas Fontes de dados principais do relatório.

relação entre a desigualdade e o IDH, contudo, é mais acentuada quando se trata da desigualdade nas dimensões de não-rendimento⁴² do que em termos de rendimento.

Até aqui notamos que a desigualdade produz um grande impacto no desenvolvimento humano, e que as pessoas nos países menos desenvolvidos do Mediterrâneo, são as que vivem com a desigualdade de desenvolvimento humano mais elevada, enquanto as pessoas nos países desenvolvidos do Mediterrâneo são as que vivem com a desigualdade de desenvolvimento humano mais reduzida.

O Relatório de 2010 também apresenta o IDG⁴³ uma nova medida criada sobre a mesma base do IDH e do IDHAD para destacar as diferenças na distribuição das realizações entre mulheres e homens. Mede indicadores como as taxas de mortalidade materna, o acesso a saúde e a educação, e a representação feminina nos parlamentos.

A desigualdade entre os géneros continua a ser ainda hoje a principal barreira ao desenvolvimento humano. As raparigas e as mulheres deram passos importantes desde 1990, mas até agora não alcançaram a igualdade de género, principalmente nos países árabes (RDH, 2011).

Esta secção analisa os meios de medir e monitorizar a desigualdade de género e estendem-se ao género os métodos aplicados à medição da desigualdade multidimensional. O índice demonstra que a desigualdade de género varia profundamente entre países, e quando aplicado a escala do Mediterrâneo, revela disparidades na saúde reprodutiva, na capacitação e na participação no mercado de trabalho. As perdas nas realizações devido a desigualdades de género, conforme expressas pelo IDG, variam entre os 10% (França) e os 51% (Marrocos). As perdas maiores estão concentradas nos Estados Árabes. Os 7 países do Mediterrâneo com menor igualdade de género têm um IDG em média de 0.45 e são (por ordem decrescente): Tunísia, Líbia, Argélia Líbano, Turquia, Síria e Marrocos. Os países com maior equilíbrio entre géneros segundo o IDG são os do grupo europeu, Figura 14.

⁴² O IDH de não-rendimento compreende os índices da saúde e da educação, com ponderações iguais.

⁴³ Índice de Desigualdade de Género: Uma medida composta que reflete a desigualdade de realizações entre mulheres e homens em três dimensões do desenvolvimento humano: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho/participação na população activa. Os valores vão de 0 (igualdade perfeita) a 1 (desigualdade total). O IDG ajusta o IDH às desigualdades de género, medindo assim ambos os progressos e as disparidades totais – embora seja muitas vezes erradamente interpretado como o reflexo apenas das últimas. Informações sobre o cálculo do índice encontram-se disponíveis no RDH (2011).

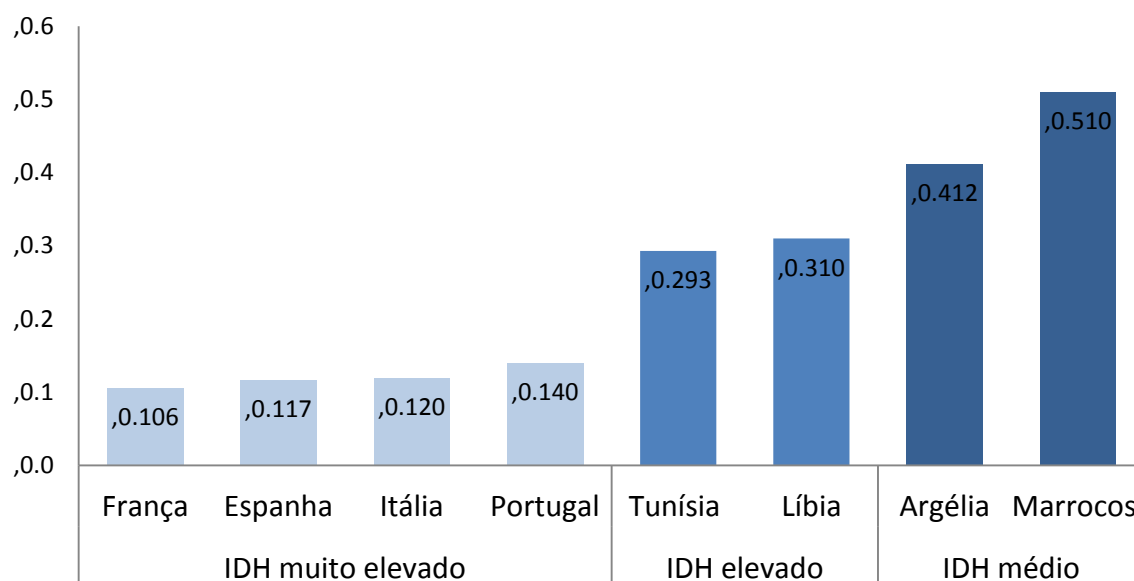


Figura 14: Valor do índice desigualdade de género.

Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (RDH, 2011).

Os países mais próximos da igualdade de género são a Itália e a França, apresentam uma mortalidade materna muito baixa, situam-se entre as taxas de fertilidade adolescente mais baixas do mundo e estão perto da paridade na educação, na participação política e no emprego.

Marrocos é o país mais afastado da igualdade de género entre os países menos desenvolvidos do Mediterrâneo, apresenta uma mortalidade materna alta, situam-se entre as taxas de fertilidade adolescente mais altas do Mediterrâneo e está longe da paridade na educação, na participação política e no emprego. Outros países com uma elevada desigualdade de género são a Líbia e a Argélia.

A Líbia encontra-se no 55º posição no IDH global, está no grupo dos países de desenvolvimento humano elevado (0.76) e tem um rendimento per capita de quase 20 mil dólares, mas no entanto, apesar de um bom nível de educação feminino, as mulheres estão praticamente ausentes do parlamento e as taxas de participação da população ativa feminina ascendem apenas a um quarto da masculina, atribuindo ao país um valor de IDG de 0.31 e colocando-o na posição (51º) entre 138 países do Relatório.

Os padrões regionais revelam que a taxa de participação na força de trabalho⁴⁴ é o maior contribuinte para a desigualdade de género. Os Estados Árabes caracterizam-se ambos por uma fraca capacitação⁴⁵ feminina, as mulheres são afetadas por uma participação desigual na população ativa e no mercado de trabalho formal, Figura 15.

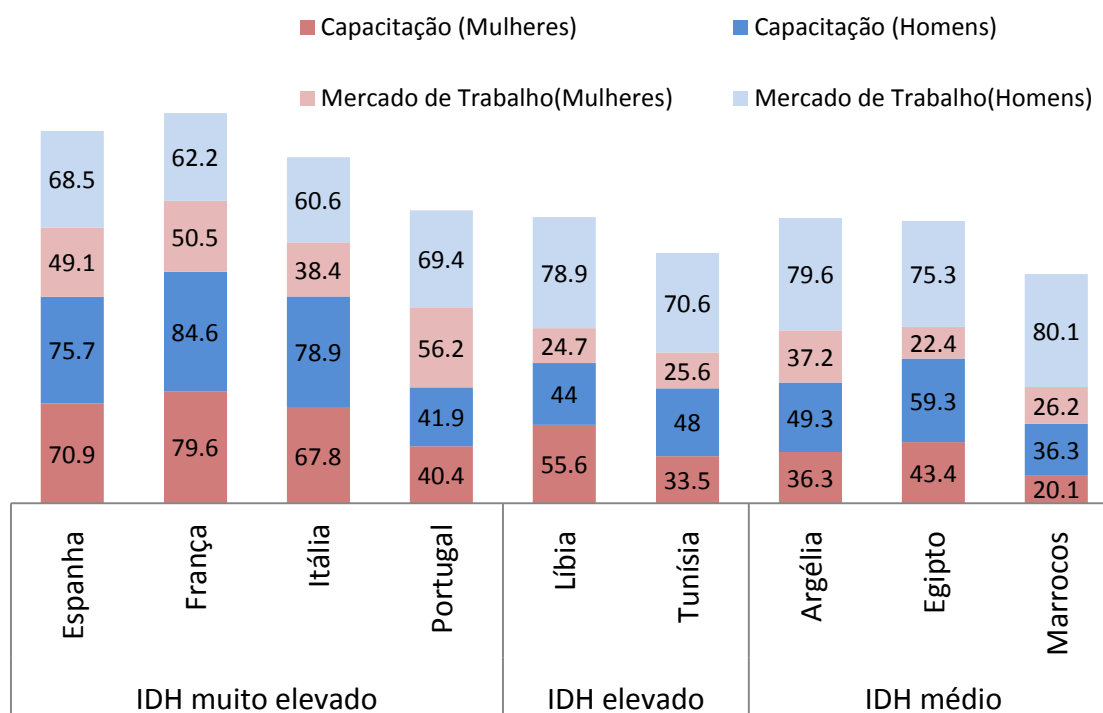


Figura 15: Padrões regionais de perdas devido a desigualdade de género (2009).

Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (RDH, 2011).

Por outro lado, na Europa, a participação política das mulheres no parlamento também não é significativa (existe apenas uma mulher por cada oito homens no parlamento) embora esses países se situem perto da paridade ao nível de educação alcançado e ao emprego formal, apresentando taxas de mortalidade materna baixas e qualidade na saúde reprodutiva.

Este facto sugere que os países com distribuição desigual do desenvolvimento humano também sofrem de elevada desigualdade entre mulheres e homens, e os países

⁴⁴ Relativamente a figura 15, a taxa de participação na força de trabalho é a proporção da população em idade ativa de um país que se envolve no mercado de trabalho, seja a trabalhar ou a procurar ativamente trabalho, expressa como percentagem da população em idade ativa, no gráfico inserimos a expressão (Mercado de Trabalho).

⁴⁵ População com pelo menos o ensino secundário, no gráfico designado de (Capacitação) é a percentagem da população a partir dos 25 anos que atingiu pelo menos um nível secundário de ensino.

com elevada desigualdade de género sofrem de distribuição desigual no desenvolvimento humano. Entre os países com um desempenho francamente mau em ambas as frentes contam-se o Marrocos, país que mais se afasta da igualdade de género, seguido de Argélia, entre os países com IDH médio. Também, a Líbia e a Tunísia encontram-se entre os países que mais se afastam da igualdade de género entre os países com IDH elevado. Os países com melhor desempenho nesse indicador incluem-se a França, a Espanha, a Itália e Portugal.

O mesmo relatório introduz também o IPM, que complementa as medidas de pobreza baseadas no rendimento. O IPM identifica privações nas mesmas dimensões usadas no IDH – saúde, educação e padrões de vida, que se refletem em dez indicadores, cada um com igual peso dentro da sua dimensão. O IPM é o resultado da contagem da pobreza multidimensional e do número médio de privações que cada família multidimensionalmente pobre sofre.

O IPM usa dez indicadores; uma família é multidimensionalmente pobre se sofrer privações em mais de três dessas áreas. As divisões são austeras, refletindo privações agudas, e a maioria está relacionada com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio⁴⁶ (RDH, 2011).

A análise preliminar sugere que o IPM capta aspetos de pobreza sobrepostos mas ainda assim distintos, comparando a contagem nacional dos que são pobres em termos de rendimento (utilizando a linha de pobreza de 1.25 dólares por dia) com aqueles que são pobres em termos multidimensionais, verifica-se que na maioria dos países do Norte de África, o número de pessoas pobres multidimensionalmente são superiores. Em geral, quanto mais baixo é o IDH, maiores probabilidades existem de a pobreza multidimensional exceder a pobreza de rendimento, caso de Marrocos (Figura 16).

⁴⁶ O IPM, simples e relevante em termos de políticas, complementa os métodos de base monetária ao efetuar o Índice de Pobreza Humana (IPH), publicado desde 1997. Pioneiro no seu tempo, o IPH utilizava as médias do país para refletir privações agregadas na saúde, na educação e no padrão de vida. O IPH não conseguia identificar indivíduos específicos, famílias ou grupos maiores de pessoas que sofressem privações em conjunto, o IPM vem colmatar esta falha captando quantas pessoas sofrem privações sobrepostas e quantas privações enfrentam em média. Pode ser discriminado por dimensão para mostrar como se modifica a composição da pobreza multidimensional em incidência e em intensidade nas diferentes regiões, grupos étnicos, etc., trazendo implicações úteis para as políticas.

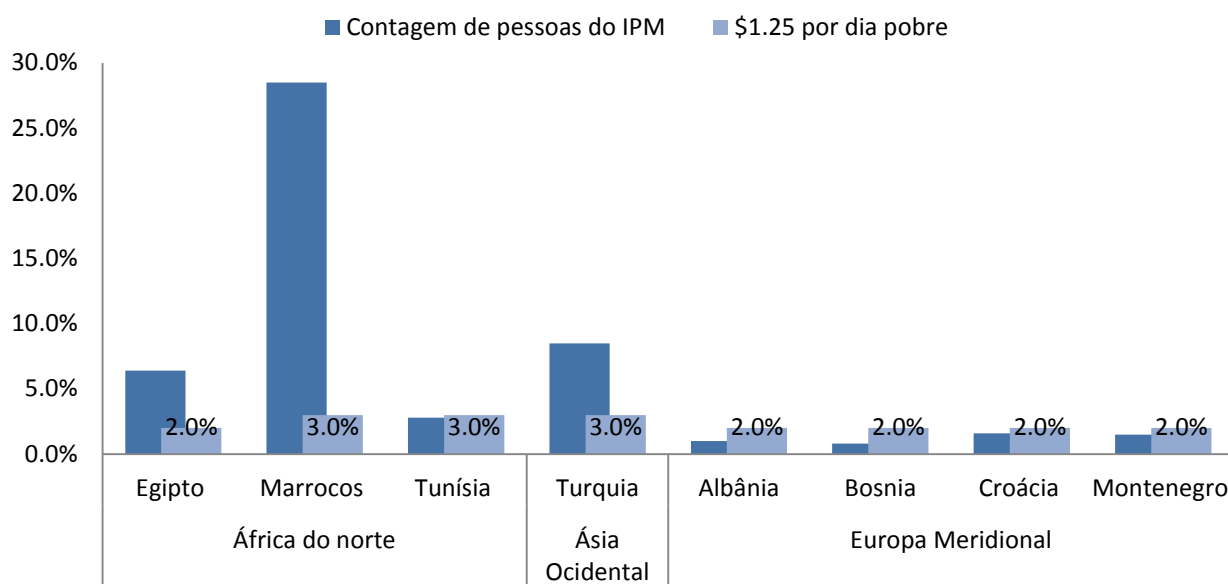


Figura 16: Comparação entre o IPM e a pobreza de rendimento.
Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (RDH, 2010).

A incidência das taxas de pobreza multidimensional⁴⁷ no Norte de África excede geralmente os 3%, exemplo da Tunísia, mas a taxa supera os 6% no Egito, atingindo 29% em Marrocos.

Nos países do norte do Mediterrâneo, os níveis de pobreza estimados pelo IPM são muito baixos. As taxas aproximam-se do zero nos países europeus como a França, Itália e Espanha por isso não os consideramos nos exemplos da Figura 16 e assim tentamos comparar os países do Norte de África com os do Leste da Europa e acrescentamos a Turquia, sendo o país mais vulnerável do grupo asiático, apresentando uma percentagem de 6% no IPM. Nos Balcãs a taxa mais elevada foi estimada em 0.1%, referente ao Montenegro e Croácia. Estes números refletem as limitações de se utilizarem limiares de IPM austeros em países em que existe um acesso bastante bom aos serviços básicos, mas, não deverão servir para inferir que não existem condições de vida difíceis na Europa e Ásia Ocidental.

De mesmo modo que, nos países do Norte de África e alguns países mais ricos da Ásia Ocidental, as privações medidas pelo IPM são muito mais prevalentes do que as

⁴⁷ Relativamente aos dados utilizados na elaboração da figura 16 a contagem de pessoas com pobreza multidimensional (IPM) é a percentagem da população com uma pontuação de privações ponderada de, pelo menos, 33%. E a população abaixo de USD 1,25 em PPC por dia é a percentagem da população que vive abaixo da linha internacional de pobreza de USD 1,25 (em termos de paridade de poder de compra) por dia no gráfico inserimos (\$1.25 por dia pobre).

medidas pelo rendimento. Nos países mais pobres, embora não seja bem captado pelas medidas do rendimento, as privações de rendimento são registados baixos mas isto não implica que não exista pobreza real nestes países. O que acontece é que esses os indicadores têm limitações⁴⁸, e isso faz com que não captem todos os problemas porque sabemos pela experiência no campo e por fontes complementares, incluindo estimativas de pobreza de base monetária, que o sofrimento das pessoas pobres nestes países é real e que, muitas vezes, a desigualdade multidimensional é grande (RDH, 2011).

Desde já, a principal conclusão é a seguinte: A maior parte dos pobres multidimensionais do Mediterrâneo vivem no Norte de África, nomeadamente no Marrocos. Tendencialmente os países têm vindo aumentar o seu IDH, contudo, concluímos que mesmo quando os países realizam avanços no IDH, nem sempre progridem nas dimensões mais vastas do desenvolvimento humano. Embora a maior parte dos países árabes mediterrânicos estejam bem classificados no IDH, a maioria são antidemocráticos ou democráticos sem alternância, desiguais e insustentáveis.

Também não podemos ter a certeza de que os aumentos no IDH nos países árabes venham a ser acompanhados por melhorias nas dimensões mais vastas do desenvolvimento humano ou que as melhorias nessas dimensões venham a gerar aumentos no IDH. Como sabemos, as políticas que fomentam o elevado crescimento não são sempre os mesmos que fazem avançar o desenvolvimento humano.

A desigualdade no rendimento e no não-rendimento tende a ser maiores nos países com um baixo IDH, como é o caso concreto de Marrocos, país mais pobre do Mediterrâneo, pois encontra-se numa posição de desvantagem perante os outros países Mediterrânicos porque sofre as maiores perdas em todas as dimensões do IDH.

As principais conclusões que extraímos da análise do nível de desenvolvimento humano dos países Mediterrânicos são as seguintes: em contextos socioeconómicos é evidente a vantagem da margem norte porque os países europeus sofrem as menores

⁴⁸ À semelhança do IDG, o IPM encerra algumas desvantagens, motivadas principalmente por restrições de dados. Em primeiro lugar, os indicadores incluem ambos os resultados (como os anos de escolaridade) e as contribuições (como o combustível para cozinhar), bem como um indicador fixo (mortalidade infantil, que pode refletir uma morte recente ou ocorrida há muito tempo), uma vez que não estão disponíveis dados atuais para todas as dimensões. Em segundo lugar, os dados referentes à saúde são relativamente pobres e com pouca cobertura, especialmente em relação à nutrição, embora os padrões que surjam sejam plausíveis e familiares. Em terceiro lugar, em alguns casos foi necessário um julgamento cuidadoso para responder à falta de dados. No entanto, para serem consideradas pobres, as famílias têm de sofrer privações em, pelo menos, seis indicadores do padrão de vida ou em três.

perdas em todas as dimensões do IDH. Tudo indica que esse desequilíbrio económico flagrante entre o norte/rico e o sul/pobre poderá estar na origem dos fluxos migratórios massivos no sentido sul-norte (Magrebe-Europa).

Embora, é preciso ter em atenção que essa desvantagem não tem correspondência com as realidades demográficas, quer em termos de volume, quer sobretudo no que respeita às dinâmicas de crescimento populacional recentes e as previsões quanto ao futuro.

4.2 Desequilíbrio Demográfico

Para melhor perceção duma das principais causas que conduzem ao maior fluxo migratório no sentido sul-norte do Mediterrâneo, essa parte do estudo, pretende a partir da observação das dinâmicas macro demográficas e a sua tendência a médio e longo prazo desde 1950 até 2050⁴⁹ perceber os movimentos populacionais, causa e consequência de algumas interrogações que se colocam em termos do futuro da região⁵⁰.

Estima-se que a população global do Mediterrâneo atinja aproximadamente os 600 milhões em 2050, com quase todo o crescimento nos países da margem sul. Se não fosse pela imigração, a população dos países da margem norte atingia o seu pico desde 2000 e estagnaria durante as cinco décadas seguintes.

O cenário a médio prazo entre 2000-2025, foi baseada na análise dos autores ATTANÉ e COURBAGE (2004). Da observação dos mesmos, nos próximos 25 anos⁵¹, a população total do Mediterrâneo como um todo que vão desde 34 mil no Mónaco para 66 milhões no Egito, terão um aumento de quase de 100 milhões de pessoas. Aparentemente é um grande aumento, mas este aspeto deve ser definido com cuidado porque comparativamente a anos anteriores, este valor é inferior do que foram acrescido

⁴⁹ Na criação de cenários a médio e longo prazo partimos de estudos de vários autores, baseados em dados prospetivos das Nações Unidas no horizonte 2050.

⁵⁰ Este ponto foi desenvolvido com base nos trabalhos monográficos de papers sobre as dinâmicas demográficas e migratórias no Mediterrâneo da autora Teresa Rodrigues professora e coordenadora do mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais na FCSH.

⁵¹ O autor refere-se ao período entre (2000-2025).

por exemplo entre 1970-2000, cerca de 142 milhões de habitantes (ATTANÉ e COURBAGE, 2004), ver (Tabela 16 do Anexo D).

Segundo os autores, a questão preocupante prende-se com o facto de a maioria deste aumento ocorrerá na margem sul, que irá adicionar 92,4 milhões de pessoas até 2025, em comparação com apenas 4,3 milhões extra nos países da bacia norte. Alguns países muito povoados, como a Itália, e outros mais escassamente povoadas como a Grécia e Croácia, vão mesmo perder população ao longo do período. A Itália o país mais povoado em 1970 e 2000 vai perder 3,5 milhões de pessoas e permanecer quase estagnada até 2025. Em 2025 a Itália será ultrapassado pelo Egito que terá praticamente triplicado a sua população, este passará do 3º lugar no ranking para o 1º em 2025 (Tabela 17 do Anexo D). No geral, nenhum dos países da fachada sul e oriental vão sofrer a perda de população, incluindo Chipre e Israel, que são demograficamente mais semelhantes aos países do norte, em muitos aspetos. No geral os países do sul, continuarão a ter populações significativamente mais jovens do que os países europeus ver pirâmide da Figura 54 do Anexo D) (ATTANÉ e COURBAGE, 2004).

Uma análise a longo prazo⁵² (Tabela 18 do Anexo D) mostra-nos as estatísticas demográficas básicas da região para os anos de 1960, 2010 e 2050, que apresenta a magnitude do envelhecimento das populações da região Mediterrânica.

Da breve análise pode-se concluir que a região sofreu uma mudança demográfica significativa nos últimos 50 anos e prevê-se mais mudanças em próximas décadas. A população total deverá alcançar cerca de 590 milhões em 2050, com quase todo o crescimento nos países SEM (Southern and Eastern Mediterranean)⁵³.

Em 2050, em quase todos os países considerados, o número médio de anos que um indivíduo poderá esperar viver ultrapassa os 80 anos, mas em nenhum caso será inferior a 78, mantendo-se a vantagem do sexo feminino, que continuará a apresentar diferenças positivas de 5 a 6 anos, essa alteração demográfica na região pode ser verificada nas pirâmides populacionais (Figura 55, Figura 56 e Figura 57 do Anexo D).

⁵² Disponível no Relatório intitulado Demographic Divide and Labour Migration in the Euro-Mediterranean Region (TOSUN, 2011).

⁵³ Corresponde a região Sul e Leste do Mediterrâneo inclui os seguintes países Argélia, Egito, Marrocos, Tunísia, Líbia, Israel, Jordânia, Líbano, Territórios da Palestina, Síria, Turquia (FARGUES, 2008).

As perspectivas demográficas da região mostra aumentos substanciais esperados na idade média, indicia aumentos da participação da população acima de 65 anos, e a relação de dependência dos idosos, que são uma clara evidência de déficit demográfico devido ao envelhecimento da população na região. Há, porém, uma divisão demográfica significativa na região em grande parte entre o Norte e o Sul, onde os países SEM têm e continuarão a ter populações significativamente mais jovens do que os países europeus, embora esta lacuna ou fosso entre as duas sub-regiões deverá ser concluída até certo ponto, em 2050 (Figura 56 do Anexo D).

Cumulativamente, outro cenário a longo prazo com base nas estimativas das Nações Unidas (Figura 17), confirma-se que até meados do século XXI, haverá uma desaceleração nas dinâmicas de crescimento demográfico europeu e sobretudo alterações de ordem qualitativa, que corresponderá do declínio acentuado da fecundidade.

Se formos comparar o perfil demográfico do conjunto dos países europeus com o conjunto do Norte de África, retiramos 3 principais conclusões: em 1950 os países europeus tinham uma população muito mais elevada que os países do Norte de África (150 milhões contra 50 milhões); a partir de 2010 já se notava sinais de inversão que prevê-se resultar mais tarde numa situação de equilíbrio entre os dois conjuntos; contudo em meados de 2030 efetivamente, registrar-se-á, uma situação de transposição, superando os países do Norte de África os europeus, prevendo-se em 2050 a sua supremacia. Ou seja, a diferença norte-sul nas dinâmicas de crescimento populacional inverte a posição relativa dos três grupos Figura 17.

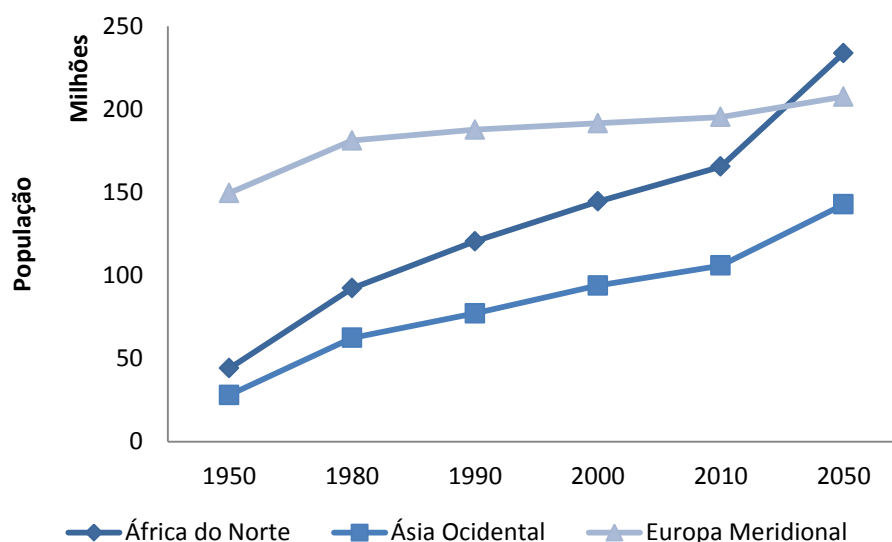


Figura 17: Demografia no Mediterrâneo.

Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados UNDP.

A Tabela 19 do Anexo D reporta-se também, às estimativas sobre volumes populacionais no cenário de longo prazo das Nações Unidas⁵⁴.

Segundo RODRIGUES (2011)⁵⁵, as estimativas preveem-se aumentos demográficos bastante significativos entre 2010 e 2050 no conjunto dos países SEM, que adversam com a realidade dos países do norte do Mediterrâneo, onde mais de metade dos países europeus considerados perderá habitantes.

Da análise podemos concluir que futuramente a clivagem norte-sul nas dinâmicas de crescimento populacional trocará a posição relativa dos três grupos: ou seja, se presentemente os países mediterrânicos europeus constituem o conjunto mais populoso, representando 41% do total da população da região, futuramente decairá para 35%, o

⁵⁴ Essa análise foi elaborada pela autora (RODRIGUES e FERREIRA, 2011) em que os valores apresentados na (tabela 4 do anexo D) “reportam-se às estimativas sobre volumes populacionais no cenário médio das Nações Unidas, baseados nos seguintes critérios: (1) Estimativa de população residente a 1 de julho de 2010, utilizando os dados reais disponíveis para as datas mais recentes; (2) Produção de 8 cenários diferenciados em termos da evolução tendencial da fecundidade, mortalidade e migrações; (3) Convergência gradual dos níveis de Fecundidade até 1.85 filhos/mulher, após o que se mantém constante. Trata-se, no entanto, de um valor inferior aos 2.1 que representa o mínimo para garantir a substituição das gerações; (4) Os níveis de Mortalidade reduzem-se, com ganhos cada vez menos significativos na esperança média de vida. Este cenário global de sentido positivo só admite exceções para os países mais afetados com HIV/SIDA; (5) As migrações surgem do prolongamento das tendências passadas, cruzadas com um estudo das políticas de migração vigentes nos diferentes Estados. Na sua maioria foram assumidos valores constantes. (UNDP, World Population Prospects: The 2008 Revision, Nova Iorque, 2009)” Idem ibidem.

⁵⁵ Utilizamos dados estatísticos da respetiva fonte na elaboração de cenários de longo prazo.

que corresponderá a uma taxa de variação de apenas 6%. Futuramente a liderança passará para o Estados do Norte de África⁵⁶, que em 2010 contaram com 35% mas em meados do século contarão com 40% do total, que ajustará a uma taxa de variação de 41%. Participação relativamente idêntica vai ter a população asiática⁵⁷ que contribuiu com 22% em 2010 mas crescerá para 24% com uma taxa de variação de 34% respetivamente (Tabela 19 do Anexo D).

A causa da atual supremacia demográfico na Europa Mediterrânica deve-se a porção de efetivos nos países do sul da Europa, muitos dos quais nascidos ou descendentes de cidadãos imigrantes africanos ou asiáticos. De maneira que, o peso positivo dos saldos migratórios com destino aos países do sul da Europa continuará a corrigir a diminuição progressiva da diferença entre os volumes de nascimentos e óbitos.

Nos próximos decénios, o conjunto dos países europeus crescerá apenas aproximadamente 6 pontos percentuais e seis Estados registam uma diminuição de efetivos, em alguns casos muito significativa, por exemplo os Balcãs é a região mais afetada, com a Croácia e a Bósnia e Herzegovina, a poderem perder até 2050, aproximadamente 12 e 21% respetivamente, do total dos atuais residentes, como resultado da atual alteração do comportamento coletivo face a fecundidade, no sentido da convergência ao modelo europeu de transição demográfica.

Entre os países SEM a Síria terá o maior acréscimo populacional, que poderá elevar-se a 61%, secundada pelo Egito 52% e a Líbia 38%, ambos com variações positivas de cerca de 50%. Globalmente, o peso relativo dos conjuntos africanos e asiático sobe cerca de 45% no contexto mediterrânico (RODRIGUES, 2009).

Conjuntamente a Figura 18 abaixo⁵⁸, baseado em dados da tabela em (Tabela 20 do Anexo D) da autora RODRIGUES (2009) apresenta para quatro períodos selecionados os ritmos de crescimento médio anual do total de residentes Mediterrânicos entre 1950 e 2050. Apesar da previsível desaceleração dos ritmos médios de crescimento, a margem sul, continuará com uma dinâmica muito superior à margem norte.

⁵⁶ O Egito é o país mais populoso do Mediterrâneo, contará com 123452 milhares de habitantes em 2050 que corresponderá a um total de 21% do total da população da região.

⁵⁷ A Turquia é o segundo país mais populoso do Mediterrâneo, contará em 2050 com 91617 milhares de habitantes, e contribuirá com 15% para o total.

⁵⁸ Na elaboração da figura efetuamos a média por região, utilizando os dados da respetiva fonte citada.

Nota-se que a diferença de crescimento populacional entre 1950-2000⁵⁹ e 2045-2050 será enorme, ainda que na região europeia seja mais atenuada nos casos de França⁶⁰, Espanha, Itália, e Portugal que se tornaram eles mesmos destinatários de imigrantes e onde os saldos positivos da imigração conseguem contrabalançar a redução populacional. Contudo, nos Balcãs, área grande instabilidade política e piores níveis de desenvolvimento humano assinalam nos últimos anos reduções de residentes que dificilmente conseguirão recuperar nas próximas décadas, e os resultados tenderão a ser ainda mais negativos futuramente.

A maioria dos Estados africanos e asiáticos, por outro lado, aumentaram a sua população em média 2 a 3% ao ano. Contudo a confrontação dos resultados então obtidos com os atuais, certificam descidas da ordem dos 50%⁶¹, exceção feita à Síria e Chipre os únicos país que elevaram o crescimento entre 1950-2010 (RODRIGUES, 2009). Prevê-se a partir de 2020-2025 igualmente descidas na taxa de crescimento médio anual da população em todos os países do conjunto (Tabela 20 do Anexo D).

⁵⁹ Em termos concretos, os valores de crescimento médio real (até 2010) refletem as diferentes cronologias a que obedece a transição para a modernidade demográfica das entidades políticas consideradas. Em meados do século XX vigoravam, mesmo na margem norte, níveis altos de fecundidade e mortalidade.

⁶⁰ A Organização das Nações Unidas calcula que, se a França quisesse manter uma proporção de 3 pessoas, com idades entre 15 a 60 anos para uma pessoa com mais de 60 anos de idade, ela deveria receber 920.000 imigrantes.

⁶¹ Os países do Magrebe, foram marcados por fenómenos tardios, rápidos e convergentes de transição demográfica, enquanto nalguns Estados o processo de mudança apenas teve início. Acresce a este facto os desafios inerentes a uma estrutura etária muito jovem, ainda mais quando comparada com a realidade europeia.

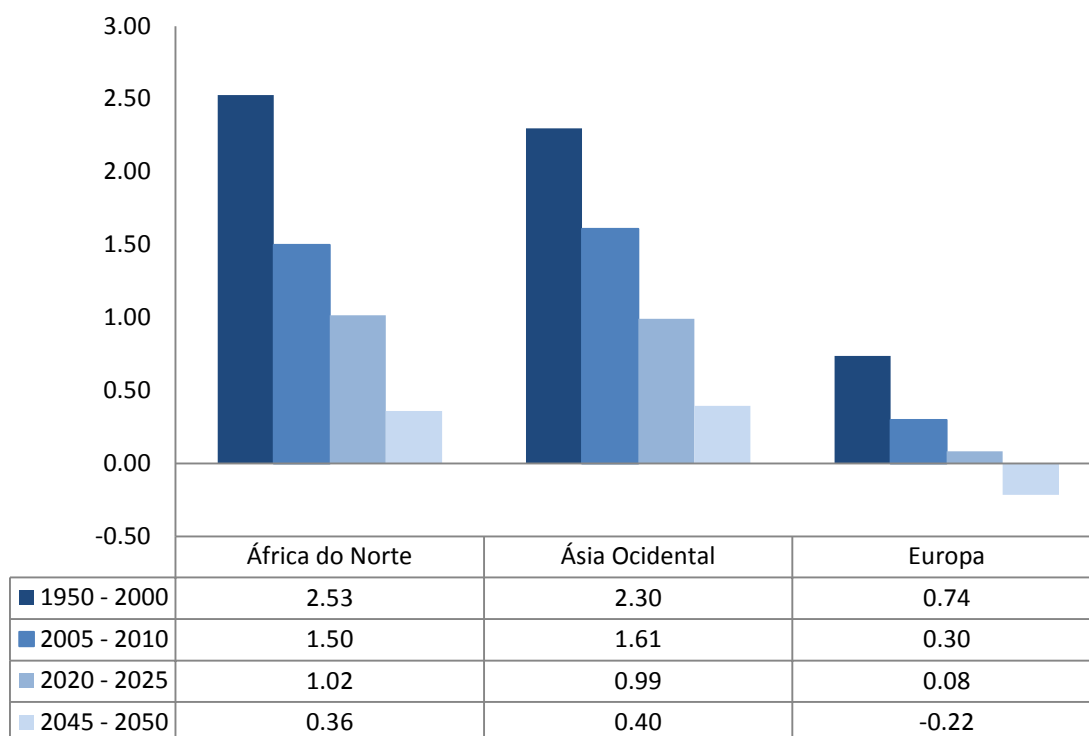


Figura 18: Taxa de crescimento médio anual da população, a média.

Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (RODRIGUES, 2009).

Segundo RODRIGUES (2009) as amplitudes entre ritmos máximos e mínimos de crescimento anual médio irão diminuir-se, porém haverá um número cada vez maior de locais em estabilização ou recessão demográfica (caso da Europa -0.22 a média do conjunto). Observamos em todos países balcânicos uma situação de estagnação, dois entre 2005-10 (Bósnia e Herzegovina e Croácia), quatro mais a Itália entre 2020-25 (Grécia, Bósnia Herzegovina, Croácia, Eslovénia), e 8 em 2045-50 (Grécia, Albânia, Montenegro, Bósnia Herzegovina, Croácia, Eslovénia, Itália e Malta) todos com crescimento populacional negativo.

A França deparar-se-á mais tarde, entre 2045-2050 com uma paralisação populacional. O Mónaco e a Espanha serão os únicos países europeus considerados com um crescimento positivo muito modesto de (0,33 e 0,05 respetivamente). No entanto, no conjunto SEM todos os países virão a ter o crescimento efetivo maior que zero, em meados do século XXI, a Síria continuará a liderar o processo de aumento demográfico do com um crescimento de (0.70%), seguida pelo Egito, todos com aumentos anuais médios próximos do meio ponto percentual, valor muito baixa comparativamente com anos

anteriores, mas apesar da previsível desaceleração, continuarão com uma dinâmica muito superior á Europa que apresenta valores positivos negativos ou nulo em quase todos os países.

Concomitantemente e para finalizar a análise demográfica na (Tabela 21 do Anexo D) pretende-se observar a evolução da fecundidade privilegiando as variações do Índice Sintético de Fecundidade (ISF)⁶² ou número médio de filhos por mulher entre 1975 - 2050 e respetiva taxa de variação. A análise elaborada pela autora RODRIGUES (2009) é baseada em valores reais entre 1975 -2010.

Um aspeto a destacar são as variações negativas generalizadas do indicador de fecundidade⁶³. Pelo que devem ser lidos com cautela porque os resultados prospetivos são influenciados pelas opções de convergência. A França⁶⁴ realiza-se melhor na perda populacional, um caso considerado excecional, sendo o primeiro país a beneficiar com as políticas de família ajustadas ao perfil étnico e social da sua população residente. Não obstante, conseguirá também, um menor aumento da taxa de crescimento da população⁶⁵. Contudo, foi muito melhor colocado do que a Espanha e Itália onde o declínio é muito mais acentuado, igualmente o crescimento nos estados dos Balcãs, também foram muito baixa, especialmente na Bósnia. Também a inércia demográfica na Albânia combinado com o grande número de mulheres que chegam à idade fértil, vai agir ligeiramente para conter a baixa taxa de natalidade em declínio. Neste país com característica semelhante em muitos aspetos aos países do sul, a taxa de aumento irá diminuir ligeiramente. Nos países do Sul do Mediterrâneo registam as maiores reduções, isto porquê partam de valores elevados, que na Argélia e Líbia atingiram em 1975-80 os 7 filhos por mulher e baixará para menos de 2 filhos entre 2045-2050. A Síria possui médias idênticas, mas o processo de mudança será mais tardio passará de (7 para 2 filhos por mulher), juntamente com a Argélia e a Líbia) ver (Figura 59 do Anexo D).

⁶² Por reportar a cenários prospetivos, os resultados são influenciados pelas opções de convergência, pelo que devem ser lidos com cautela, chama a nossa atenção para o facto a autora.

⁶³ Quanto a taxa de mortalidade, a questão é menos preocupante por ser relativamente consensual e uniforme a evolução esperada (RODRIGUES, 2009).

⁶⁴ Apresenta um valor de fecundidade constante entre (1.86 á 1.85) durante os 80 anos e uma taxa de variação positiva de 1.6 (valor real entre 1975-2010).

⁶⁵ A adição será de apenas 191 mil habitantes por ano entre 2000 e 2025, comparados com 295 mil, entre 1970 e 2000. A taxa de aumento anual caíra ligeiramente de 0,54% para 0,31% (ATTANÉ e COURBAGE, 2004).

Confirma-se que a faixa europeia entre os anos 70 e 80 já se encontrava em plena transição do modelo e deixou entre 2005-2010 de garantir a renovação geracional (ATTANÉ e COURBAGE, 2004). Contudo a Albânia será na Europa Mediterrânica o último “bastião” de fecundidade porque entre 1975-1980 foi o único a alcançar os 4 filhos por mulher.

Nas próximas décadas prevê-se o atenuar das diferenças em todo o universo populacional do Mediterrâneo. A natalidade e os níveis de fecundidade continuarão a reduzir-se em quase todos os países da margem sul, mas poderão assinalar ligeiras subidas a norte, resultado do possível empenho político no setor das políticas públicas de incentivo à natalidade e fecundidade, em alguns casos, como em França, já iniciadas com respeitante sucesso.

As diferenciais norte/sul de fertilidade em 2000 serão amplas: paridade média de 2,66 filhos por mulher nos países do sul contra 1,59 na margem norte - uma diferença grande de 67%. Mas a diferença abrandará acentuadamente em 2025: de 2,04 e 1,74 filhos por mulher, respetivamente - um diferencial mero de 17% (ATTANÉ e COURBAGE, 2004). Os cenários de média hipótese propostos pelos demógrafos europeus sugerem essa convergência, acreditando que a taxa de fertilidade do norte que caiu para níveis baixos vai começar a subir novamente, contudo, sem aprofundar a probabilidade de um aumento da fertilidade à luz da história contemporânea demográfica europeia. A taxa de fertilidade dos países do norte passará de 1,59 em 2000, para 1,74 em 2025, ou seja 9% em 25 anos, mas permanecerá abaixo do nível da substituição das gerações

Por outro lado, a fertilidade dos países do sul cairá acentuadamente de 2,66 para 2,04 filhos por mulher. Então, 25 anos depois, esses países também estarão no nível de reposição, mas com a fertilidade ainda acima dos níveis do norte.

Contudo, a Divisão da População das Nações Unidas é muito menos otimista em relação ao fechamento de lacunas de fertilidade, que prevê uma contínua diferencial norte/sul de fertilidade de 0,44 filhos por mulher em 2025, contra 0,30 de acordo com as hipóteses propostas no estudo de ATTANÉ e COURBAGE (2004).

Em 2025, a maioria dos países do sul apresentará níveis de Fecundidade igual ou inferior aos 2.1 que representa o mínimo para garantir a substituição das gerações. Só nos territórios palestinos a fertilidade vai continuar em níveis muito elevadas, de 5.5

filhos por mulher, em 2000, e ainda 3.2 em 2025. Por outro lado, a fertilidade vai subir novamente em todos os países norte, além de Albânia, que continuará a ser o país de maior fertilidade no norte.

A pressentível desaceleração gradual das taxas de crescimento anual médio, em todos os países mediterrânicos e uma progressiva uniformização das dinâmicas demográficas pode ser explicada pela previsível mudança de comportamentos coletivos causada pelo processo de globalização que tende a tipificar os estilos de vida e os padrões de consumo a todas as populações, embora paradoxalmente amplifica a fratura entre ricos e pobres, em termos económicos e sociais. *“O equilíbrio entre população, recursos e desenvolvimento volta a ser matéria de preocupação, embora o futuro da espécie humana esteja mas condicionada por níveis de vida regionalmente diferenciados, que pelo seu volume total”* (RODRIGUES, 2009).

Tendo em conta as análises dos analistas sobre o tema em questão, afirmaríamos, que uma das causas do maior fluxo migratório no sentido sul-norte do Mediterrâneo é muito devido, as questões de necessidade de reequilíbrio demográfico entre as margens. Alguns autores⁶⁶ sugerem que das realidades humanas desiguais poderão originar necessidade de aliança, que decorrerá em vantagens de convergência, complementaridade e equilíbrio demográfico no presente e futuro entre a Europa e os países SEM, designadamente em termos de ajustamento perante as alterações expectáveis nas dinâmicas de crescimento nos próximos anos.

Os níveis de desenvolvimento distintos poderão resultar, similarmente, em novas lógicas de cooperação e relações externas, quer entre os países da mesma região, quer entre as duas margens, quer com outras áreas geopolíticas e geoeconómicas.

A autora RODRIGUES (2009) menciona que o fluxo migratório intensivo na região no sentido Sul-Norte (Magrebe-Europa⁶⁷) tenderá a acentuar-se. E que esse fluxo migratório tem duas consequências diretas o sul garante o dinamismo demográfico e abranda a redução populacional em alguns países da margem norte; e o norte contribui

⁶⁶ Entre outros destacamos (RODRIGUES, 2009), (FARGUES, 2008), (ATTANÉ e COURBAGE, 2004, MARTÍN, 2009).

⁶⁷ Desde os anos 90 a pressão migratória nas zonas do litoral têm aumentado, como consequência, os países do sul da Europa poderão apresentar dinâmicas demográficas mais positivas causadas por 2 tipos de migração: a intraeuropeia, e a extraeuropeia, constituída por população em idade ativa, que nos interessa neste estudo.

para reduzir o aumento da população residente nos países do sul; o sul fornece ao norte a população ativa que este necessita e o norte oferece ao sul as oportunidades de trabalho, ou seja, *“na margem Norte as migrações constituem a chave do crescimento demográfico”* e na margem sul as migrações consistem no aliviar de pressões sobre terras e recursos. Embora estes aspetos devem ser encarados com alguma cautela, porque *“nem todo o norte é atrativo”* (RODRIGUES, 2009).

A partir de 2010 assistimos desequilíbrios de força de trabalho entre o norte e o sul do Mediterrâneo e um abrandamento das ofertas de trabalho no norte, por causa da imigração massiva no sentido sul-norte, devido à uma fonte muito persistente de excedente de trabalho dos países sul e leste. Esses formam alguns riscos inerentes às divergências demográficas entre o norte e o sul do Mediterrâneo, em particular o Magreb, que embora na primeira década do século XXI, assistiram a um nível histórico de entradas no mercado de trabalho, este facto não foram mais do que um pico, verificando-se, nos anos recentes um decréscimo (AUBARELL e ARAGALL, 2001) exemplo ilustrativo (Figura 61 do Anexo D).

De maneira que, as necessidades de emprego desta enorme força de trabalho da população jovem (entre 15-30 anos), atualmente, excedem as necessidades do mercado de trabalho europeu. Este aspeto é mais preocupante do que as questões populacionais propriamente ditas, sobretudo porque este número recorde se verifica num mercado de trabalho sem capacidade de absorção, principalmente devido ao impacto das reformas económicas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Do momento as questões de segurança e controlo das fronteiras constituem uma das questões mais controversas, opondo-se às exigências do mercado de trabalho europeu e à importância estratégica da emigração para os países de origem⁶⁸

Por outro lado, a assimetria na distribuição dos novos efetivos, privilegiando os centros urbanos⁶⁹, grandes recetores de imigrantes internos - êxodo rural⁷⁰ e imigrantes

⁶⁸ Idem

⁶⁹ O Mediterrâneo tinha 290.041.000 habitantes urbanos em 2005, 64% da população total da bacia. Em 2020, o Mediterrâneo deverá ter 357.236.000 de residentes urbanos, que corresponde à 68% da população total. De 1990 a 2020, o crescimento da população urbana será de 55,35%, o que é mais elevado do que o crescimento da população Mediterrânea como um todo (38,23%) e o crescimento da população rural que é de (11, 53%) (ABIS, 2006b).

⁷⁰ O êxodo rural agrava a dependência alimentar e faz aumentar a dependência externa. Existem redes já consolidadas de passagem para a margem norte. Por outro lado, os recém-chegados ou de passagem

internacionais ver (Figura 62, Figura 63 e Figura 64 do Anexo D) é hoje vista como um fator potencialmente negativo em termos de bem-estar social, pela incapacidade manifesta que a esmagadora maioria dos responsáveis políticos tem manifestado na resolução dos desafios inerentes a este problema. A discrepância entre expectativas e realidades potencia percepções de insegurança na opinião pública e reduz a estabilidade interna, fenómeno hoje na ordem do dia (Figura 65 do Anexo D).

Nas próximas décadas, as assimetrias na distribuição da riqueza, a diferença entre os padrões de vida dos dois lados do Mediterrâneo e a necessidade de corrigir o diferencial demográfico torna inevitável o continuar da pressão migratória. Estes fatores aliados a outros, tais como: a afinidade linguística e cultural, à proximidade geográfica da Europa e à quase inexistência de barreiras físicas incitará ainda mais o desejo, que se traduz frequentemente em imigrações ilegais que constituem a incerteza quanto ao futuro da região (RODRIGUES, 2009).

Neste contexto, no próximo capítulo a noção de fratura entre as margens norte e sul do Mediterrâneo, estará centrada nos fluxos migratórios e na sua gestão, como sabemos o desenvolvimento de políticas migratórias no Mediterrâneo são questões constantemente remetidas para primeiro plano da cena política da União Europeia.

ocupam os lugares deixados vagos pelos autóctones ou que estes recusam por serem mal remunerados, o que nivela em baixa os níveis salariais e cria tensões internas. (BARATA, Óscar Soares) citado por (RODRIGUES, 2009)

CAPÍTULO V - FLUXOS MIGRATÓRIO NO MEDITERRÂNEO

5.1 Sistema Migratório

“O mediterrâneo é talvez o espaço onde mais cedo fluxos de homens, mercadorias, ideias se desenvolveram e expandiram (egípcios, gregos, romanos), sendo um espaço de forte interação social, económica, cultural” (BRAUDEL, 1966).

Após a análise das principais causas dos fluxos migratórios intensivos no sentido sul-norte do Mediterrâneo, este capítulo nasce com a intenção de dar resposta à primeira questão orientadora, que consiste em avaliar a evolução e a posição do Mediterrâneo no contexto das Migrações Euro-Mediterrânicas. Assegura principalmente dar resposta às questões específicas: Como podemos classificar o sistema migratório neste espaço? Quais os fluxos migratórios mais relevantes?

De acordo com (BRAUDEL, 1966) o Mediterrâneo é um *"espaço de movimento"* e presentemente, graças ao desenvolvimento de novos meios de transporte, parece mais do que nunca, desempenhar o papel de ponte entre três continentes, representando o maior espaço migratório do Mundo (DUMONT, 2010).

Nas páginas seguintes procuramos aprofundar alguns aspetos ligados ao fenómeno de migração⁷¹ no Mediterrâneo, a partir da análise dos principais fluxos migratórios, das suas causas e consequências, e de cenários migratórios prospetivos (2010-2050), analisaremos os desafios que se colocam em termos migratórios ao futuro da PEM.

Em primeiro lugar, o que é um fluxo Migratório? Segundo DUMONT (2010) o conceito pode variar, dependendo se se considerar de migração temporária ou migração permanente.

Existem múltiplos e complexos fluxos de migração, dentro e a partir do Mediterrâneo, sendo uma área geográfica e geoestratégica única, se caracteriza pelo seu contraste e diversidade, o que explica a complexidade dos fluxos migratórios.

⁷¹ Designa-se de migração “todo movimento de população para o território de um outro Estado ou dentro do mesmo que abrange todo o movimento de pessoas, seja qual for o tamanho, sua composição ou suas causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desarraigadas, migrantes económicos”. Citado por (RODRIGUES, 2009)

O sistema migratório no Mediterrâneo é composto por: mobilidade no sentido Sul-Norte (Magrebe-Europa), Sul-Sul (da Argélia e da Tunísia para a Líbia e dos países do Magreb e do Egito para o Golfo Pérsico) e fluxos Leste-Oeste (dos Balcãs e Turquia para a Europa Ocidental) conforme (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Podemos distinguir três fluxos migratórios intracontinentais: Mediterrâneo africano, Mediterrâneo asiático e Mediterrâneo europeu; e três fluxos migratórios intercontinentais entre África – Europa; Ásia – Europa e entre África – Ásia, e migrações de trânsito, citado por DUMONT (2010).

Podemos afirmar, que o Mediterrâneo encontra-se inserido num sistema de migração dependente de vários processos internacionais, como podemos observamos na Figura 19.

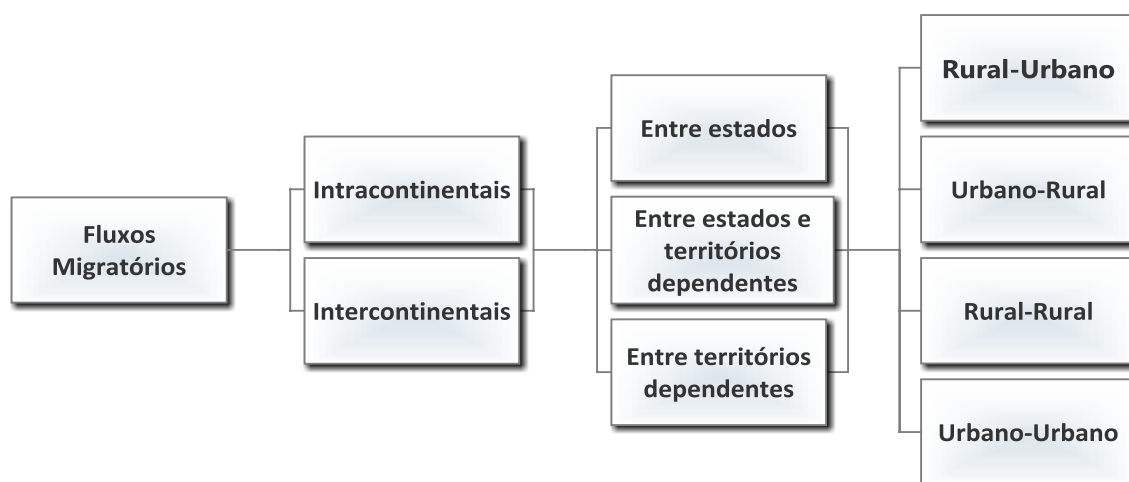


Figura 19: Classificação do sistema migratório internacional (Adaptado de MARCO, 1993).

Fonte: Elaboração Própria.

Segundo RODRIGUES e FERREIRA (2011), nos movimentos migratórios do Mediterrâneo, existem também questões características comuns aos movimentos globais, particularmente a feminização, a migração de trabalhadores pouco qualificados, mas também com qualificações superiores. Os novos movimentos e redes transnacionais, o tráfico ilegal de pessoas, e a sobreposição entre os fluxos de refugiados e asilados e os fluxos de imigração ilegal.

5.2 A História dos Fluxos Migratório

“Os países mediterrânicos protagonizam na atualidade um papel de um papel de destaque no contexto das migrações internacionais porque se colocam na confluência de dois sistemas migratórios internacionais de grande risco: uma área de mobilidade (que é África) e a mais procurada das regiões de acolhimento (a Europa) ”. (AUBARELL e ARAGALL, 2001) citado por (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Segundo DUMONT (2010) durante o século XIX e os primeiros anos do século XX, os fluxos migratórios no Mediterrâneo eram descontínuos, e pudemos justificar tal afirmação depois de observar os saldos migratórios dos países Tabela 1 do Anexo E⁷² da autora acima citado.

Antes de 1945 até 1960, verifica-se um saldo migratório muito negativo no conjunto europeu, devido à colonização nesta época fluíram ondas de migração em direção norte-sul (Europa-Magrebe).

A partir de 1960, os fluxos sul-norte (Magrebe-Europa) dominaram, devido à necessidade de trabalho do pós-guerra, e os "Trinta Anos Gloriosos" da Europa⁷³, daí verificar-se um saldo migratório muito positivo.

Entre 1950 e 1973⁷⁴, com a crise petrolífera, a Europa adota políticas hostis de fechamento de portas à imigração e à uma maior fiscalização restritivo. A recessão económica vai causar um endurecimento das políticas de acolhimento europeu com a introdução de normas mais rigorosas. Os tradicionais países de imigração, como a Alemanha, a Holanda, a Bélgica ou França vão abrandar a sua política de imigração liberal apostando na cessação de recrutamento de trabalhadores estrangeiros e implementação de dietas restritivas à imigração.

⁷² Os saldos migratórios entre 1955-2010, análise das autoras (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

⁷³ Caracterizado por forte crescimento económico experimentado entre 1945 e 1975. A grande maioria dos países desenvolvidos europeus passou a membros da OCDE. O período foi caracterizado pela reconstrução económica de países devastados pela guerra, pelo retorno a uma situação de pleno emprego na maioria dos países, e pelo um crescimento elevado da produção industrial e do fenómeno do baby boom. Nesta época já tinha uma população estável ou ligeiramente regressiva, daí a necessidade de encontrar mão de obra para atender a demanda e permitir a reconstrução da Europa (DEMOULIN, 2011).

⁷⁴ A década de 70 viu a passagem, a importação de trabalho estrangeiro, para preencher um défice permanente da força de trabalho criado pelo crescimento económico, ao fechamento das portas da migração, devido a uma crise económica grave.

No entanto, por razões morais e humanitárias e por causas demográficas (fertilidade em declínio nos países da Europa) os países têm adotado políticas de acolhimento (reagrupamento familiar) que permite aos imigrantes o direito de uma vida normal.

Em 1950, 1960 e 1970, a natureza migratória dos países do Mediterrâneo podia ser facilmente definida em três funções. Alguns países claramente exerciam a função de imigração⁷⁵, outras de natureza dos países de emigração⁷⁶ enquanto outros territórios apareceu claramente, pelo menos em certos momentos, como praticar principalmente uma função de trânsito (DUMONT, 2010).

Os anos 70 coincidem com a fase da transição migratória: da passagem duma imigração de trabalho temporário dos países do Sul para Europa à uma nova lógica de migração. Foram desenvolvidos a migração para os países produtores de petróleo como (Líbia e Oriente Médio) enriquecidos pelos choques do petróleo.

Em meados dos anos 80, surgiram novas políticas europeias de imigração humanitária, para além dos de reagrupamento familiar, os de requerente de asilo e refugiados. Essas migrações sul-norte são realizadas de acordo com a solidariedade histórica e devido à proximidade geográfica.

Em meados do século XX, com nova lógica migratória, os fluxos migratórios no sentido sul-norte, tornaram-se massivos, devido à uma série de causas, que tem a ver com o crescimento económico da Europa, as necessidades de trabalho e a estagnação demográfica (DUMONT, 2010).

Os saldos migratórios dos países poderiam continuar a permitir distinguir países de emigração e países de imigração, contudo com o processo de globalização e o agravar de conflitos políticos, a realidade vai muito além destas simples distinções, uma vez que

⁷⁵ Segundo a Organização Internacional para as Migrações OIM- Imigração é o processo mediante o qual pessoas não nacionais ingressam em um país com o fim de estabelecer-se. Atualmente são três os fatores que enquadram a gestão da migração na Europa: a necessidade de manter um canal aberto para a imigração laboral, a regulação das admissões através do reforço dos controlos fronteiriços, e a necessidade de integrar os imigrantes.

⁷⁶ Segundo a OIM - Emigração é o ato de sair de um Estado com o propósito de assentar-se (assentar-se) em outro. As normas internacionais de direitos humanos estabelecem o direito de toda pessoa de sair de qualquer país, incluindo o seu. Somente em determinadas circunstâncias, o Estado pode impor restrições a esse direito. As proibições de saída do país repousam, em geral, em mandados judiciais.

existem cada vez mais territórios que asseguram as três funções em simultâneo: emigração, imigração e trânsito, ou seja, os países estão a submeter as novas lógicas migratórias que consistem em movimentos migratórios mistos que obedece a diversidade de rotas (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

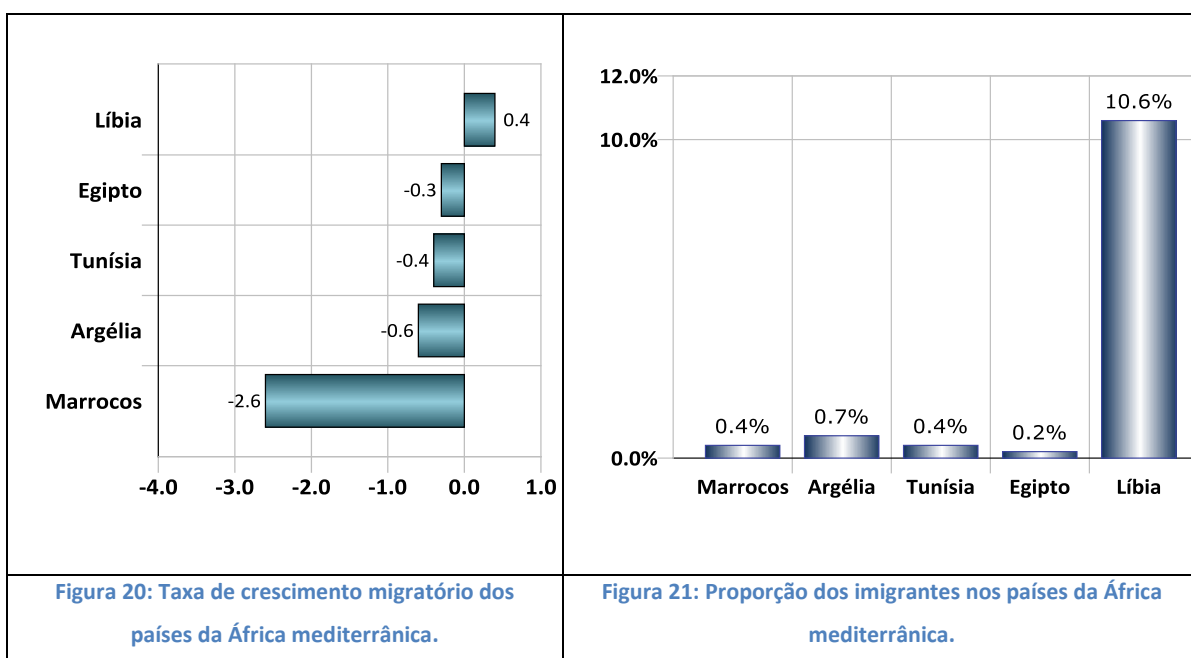
A evolução recente do fenómeno migratório na bacia mediterrânica é marcada também por alterações significativas no perfil dos migrantes. Inicialmente era principalmente homens entre 15 e 45 anos de idade, solteiro, sem qualificação, a procura de trabalhos precários. Hoje é principalmente mulheres e crianças que se juntam à família no país de acolhimento, é portanto, principalmente inativos a favorecer de um sistema de segurança social muito atraente, num ambiente económico difícil, onde os benefícios concedidos aos imigrantes tendem para provocar reações de ciúme por parte dos nacionais e cada vez mais movimentos xenófobos.

Os países do Magreb são a principal fonte de migrantes para a Europa, esses costumam manter fortes laços com os seus países, que estão na origem dos fluxos culturais (cooperação entre culturas diferentes) e económicos (remessas). As remessas contribuem para o desenvolvimento do país de origem como fonte de divisas externas e permite a formação profissional e escolar das famílias. Embora, alguns analistas defendem que o impacto positivo destes fatores, é pouco claro. Em grande parte, as transferências monetárias não são um agente de investimento e a sua produtividade é insignificante. Em muitos casos, contribui para a dependência, aumenta as desigualdades entre setores sociais, e provoca igualmente tendências inflacionárias. No que diz respeito às qualificações, quando os países recetores oferecem emprego qualificado (nas tecnologias da informação, saúde e no setor agroalimentar) é atribuído preferência a indivíduos com uma formação específica, o que na realidade conduz à «fuga de cérebros». Isto não apenas diminui a disponibilidade de recursos humanos qualificados no país de origem, como também implica um elevado custo financeiro – enquanto a formação é da responsabilidade do país de origem, os benefícios da produtividade desta formação vão para o país de destino (AUBARELL e ARAGALL, 2001). As (Figura 45 e Figura 46 do Anexo E) ilustra a mudança radical em relação à formação de uma geração de imigrantes da região do Norte de África.

5.3 Fluxos Migratórios Intracontinentais

De acordo com DUMONT (2010) no Mediterrâneo africano existe quatro países de emigração - Marrocos, Tunísia, Argélia e Egito e um único país de imigração⁷⁷ a Líbia ver (Figura 47 do Anexo E).

Conforme podemos observar na Figura 20 e Figura 21, no âmbito das migrações interafricanas, a Líbia é o único país imigrante com uma taxa de crescimento migratório anual positiva de 10,7% no ano de 2005, enquanto o resto do Magrebe apresenta valores negativos por serem essencialmente países de emigração e atualmente de trânsito.



Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (DUMONT, 2010)⁷⁸.

Os fluxos migratórios intracontinentais dos países ribeirinhos do Mediterrâneo assumem diferentes motivações tais como económicas, políticas e sociais. No **Mediterrâneo africano** obedecem a motivações essencialmente económicas e dá-se com maior intensidade para Líbia, (migrações de trabalho) de acordo com DUMONT (2010).

Historicamente, o fluxo de imigração para a Líbia começou em meados dos anos 1960⁷⁹ logo após a descoberta das reservas de petróleo e hidrocarbonetos. Nas duas

⁷⁷ Segundo a OIM- Imigração é o processo mediante o qual pessoas não nacionais ingressam em um país com o fim de estabelecer-se. Atualmente são três os fatores que enquadram a gestão da migração na Europa: a necessidade de manter um canal aberto para a imigração laboral, a regulação das admissões através do reforço dos controlos fronteiriços, e a necessidade de integrar os imigrantes.

⁷⁸ O autor utilizou como fonte os dados estatísticos da ONU.

décadas seguintes, o aumento das receitas do petróleo, juntamente com ambiciosos programas económicos e sociais, incitado pela falta de infraestruturas e de mão de obra qualificada no país, atraiu um grande número de imigrantes, especialmente de países árabes vizinhos como Argélia, Tunísia, Egito e Marrocos.

Em meados dos anos 1970, a Líbia era um importante país de imigração no âmbito da cooperação internacional de movimentos sul-sul (DUMONT, 2010). O país oferecia um número de postos de trabalho que a população ativa não conseguia preencher e constituía uma importante bacia migratória para os seus vizinhos porque exercia influência sobre estes devido à importância dos seus recursos naturais como o petróleo, o gás natural, o calcário e outros tipos de recursos que sustentam diversas indústrias como entre outros, a siderurgia e a construção civil (LEAL, 2009).

A Líbia tem sido também, o destino de refugiados do Sudão e tem servido de país de transição para a Europa, sobretudo, de migrantes por motivos económicos vindo da África subsariana. Contudo, uma série de secas severas e conflitos violentos na região do Sahel desencadeou grande fluxo de refugiados - a maioria tuaregues do Níger e também refugiados Tubu. Na década de 1990 ocorreu uma mudança importante na composição nacional de fluxos de entrada. Após o embargo da ONU (1992) e as relações instáveis entre a Líbia e os países árabes vizinhos, Kadafi começou a perseguir uma política de portas abertas para nacionais da região Sub-Sahariana, que começou a entrar na Líbia em números maiores. Mais tarde, em meados de 2000, com o objetivo de atingir um equilíbrio entre a necessidade de importar mão de obra estrangeira e de obter a remoção de sanções internacionais, o ex-presidente Kadafi, em cooperação com os países europeus negociou alguns aspetos sobre a migração irregular. Na verdade, apesar de a Líbia ser o primeiro e acima de tudo, um país de imigração, a deterioração das condições de vida dos imigrantes no país e a mudança de rotas internacionais de migração irregular, tornou-o, num importante país de trânsito, particularmente, para um grande número de imigrantes tentando chegar a Malta e a ilha italiana de Lampedusa.

Então, depois de anos de uma política de porta aberta, em 2007 a Líbia começou a decretar pedidos de vistos em ambos os árabes e africanos e adotou mudanças normativas relativas à estadia e trabalho, encontrando grande número de imigrantes em

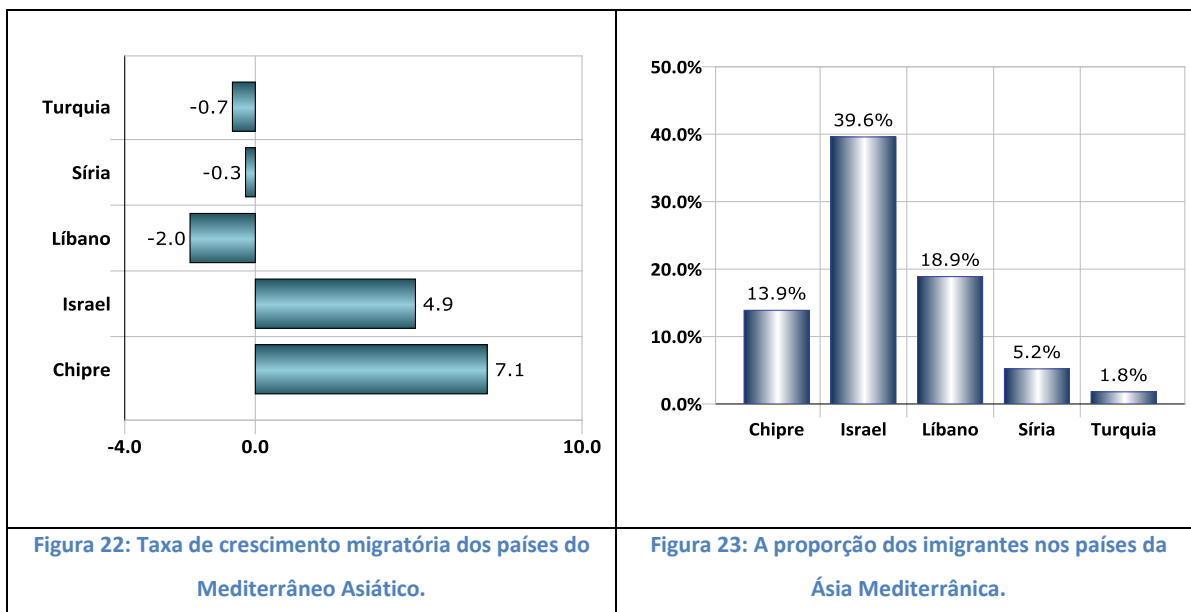
⁷⁹ Ver saldo migratório positivo da Líbia (de 1955 até 1985) em (anexo E tabela 7).

situação de irregularidade. No mesmo contexto, as expulsões de grande porte foram realizadas pelo governo líbio na primeira década de 2000, a fim de ajustar as migrações de trabalho com as suas necessidades do mercado com o objetivo de agradar também a Europa.

As expulsões passaram de 4mil no ano de 2000 para 84mil em 2005, de acordo com o Parlamento Europeu, a maior parte dos expulsos foram africanos subsaarianos. Quanto aos padrões de emigração, até a data da crise, a Líbia nunca tinha agravado significativos fluxos migratórios externos. No entanto, a atual guerra apresenta aspetos graves e dramáticas ligadas aos movimentos migratórios internacionais e regionais para os países petrolíferos do Médio Oriente. Verifica-se atualmente movimentos cada vez mais intenso de líbios na Tunísia, Egito e, em menor grau, nas fronteiras argelinas. O fato é que 531.439 emigrantes já deixaram o país desde o início da crise (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010).

No **Mediterrâneo asiático** as motivações estão fundamentalmente ligadas às evoluções políticas. Existe dois conjuntos de fluxos migratórios provocados pelas eventualidades políticas, a primeira grande onda de migração é devido a instabilidade do Próximo Oriente desde a criação do Estado de Israel (1948), e a segunda, esta relacionada com à questão turca (DUMONT, 2010).

A guerra libanesa (1975-1989), seguidamente das dificuldades políticas do país, gerou grandes fluxos migratórios nomeadamente para Chipre, tendo este acolhido quase 50% da população imigrante. Como podemos verificar na Figura 22 e Figura 23, Chipre é o país com taxa anual de crescimento migratório mais satisfatório nos anos 2000-2005 (dados da ONU) citado por DUMONT (2010).



Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (DUMONT, 2010).

O Líbano é o país árabe com maior tradição de emigração, iniciado na segunda metade do século XIX, a emigração estava concentrada para os Estados do Golfo. Os fluxos de emigração, primeiro, foram uma resposta a uma série de fatores, em particular, aos conflitos entre cristãos e muçulmanos, segundo, como solução a crise económica no Monte Líbano.

A Guerra Civil significou um aumento da emigração para as regiões em todo o mundo. Hoje, apesar dos esforços nacionais para desacelerar a emigração, os fluxos externos permanecem significativas e incluiu uma grande proporção de indivíduos altamente qualificados. De acordo com um levantamento realizado pelo *Saint Joseph University* (SJU) (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010), em 2007 o número de libaneses emigrantes que migraram entre 1992 e 2007, era estimada em 466.019. Nessa altura, quase metades das famílias libanesas, 46% tiveram pelo menos um emigrante entre os seus parentes próximos.

Hoje, apesar de suas incertezas económicas, o Líbano é um país de destino importante para imigrantes trabalhadores que chegam principalmente da Síria. Em 2008, 131.114 autorizações de trabalho foram concedidos a cidadãos estrangeiros. Nos últimos anos, a maioria dos trabalhadores migrantes regulares foram asiáticos. De 1994 a 2008, foi concedida a média anual de 46.862 autorizações de trabalho.

A imigração estrangeira no Líbano inclui para além de migrantes trabalhadores, cuja permanência é principalmente temporário ou sazonal, também abriga grandes números de requerentes de asilo e refugiados palestinos e iraquianos. Em 2007, os estrangeiros, incluindo palestinos, representou 9% da população residente segundo a Administração Central de Estatísticas (ACE). E em meados de 2009 foram registados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) cerca de 422.188 refugiados palestinos no Líbano, também, após a ocupação do Iraque pelo os Estados Unidos da América (EUA) em 2000, a presença de refugiados iraquianos no Líbano, aumentou acentuadamente, conforme o ACNUR, em 2008 eram 50.000, embora estimativas atuais são em grande parte não confiáveis (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010).

Nas fronteiras do Sul e Leste do Mediterrâneo, historicamente, a Síria experimenta várias ondas de emigração devido a eventos sociopolíticos, as flutuações económicas e as altas taxas de desemprego.

Na Síria assiste-se atualmente a uma violenta repressão, postas em prática pelas autoridades sírias contra os protestos anti governo iniciado em março de 2011. A guerra civil está a causar deslocamentos maciços de populações, a maior parte, dos movimentos são temporários e intracontinentais.

A entrada de refugiados sírios, na Turquia, Jordânia e Líbano está em ascensão. Desde 22 de outubro (2011) cerca de 7,749 cidadãos sírios são encontrados em campos do governo turco ao longo da fronteira Turquia-Síria. Isto resulta em 19,382 chegadas verso 11,633 retornos, observados desde março de 2011 pelo (Governo da Turquia). No Líbano, desde abril de 2011, o ACNUR assistiu mais de 9,000 pessoas que fogem da Síria. Entre eles, muitos voltaram, enquanto outros deslocados permanecem no interior do Líbano. Hoje, existem 4,840 refugiados sírios, entre eles 905 famílias e a maioria residem principalmente com parentes que vivem em condições precárias (ACNUR, 2011). Também na Jordânia, em dezembro de 2011, cerca de 2,000 sírios foram registrados pelo ACNUR (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010).

No momento presente, existe a dificuldade de desenhar cenários globais para o futuro da Síria, devido a escassez de dados sobre a situação bem real do país à escala da repressão governamental, bem como a fraca reação da comunidade internacional. Esta

situação poderá prenunciar uma crise de refugiados potenciais, que juntamente com a crise da Líbia agravaria seriamente os equilíbrios precários da região.

Quanto aos padrões de imigração, apesar da falta de estatísticas oficiais fiáveis, a Síria é considerada também um recetor importante na região. Os imigrantes podem ser agrupados na Síria em três grupos principais: refugiados, imigrantes laborais e imigrantes de trânsito. Os imigrantes laborais incluem os trabalhadores domésticos, originários do sudeste asiático e principalmente os altamente qualificados que começaram a chegar em concomitância com as reformas económicas e jurídicas acompanhando a recente transição da Síria para uma economia de mercado em 2005. Finalmente há, os imigrantes em trânsito que entram na Síria principalmente da Ásia com destino à Europa.

Quanto a Turquia, as relações entre este e os outros países mediterrânicos da Ásia são quase nulas. Desde o Império Otomano as trocas comerciais entre estes desapareceram e a Turquia tem forjado o seu próprio desenvolvimento como membro da NATO e candidato a União Europeia. Assim a Turquia apresenta fluxos intracontinentais pouco significativos, mas, em contrapartida os fluxos migratórios para a Europa são muito relevante, questão que vamos analisar mais à frente nos fluxos intercontinentais.

No Mediterrâneo europeu⁸⁰ os fluxos migratórios intracontinental compartilham-se entre fluxos por razões económicos e por causas políticas (DUMONT, 2010). O fluxo migratório económico dá-se entre a Espanha, a França, a Itália e a Grécia e são devido à expansão do mercado de negócios de gestores, e técnicos superiores. Embora, esses fluxos acontecem com maior intensidade para a França, apresentando uma taxa de crescimento migratória anual positiva de 10,7%, em 2005, ver Figura 24.

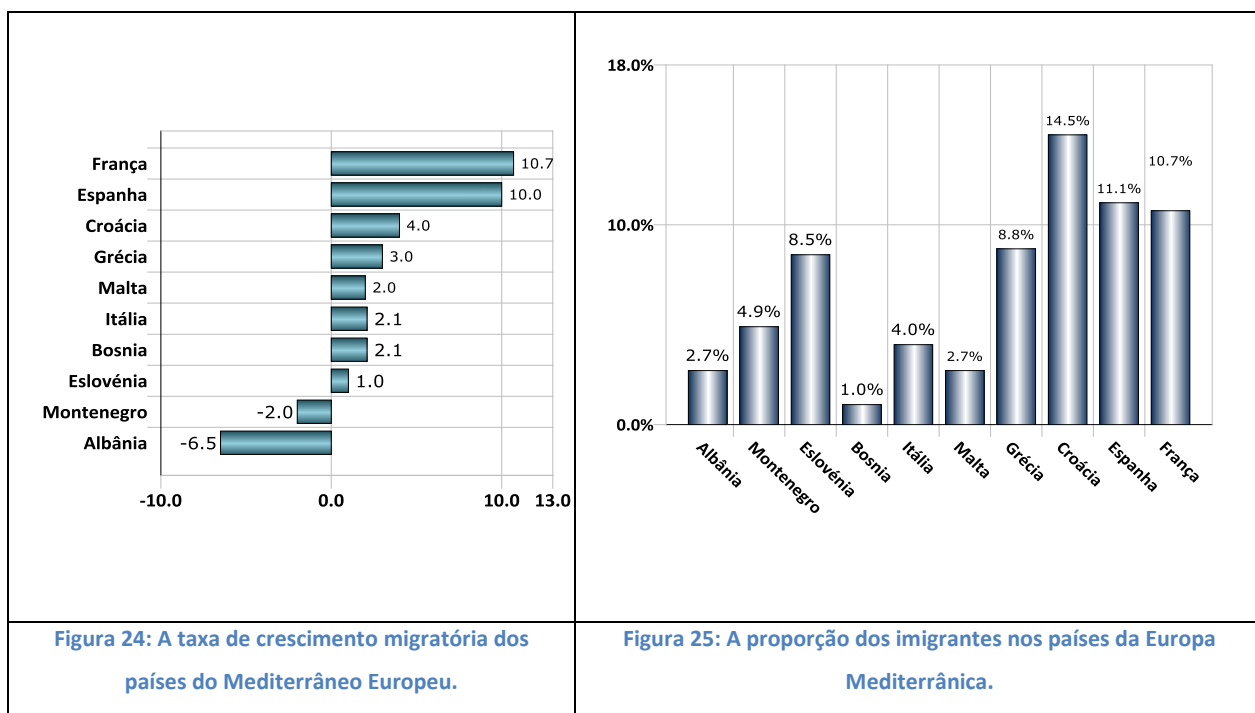
Os outros países europeus mediterrânicos têm experimentado ondas migratórias essencialmente políticas, desencadeada pelo colapso da Jugoslávia. Por exemplo a Albânia e o Montenegro apresentam uma percentagem negativa de saldo migratório de (-6.5) e (-2.0) respetivamente Figura 24.

A emigração magrebina é motivada também por razões históricas para os países mediterrânicos da União europeia, tendo como principal destino os países do sul da

⁸⁰ Não incluiu-se Portugal porque encontra-se fora da área de análise estatístico dos fluxos migratórios euro-mediterrânicos, de acordo com a base de dados e as publicações CARIM.

Europa: Itália, Grécia, Portugal e Espanha (Figura 25). Recentemente, esses países têm sido adicionados à lista dos países tradicionalmente recetores de fluxos migratórios do Mediterrâneo, transformando-se em países de destino dos migrantes, ao invés de países de origem.

A França, é um país com longa tradição no que respeita as migrações mediterrânicas, nomeadamente de nacionais das suas ex-colónias (Marrocos e Argélia), devido a proximidade geográfica e laços históricos que facilitou o diálogo entre Europa e Magrebe. Tanto mais que o Norte de África, representa um mercado de interesse devido à (gás natural e petróleo) daí, que se tenham tornados parceiros no âmbito da cooperação estabelecida no Processo de Barcelona e posteriormente na Parceria Euro-Mediterrânica.



Fonte: Elaboração própria tendo como fonte de dados (DUMONT, 2010).

5.4 Fluxos Migratórios Intercontinentais

Os fluxos migratórios intercontinentais Mediterrânicos apresentam três principais direções de trocas, entre: África-Ásia; África-Europa e entre Ásia-Europa, contudo com diferenças de intensidade que explicam o caráter desequilibrado desses fluxos.

Os fluxos migratórios entre o continente africano e o continente asiático são com efeito, fluxos essencialmente interarabes, do Egito para destinos asiáticos.

Segundo a Central Agência Pública para Mobilização e Estatística egípcia (CAPMAS), os emigrantes egípcios permanente e temporários no exterior eram 2,7 milhões, em 2000, que representava 3,9% da população. A maioria residia em países árabes (69,9%), especialmente na Arábia Saudita (33,7%), na Líbia (12,2%) na Jordânia (8,3%), na Europa (11,9%) e outros destinos (15,6%) (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010) ver (Tabela 2 do Anexo E).

No entanto, os dados estatísticos sobre os egípcios no exterior, dependem em grande parte, das estatísticas dos países de destino que apresentam divergências significativas segundo (FARGUES, 2009).

De acordo com dados do censo, em 1996 o Egito detinha 115.589 estrangeiros no país, representando 0,2% da população total. Eles vieram, principalmente, dos países árabes (52,7%), da Europa (25,1%) e da Ásia (7,4%). No que respeita à população estrangeira empregada, a maioria são cidadãos árabes, no entanto, a sua proporção diminuiu (-12%) entre 1996-2006 levando a um aumento de peso de outros trabalhadores estrangeiros, ou seja, aqueles da Europa (14,9%) e da Ásia (+1,0%) (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010) ver (Tabela 3 do Anexo E).

Contrariamente aos fluxos intercontinentais precedentes, os fluxos entre a África e a Europa são massivos. De acordo com os dados estatísticos, a maioria da população migrante da União Europeia é nomeadamente do Magrebe, assim, não é de estranhar que as análises da migração no Mediterrâneo Ocidental e no Magrebe tenham marcado o estudo das migrações na região Euro-Mediterrânica. Por isso, vamos centralizar o nosso estudo nesses fluxos, que para além de serem intensivos são os mais problemáticos em termos de segurança humana, o que põe em causa o futuro da região.

A emigração do Norte de África para a Europa Mediterrânica radica sobretudo em causas económicas, políticas e demográficas. Os países magrebinos que detêm mais peso nesses fluxos são o Marrocos a Argélia, e a Tunísia, devido a proximidade geográfica.

A França⁸¹, aparece sempre como o primeiro destino dos emigrados marroquinos e argelinos, devido as afinidades culturais e linguísticas com a antiga metrópole. Ultimamente esses fluxos aumentaram ainda mais sobretudo devido aos resultados limitados de desenvolvimento na Argélia e as carências em certas regiões marroquinas. Apesar, dos países dessa região serem ricos em matérias-primas energéticas de grande procura mundial como são os casos do petróleo e do gás natural⁸², a verdade é que principalmente os três países acima mencionados, não conseguem evitar a saída de pessoas em *“busca duma vida melhor”*. Ou seja, trata-se de países *“repulsivos”*, não conseguindo atrair a sua população (LEAL, 2009).

Segundo o Serviço de Estatística da União Europeia (EUROSTAT), no final dos anos 90, cerca de 3.5 por cento da população na União Europeia, isto é, 18 milhões de pessoas, era imigrante. Destes, 5 milhões são provenientes de países mediterrânicos em que 41% são provenientes do Norte de África (22.8% do Marrocos, 13.2% da Argélia, 5.7% da Tunísia e 1.3% do Egito) ver (Tabela 4 do Anexo E).

Em 2002, de acordo com dados Consular de Argélia, cerca de 1,3 milhões de Argelinos residia no exterior, isto é, 4,2% da população argelina. A maioria vivia na França (85,0%) e em outros países europeus, principalmente na Espanha e Itália (8,0%), enquanto 5,0% viviam em países árabes e 2,0% em outros países⁸³. Olhando para os

⁸¹ A França é o único país mediterrânico de imigração tradicional e é também o país mais experiente no campo da política de integração, fornece os recém-chegados uma gama de serviços e assistência para facilitar a sua adaptação à sociedade francesa: serviços hospitalares, valores fundamentais, formação linguística e acesso a escolaridade e habitação. A questão migratória levou, em meados dos anos 80 uma revolução, marcado pela ascensão de um partido que tinha colocado a rejeição da imigração no centro de seu programa. Desde 1945 a legislação em matéria de asilo e imigração está subjacente uma política de imigração sustentável, nomeadamente através de reagrupamento familiar, bem como a aquisição de novos direitos como a extensão da duração da estadia no território, a França tem implementado uma política de acesso aberto a nacionalidade francesa, que tem 140 mil estrangeiros por ano, metade por decreto de naturalização do governo, e o restante através de (nascimento no território francês) ou por casamento com um cidadão francês.

⁸² A União Europeia é o principal parceiro comercial de Marrocos, absorvendo cerca de 70% das suas exportações e assegurando perto de 55% das suas importações, em 2006, por países, França (28,42%) e Espanha (21,19%) foram os principais destinos das vendas marroquinas ao exterior. Estes países dominam igualmente os fornecimentos a este mercado. Assim, os principais fornecedores de Marrocos, em 2006, foram França (17,13%) e Espanha (11,51%), seguidos pela Itália (6,41%).

⁸³ (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010).

dados mais recentes de (2008) derivados das estatísticas dos países de destino, os números parecem muito menores dependendo de critérios de cálculo e elas mostram a importância de novos destinos para emigrantes argelinos (Tabela 5 do Anexo E).

Por exemplo, em 2009 a Espanha emerge como novos destinos para emigrantes argelinos, sustava 6,3% do número total de emigrantes que significa uma taxa de crescimento médio anual de 1999 a 2009 - de 77,2%⁸⁴ (Tabela 6 do Anexo E).

Dados Consulados do Marrocos mostra evidências de um aumento da emigração marroquina. Os marroquinos residentes no exterior mais do que duplicou entre 1993-2007, (1,5 milhões para 3,3 milhões respetivamente). Com uma média de taxa de crescimento anual de 8,1% (em comparação com 1,5% de 1994 a 2004)⁸⁵.

Entre 2005 e 2007, o país que demonstrou deter mais peso no grupo de estrangeiros de origem mediterrânica nos países mediterrânicos da União Europeia, foi o Marrocos. A subida do número de entradas de marroquinos, em Espanha e Itália, foi mais de 13%, conforme a Figura 26 abaixo representada, elaborada tendo como base os dados da Tabela 7 do Anexo E.

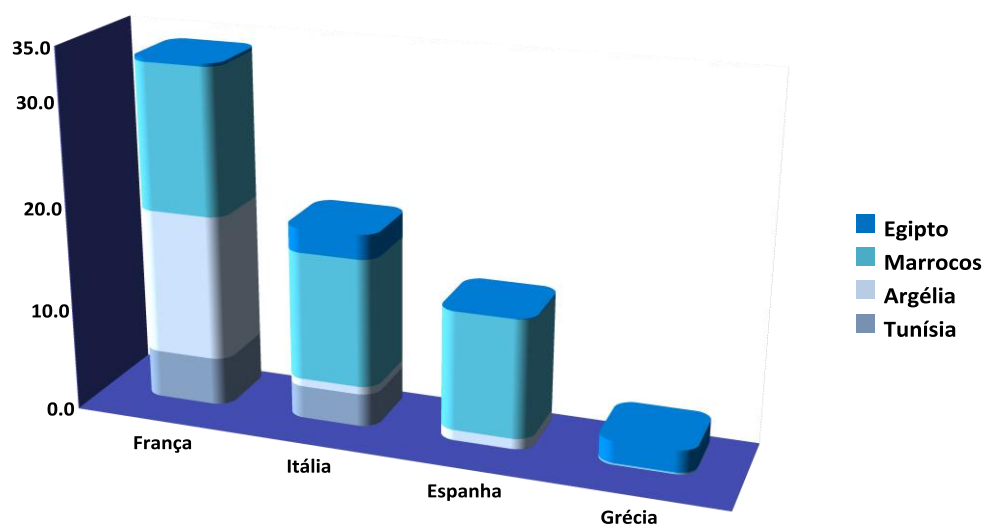


Figura 26: Principais grupos de estrangeiros de origem mediterrânica nos países mediterrânicos da EU.

Fonte: Elaboração Própria tendo como fonte de dados (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

⁸⁴ Idem

⁸⁵ Idem Ibidem

Em 2007, 86,2% dos marroquinos no exterior viveu em Europa, principalmente em França (34,3%), Espanha (16,6%) e Itália (11,5%) (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010) ver (Tabela 8 do Anexo E).

De acordo com uma lógica semelhante à da emigração marroquina para França, Itália⁸⁶ e Espanha⁸⁷ os tunisinos⁸⁸ privilegia, após a França, a Itália.

O Consulado Tunisino tem registrado um aumento de migrantes na propensão em deixar o país, em 2008 foram registrados 1.058.700 tunisinos no estrangeiro ou seja 10,2% da população. Por exemplo, de entre 2001-2008, o número de emigrantes aumentou de 764 milhares para mais de 1 milhão, que significa uma taxa anual média de crescimento de 5,5% (em comparação com uma taxa de crescimento da população igual a 1,0% no mesmo período)⁸⁹.

Segundo a mesma fonte, 82,6% de tunisianos no exterior viveu na Europa, principalmente na França (54,6%), Itália (13,4%) e Alemanha (7,8%). De 2001 a 2008 a Itália e Alemanha registraram os mais altos índices de crescimento anuais médias do estoque de tunisianos, igual a 11,5% e 12,4%, respetivamente. A taxa mais baixa registada em França foi de (3,3%) e confirma a diversificação crescente dos fluxos emigratórios da Tunísia ao longo do tempo de acordo com os países de destino⁹⁰ ver (Tabela 9 do Anexo E).

No entanto, os fluxos emigratórios do Egito e da Líbia para a Europa Mediterrânica, são quase nulas. O Egito como país mais povoado do Mediterrâneo, encontra-se quase ausente dos fluxos migratórios mediterrânicos Sul-Norte (Magrebe-

⁸⁶ Do ponto de vista histórico, a Itália sempre foi um país de emigração, esta tendência foi revertida só no início dos anos 80, como a Espanha. Com as características de um país de emigração, a Itália não tinha lei de imigração antes de 1986. No entanto, quando ela se vê invadida por imigrantes ilegal no final dos anos 80, torna-se necessário legislar, especialmente quando outros países querem aumentar seus controles nas fronteiras externas contra a entrada de imigrantes ilegais dos Balcãs e da África do Norte.

⁸⁷ A Espanha, tal como a Itália, desde os anos 80 tem tido uma rápida transição, de uma economia exportadora de mão-de-obra para uma economia importadora de mão-de-obra.

⁸⁸ Na Tunísia, a vaga de emigração começou em força nos anos 50 devido aos imprevistos da independência.

⁸⁹ Idem

⁹⁰ Idem ibidem

Europa). A tradição migratória egípcia é recente e tem-se concentrado em países árabes produtores de petróleo⁹¹, como vimos anteriormente.

Ou seja, enquanto os países centrais do Magrebe (Marrocos, Argélia, Tunísia) tornaram-se firmemente integrados no sistema de migração Euro-Mediterrâneo, o Egito encontra-se predominantemente ligado ao sistema de migração do Golfo.

No entanto acontecimentos recentes na Líbia e no Egito devido as instabilidades políticas tem abalado a economia desses países e como consequência a emigração ilegal têm-se intensificado nessa região, nomeadamente para a Europa (Itália e Grécia).

Até a crise política de 2011, a emigração não era um problema para a população da Líbia. O reduzido número de Líbios no exterior eram principalmente homens de negócios e estudantes, que tendiam a emigrar de forma temporária⁹². De acordo com as estatísticas dos países de destino, em 2010 os líbios emigrantes residentes no estrangeiro foram 61.521, ou seja, 1,0% da população total da Líbia. Eles foram encontrados principalmente na Europa (70,9%) maioritariamente no Reino Unido (50,4)⁹³ (Tabela 10 do Anexo E).

Contudo recentemente presenciaram um intensificar dos fluxos Sul-Norte do Mediterrâneo, particularmente da Líbia para a França, Itália e Espanha, devido a problemas políticos e sociais, iniciados com a primavera Árabe⁹⁴. De acordo com dados recentes do Conselho Europeu, só às fronteiras marítimas de Itália já chegaram desde o início do ano 2011 cerca de 44,3 mil imigrantes maioritariamente da Líbia levantando diversas questões ao nível dos controlos fronteiriços, imigrações irregulares, direitos humanos, segurança humana, entre outros⁹⁵.

⁹¹ Os países petrolíferos da região Estados Membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), a Líbia e, em menor escala, a Argélia, constituem, desde há várias décadas, um dos pólos mais importantes de atração para a mão de obra (migração de trabalho trans e inter-regional). Disponível em http://www.fidh.org/IMG/pdf/KIT_PORT.pdf (12.08.2012).

⁹² O perfil migratório dos líbios mudou recentemente, no entanto antes da crise, em meados de 2000, houve paridade de sexo (homens igualou 51,8% no estoque total de emigrantes), 49,2% tinham um nível média-alta de escolaridade e 55,6% estavam empregados em ocupações altamente qualificadas, nomeadamente em funções de técnicos ou profissionais de nível intermédio (16,5%), legisladores, altos funcionários ou gerentes (13,9%) e profissionais técnicos (13,1%) (banco de dados da OCDE).

⁹³ Idem

⁹⁴ “primavera árabe”, nome dado ao movimento em busca da democracia nos países islâmicos que tem deflagrado um pouco por vários países do Norte de África e Médio Oriente, como a Tunísia, Egito, Síria e Líbia (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

⁹⁵ Idem Ibidem

Analisando previamente os fluxos intercontinentais entre Ásia - Europa, estes encontram-se polarizados essencialmente em emigração de turcos e libaneses. Esses fluxos são pouco significativos na história das migrações mediterrânicas. O Líbano é o único país da Ásia Mediterrânica a enviar migrantes para o Mediterrâneo europeu, nomeadamente para a França e Grécia. No caso dos turcos, os seus fluxos são predominantemente para os países da Europa Ocidental, chegados principalmente durante o período de crescimento económico dos anos 60, a maioria vive em Alemanha, França e Holanda. Estes últimos constituem o grupo de imigrantes do Mediterrâneo mais significativo na Europa e representam mais de metade do total de imigrantes de origem mediterrânica a residir na União Europeia cerca de (53.3%) (reavistar Tabela 4 do Anexo E).

Porém, consideramos os fluxos da Ásia para a Europa, pouco relevantes para o estudo das migrações na região euro-mediterrânica, porque ao contrário dos fluxos (Magrebe-Europa), esses vindos da Ásia, contribuem em menor proporção para a contagem das principais entradas de estrangeiros de origem mediterrânica nos países mediterrânicos da Europa (Tabela 7 e Tabela 11 do Anexo E).

Para finalizar diríamos que as conclusões gerais estão patentes na Tabela 12, Figura 48 e Figura 49 (Anexo E) que apresenta-nos as taxas líquidas de migração e os volumes dos saldos migratórios dos países em estudo nos cenários médios propostos pelas Nações Unidas no horizonte 2050:

1. Os tradicionais países de origem (Grécia, Itália, Portugal e Espanha⁹⁶) têm agora taxas de migração líquida positiva, enquanto a maioria dos países SEM têm taxas líquidas de migração negativa, o que indica que os últimos são emissores líquidos de migrantes, contudo, são exceções países como (Jordânia, Líbia e Síria), devido à grande população de refugiados palestinos nesses países (Figura 48 do Anexo E).
2. A região do Mediterrâneo como um todo é um grande recetor líquido de migrantes, embora a taxa média dos países seja inferior as médias da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) e da União Europeia, a região tem um maior estoque de população migrante comparado com todas as

⁹⁶ Na década de 1950 e 1970, os países do Sul da Europa eram países de origem durante o chamado período migrante "trabalhador convidado". A partir da década de 80 tornaram-se, principalmente, países de acolhimento.

outras regiões, tendo em conta a percentagem da sua população total (Figura 48 e Figura 49 do Anexo E).

3. Até meados do século XXI, os perfis migratórios associados aos diferentes países vão manter-se: Os países SEM serão predominantemente de saída e os da Europa de entrada, embora os volumes esperados variem de forma proporcional à dimensão das unidades políticas consideradas Tabela 12 do Anexo E).
4. Os saldos migratórios esperados para o ano 2050 apresentam: 9 países com saldos migratórios negativos entre eles (5 são do Norte de África, 2 da Ásia e 2 dos Balcãs), 6 registarão saldos nulos ou ligeiramente positivos e os restantes 5 resultados positivos muito significativos (que corresponde aos países sul europeus).
5. Embora exista grande diferença entre os saldos migratórios dos países SEM. Permanecerá países de imigração, o Israel e a Líbia, e países de emigração o Egito e o Marrocos que apresentam valores muito negativos. Os restantes países mantêm os seus perfis de pendor negativo ou positivo. O Marrocos sofrerá crescentes pressões imigratórias por se transformar em zona de trânsito para os fluxos vindos da África Sub-sariana. Igualmente, Malta e Chipre são também fortemente afetado por este tipo de fluxos migratórios de trânsito, sendo já membros da UE, constituem-se atualmente como pontos de paragem intermédios nos fluxos migratórios “*transmediterrânicos*”.

5.5 Migrações de trânsito no Mediterrâneo: Diversidade de Rotas

O Mar Mediterrâneo considerado como zona de contacto entre três continentes (Europa-África-Ásia) é uma zona de transição heterogênea, e de tensões geopolíticas.

Os países da orla do Mediterrâneo ganham neste milénio valor estratégico a nível mundial, devido às novas rotas migratórias. Os países ribeirinhos servem de zonas de trânsito e destino para migrantes originários da África subsaariana, e do Médio Oriente com destino à Europa, contudo, a extensão geográfica de cada rota não implica que aqueles que a usam a transponham na integridade. Com efeito, os países de origem podem diferir, os países de destino podem situar-se ao longo da rota devido a condições económicas precárias que podem levar muitas pessoas a manter-se demorados períodos de tempo nos países de trânsito (Tabela 13 do Anexo E) (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Segundo FARGUES (2008) o número de migrantes em trânsito é estimado em cerca de 200 mil indivíduos que atravessem o Mar Mediterrâneo de forma ilegal, para entrarem na Europa. Desses, estima-se que cerca de 2 mil morram todos os anos, só na última década cerca de 8 mil perderam a vida, sendo que os números reais devem ser superiores (RODRIGUES e FERREIRA, 2011) ver (Tabela 14 e Figura 50 do Anexo E).

Desde anos 90 assistimos a acordos multilaterais entre UE e os países do Magrebe, acerca da gestão dos fluxos migratórios ou a negociações bilaterais no caso da Líbia e Itália, contudo atualmente assistimos mais a imigração ilegal e também de trânsito. Embora os meios de comunicação apelam diariamente a nossa atenção para os milhares de migrantes magrebinos e sul-africanos, que correm elevados riscos ao tentarem atravessar o Saara para cruzar o Mar Mediterrâneo e alcançarem à Europa, os seus números em rotas migratórias ilegais para a Europa estão a aumentar, juntando-se, especialmente na encruzilhada da Líbia juntamente com os norte-africanos⁹⁷. Encontramos atualmente, também os egípcios, os Líbios e até mesmo imigrantes asiáticos na mesma busca (Figura 51 e Figura 52 do Anexo E).

Esta imagem reflete a realidade, mas apenas parcialmente, pois leva a crer que esses migrantes atravessam o Saara, na esperança de chegar à Europa, mas, muitas vezes

⁹⁷ Tal como acontece com a Europa Oriental, os migrantes subsarianos usam Norte de África como um lugar de trânsito para a União Europeia. A mesma lei se aplica para o México, que está na estrada para os Estados Unidos.

não é o caso de todos, alguns deles que não estão dispostos a ir tão longe quanto a Europa, acabam por se fixar no Norte de África⁹⁸, nomeadamente devido à falta de possibilidades para atravessar as suas fronteiras.

Contudo, em 2005, com as perturbações e crises de migração nos enclaves espanhóis, e nas Ilhas Canárias em 2006, os africanos subsarianos encontram-se a acumular a migração para os países do Norte de África, em que a minoria usam a região como ponto de passagem para a Europa enquanto a maioria, por falta de meios terminam por ficar no Norte de África. A origem destes migrantes subsarianos é diversificada: Gâmbia, Serra Leoa, Libéria, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Nigéria e Gana, bem como do Sudão, da República Democrática do Congo, Camarões, Corno de África e da também da Ásia (LEAL, 2009).

O estatuto migratório dos países evolui com os fluxos predominantes e varia entre países de origem, de trânsito e de destino, como vimos anteriormente, ou das várias possíveis combinações entre os três (RODRIGUES e FERREIRA, 2011). Por exemplo, existe cada vez mais territórios que asseguram ao mesmo tempo as três funções: de emigração, de imigração e de trânsito.

Veja-se o exemplo dos países ribeirinhos do Mediterrâneo europeu, a Espanha é um país de emigração nomeadamente de migrações empresariais para França, para Itália ou para outros países europeus de profissionais qualificados. Também é, um país de trânsito e de imigração para cidadãos provenientes do Marrocos, da Argélia e de outras origens. Nos Balcãs, a Albânia também é um importante país de trânsito, tanto mais que existem diversos grupos que organizam imigrações clandestinas procedentes da Europa oriental ou da Ásia para países da União europeia. A Bósnia Herzegovina exerce igualmente esta função de trânsito (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

No Mediterrâneo asiático, a Turquia serve frequentemente de espaço de transição para migrantes procedentes do Iraque ou de países asiáticos mais remotos como a Índia.

Um fenómeno semelhante encontra-se no Mediterrâneo africano: o Marrocos é um país de emigração (para Espanha, França ou Itália) e de trânsito e imigração para

⁹⁸ O Magrebe tem-se transformado no principal espaço de imigração e/ou de passagem de grandes fluxos humanos provenientes da África subsariana. Tornaram-se em países charneira no longo caminho transitado pelos residentes de países africanos com destino à Europa.

cidadãos originários dos outros países não mediterrânicos nomeadamente da África Subsariana. A presença de migrantes no Sul da Argélia, na Líbia, ou ainda na Tunísia inscreve-se neste contexto. Por exemplo, cerca de 65 000 a 120 000 subsarianos entram anualmente no Grande Magrebe⁹⁹, segundo algumas estimativas oficiais dos quais 70% a 80% parecem ter migrado através da Líbia, e 20% a 30% através da Argélia e de Marrocos. Numerosos migrantes observam o Norte de África como o destino primário ou como último destino caso fracassem na sua tentativa de emigrarem para a Europa. Pelo menos 100 000 migrantes da África Subsariana vivem na Argélia, 1 a 1,5 milhões na Líbia e entre 2,2 a 4 milhões no Egito. Antigamente menos migrantes ficavam no Marrocos e na Tunísia, contudo, atualmente têm crescentes comunidades de imigrantes subsarianos nestes dois países (LEAL, 2009).

A viagem da migração trans-saariana é feita por várias etapas e pode demorar entre um mês a vários anos. Durante a sua viagem os migrantes, muitas vezes param temporariamente em cidades onde arranjam trabalhos temporários de forma a guardarem dinheiro para poderem continuar as suas viagens. Do Sul da Líbia, os migrantes direcionam-se para Tripoli e para outras cidades costeiras ou para a Tunísia.

A partir de *Tamanrasset* na Argélia, os migrantes desloca-se para as cidades do Norte ou entram em Marrocos através da fronteira em *Oujda*. Em reação à intensificação dos patrulhamentos no Estreito de Gibraltar, os migrantes em Marrocos têm-se dirigido para a zona Sul - o Sara Ocidental - de forma a alcançarem as Ilhas Canárias.

São diversos os fatores estruturais que explicam o porquê da migração subsariana para a UE continuar no futuro e porque é que os países magrebinos se irão tornar cada vez mais em territórios de destino final. Em primeiro lugar, existem diferenças substanciais em termos de níveis de desenvolvimento humano e económico entre o Norte de África e a maior parte dos países da África subsariana. Daí que quando estes migrantes fracassam na sua tentativa de entrar na Europa, optam pelo Magrebe, pois acham que terão mais oportunidades do que nos seus países de origem. Em segundo lugar, as tendências do mercado de trabalho poderão ser reforçadas pelas transições

⁹⁹ Estima-se atualmente que o número de imigrantes dos países do Sul e Leste do Mediterrâneo (SEM) é de pelo menos 5,6 milhões, dos quais 3,6 milhões são irregulares (Fargues, 2009). Além disso, devido a sua localização geográfica, esses países (SEM) transformaram-se em próprias áreas de destino dos imigrantes próximos da região, uma vez que o trânsito para o norte, através do Mediterrâneo, tornou-se uma tarefa cada vez mais difícil.

demográficas. Como verificamos anteriormente nos países em análise, desde os anos 80 que se estão a verificar quedas na fertilidade. Daí, assumindo que o futuro político poderá ser estável depois da transição atual, e se assistirá a um crescimento económico moderado, a queda no crescimento demográfico conduzirá a uma redução na emigração e a um aumento da imigração.

Em relação à migração clandestina a União Europeia tem desenvolvido várias medidas, para evitar que as regularizações não desencadeiem migrações ainda mais massivas, a UE em acordo com o Norte de África, está a estudar ações de desenvolvimento, para os países emissores (LEAL, 2009).

Embora a pressão migratória que estes migrantes subsarianos exercem nos países do Magrebe, conduzem os governos a desenvolverem políticas de imigração os quais se recusam a ser países de destino. Por exemplo, em 2003-2004, a Tunísia e Marrocos aprovaram uma nova Lei sobre a Imigração que prevê a aplicação de punições severas às imigrações irregulares e de tráfico de seres humanos. A Argélia tem promovido a cooperação internacional na luta contra a imigração irregular e redes de crime transnacionais, através duma participação ativa nas iniciativas de diálogo.

Segundo as autoras (RODRIGUES e FERREIRA, 2011) é possível identificar na região Mediterrânica cinco rotas principais para as migrações ilegais e irregulares:

1. *Rota da África Ocidental, com origem na África Ocidental. Atravessa a Mauritânia, Marrocos ou Senegal, dirigindo-se para as Ilhas Canárias;*
2. *Rota do Mediterrâneo Ocidental, com origem na África Ocidental. Dirige-se para Norte em direção ao Magrebe e daí para Espanha continental;*
3. *Rota do Mediterrâneo Central, com origem na África Ocidental. Atravessa o Mali e/ou o Níger em direção à Líbia e cruza o Mar Mediterrâneo em direção a Itália ou Malta;*
4. *Rota da África Oriental, com origem no Corno de África e duas ramificações principais: a primeira atravessa o Golfo de Aden para o Iémen e dirige-se para nordeste, em direção ao Golfo ou Médio Oriente; a segunda dirige-se para norte através do Sudão, podendo convergir (i) para este, em direção ao Egito e Israel, em alternativa à Jordânia, apanhando a rota do Mediterrâneo Oriental, ou (ii) para oeste, em direção à Líbia, apanhando a rota do Mediterrâneo Central;*

5. *Rota do Mediterrâneo Oriental, que atravessa o Médio Oriente em direção ao Mediterrâneo (i) através da Síria ou Líbano em direção ao Chipre, ou (ii) através da Turquia para o Chipre, Grécia ou Bulgária.*

É necessário destacar que estas rotas não são independentes entre si, pelo que a alteração numa delas, mesmo que apenas a nível regional na sequência de acordos bilaterais ou multilaterais, podem mudar o sentido dos fluxos existentes. Os movimentos ao longo das rotas podem efetuar-se por terra, mar, ou ar, ser combinação de vários e recorrer a serviços de facilitação, ou mesmo a grupos de crime organizado (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

As entidades alertam para o facto das migrações irregulares no Mediterrâneo porem em perigo as vidas dos migrantes em causa. Um número significativo de pessoas, morre todos os anos ao tentar transpor as fronteiras terrestres e marítimas sem ser detetado pelas autoridades. Os passadores podem extorquir um preço elevado aos migrantes, por vezes cobrando-lhes milhares de dólares para os transportarem de um local para outro, e nem sempre informam antecipadamente os migrantes acerca do local para onde os vão levar. Os meios de transporte utilizados pelos passadores de migrantes são frequentemente inseguros, e os migrantes que viajam desta forma veem-se muitas vezes abandonados pelos seus passadores e incapazes de concluir a viagem que já pagaram, muitos migrantes morreram afogados ou sufocados em contentores estanques, outros foram violados ou abusados no decurso da sua viagem.

A OIM contabilizou só no triénio (2005-2007) cerca de 1,4 milhões de pessoas que permaneciam ilegais na União Europeia e países Schengen (Figura 53 do Anexo E). Os cidadãos magrebinos, subsarianos e albaneses são os maiores grupos de imigrantes em situação irregular e objeto de detenção e repatriamento.

As migrações irregulares têm uma série de consequências negativas: põem em causa o exercício da soberania dos Estados e podem mesmo constituir uma ameaça à segurança pública, especialmente quando envolvem corrupção e criminalidade organizada. Resultam também, em concorrência pelos poucos empregos, podem também gerar sentimentos xenófobos dirigidos não só aos migrantes em situação irregular, como aos migrantes já estabelecidos, aos refugiados e às minorias étnicas.

Como possível solução, os Estados e outras partes interessadas devem encetar periodicamente debates objetivos sobre as consequências negativas das migrações irregulares e a sua prevenção.

A OIM está envolvida em projetos de desenvolvimento económico nas comunidades da África do Norte para resolver os problemas da migração causados por motivações económicas. Através da promoção e criação de emprego sustentável e oportunidades de autoemprego em áreas de pressão da migração. Este esforço objetivo é garantir que a migração de trabalhadores, quando isso ocorre, é uma escolha e não uma necessidade económica.

O trabalho da OIM no desenvolvimento económico é talvez o mais visível dos esforços da Organização para aproveitar o financeiro, social e de capital humano dos trabalhadores migrantes e expatriados, para o desenvolvimento dos países de origem. Este constitui um problema que se tem agravado e na qual a UE tem empregado muitos recursos na tentativa da sua resolução (DA COMISSÃO e MIGRAÇÕES, 2005).

No entanto, importa distinguir imigração irregular e ilegal: a maioria dos migrantes irregulares chegam à Europa por canais legítimos, deixando expirar os seus vistos, o que os faz cair em situação de irregularidade; já os imigrantes ilegais são todos aqueles que entram num território sem qualquer tipo de documento legal (visto) (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

A OIM estima que em 2010 existiam cerca de 214 milhões de migrantes internacionais e que um em cada três destes indivíduos reside na Europa, onde representa 8,7% da população total. Os países do Mediterrâneo Sul e Oriental, por seu turno, detêm uma população emigrante de 12,7 milhões. Deste total, cerca de dois terços (8,2 milhões, 64,7%) residem na UE, (2,7 milhões, 21,4%) em países árabes como o Golfo, a Líbia e outros Estados do Mediterrâneo Sul e Oriental e (1,7 milhões, 13,7%) noutras regiões do globo¹⁰⁰ ver (Tabela 15 do Anexo E).

Conclui-se contudo, que é praticamente impossível medir com precisão a migração entre os países ribeirinhos do Mediterrâneo, por várias razões de estatísticas

¹⁰⁰ IOM "World Migration Report 2010 – The Future of Migration: Building capacities for change", Genebra, 2010 citado por (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

legais. Podíamos enumerar uma série delas, porém vamos enumera-las em torno de três ideias:

1. A migração intramediterrânica é baixa comparada com as populações em causa;
2. Os países do sul do Mediterrâneo tornaram-se em países de imigração e principalmente de trânsito;
3. São mais migração circular e ilegal, em vez de imigração permanente.

O objetivo desta abordagem é compreender principalmente a evolução e transformação dos sistemas de migração dos países ribeirinhos do Mediterrâneo, dentro de um quadro conceptual dos sistemas de migração de trânsito.

Dado o contexto problemático das migrações ilegais, as migrações de trânsito tornaram-se atualmente, uma prioridade estratégica para os países da zona euro-mediterrânica e tema central no debate político do fórum da parceria Euro-Mediterrânica.

CAPÍTULO VI - AS POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS IMPLEMENTADAS NO MEDITERRÂNEO

Este último capítulo surge com a intenção de dar resposta à última questão inicialmente formulada no âmbito da problemática relacionada com as políticas implementadas no Mediterrâneo e ainda as questões específicas seguintes: Será que a Parceria Euro-Mediterrânica foi estabelecida com o intuito de promover a cooperação regional para apoiar as migrações e o diálogo intercultural, baseado no respeito pelas assimetrias específicas de cada país? Ou têm outras motivações? E qual o seu impacto nos países do Sul do Mediterrâneo?

As migrações internacionais são hoje uma prioridade na agenda política mundial. Hoje em dia, em todas as partes do mundo há uma maior consciência de que os benefícios económicos, sociais e culturais das migrações internacionais têm de ser mais eficazes, e que as consequências negativas dos movimentos transfronteiriços ilegais podem ser melhor resolvidas.

O Mediterrâneo apresenta diversos desafios que decorrem da intensidade dos fluxos migratórios, do volume de migrações ilegais, da ameaça do terrorismo e da criminalidade organizada, daí o interesse natural da UE nos países mediterrânicos relativamente aos seus vizinhos (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Com objetivo de reabrir canais legais de imigração e controlar os fluxos imigratórios ilegais, têm sido assinados vários acordos ao nível:

- i. Bilateral, sobre controlos fronteiriços, acordos comerciais e sectoriais que permitem a circulação de pessoas;
- ii. Multilateral, como as várias formas de cooperação política, entre as quais cumpre destacar a Parceria Euro-Mediterrânica (1995) e a parceria mais alargada do Processo de Barcelona - União para o Mediterrâneo (2008).

As relações da União Europeia com os países situados a Sul e a Leste do Mediterrâneo assentam numa política de proximidade e afinidade histórica, que reflete a importância política e estratégica desta região para a UE e ultrapassa em grande medida os simples programas comerciais.

O Processo de Barcelona integra um quadro regional que reúne parceiros a nível técnico e político, com objetivo de promover os seus interesses comuns. Apesar do Processo de Barcelona se basear nas diversas políticas mediterrânicas instituídas pela UE desde a década de 60, este processo marca uma nova etapa, na medida em que, pela primeira vez, criou um quadro para relações estratégicas que transpõem os domínios tradicionais da cooperação comercial e da assistência. O processo revela ser a intenção da UE de colaborar com os seus parceiros e de evitar situações que se averiguaram no passado, em que a UE fazia propostas que eram aceites ou rejeitadas pelos seus parceiros terceiros mediterrânicos¹⁰¹.

O processo multilateral é apoiado por uma rede de relações bilaterais entre cada país parceiro e a UE, que revestem a forma de Acordos de Associação. O potencial do processo de Barcelona apenas poderá concretizar-se integralmente no âmbito deste conjunto de acordos bilaterais abrangentes, que se inscrevem no quadro regional mais amplo de uma cooperação política, económica, social e cultural¹⁰².

Assinado em 1995, durante a Conferência Euro-Mediterrânica, o Processo de Barcelona¹⁰³ tem as suas especificidades próprias pelo que se torna necessário começar por fazer um enquadramento histórico, percebendo qual o espírito inicial que presidiu ao seu lançamento dando em seguida realce a sua evolução para finalmente equacionarmos a questão de partida acima colocada.

Tendo em conta o conteúdo exposto acima, no próximo subcapítulo faremos um estudo cronológico das diferentes parcerias implementadas no Mediterrâneo.

¹⁰¹ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu com vista à preparação da quarta reunião de ministros dos negócios estrangeiros Euro-Mediterrânicos - "conferir um novo impulso ao processo de Barcelona". Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52000DC0497:PT:HTML>

¹⁰² Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu com vista à preparação da quarta reunião de ministros dos negócios estrangeiros Euro-Mediterrânicos - "conferir um novo impulso ao processo de Barcelona". Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/>. (04-01-2013).

¹⁰³ Articulado em torno de três componentes - política, económica e social - o Processo de Barcelona pode ser traduzido como um projeto de parceria através do qual se pretendeu estabelecer um novo quadro de relações entre os países da bacia do Mediterrâneo.

6.1 A parceria Euro-Mediterrânica e o Processo de Barcelona – União para o Mediterrâneo: políticas migratórias e diálogo cooperativo

6.1.1 Tendências ao nível euro-mediterrânica

As iniciativas ocidentais no Mediterrâneo surgiram no início dos anos 90 após a primeira Guerra do Golfo e sobretudo após a conferência de Madrid de 1991. O Processo de Barcelona e o Diálogo Mediterrânico da NATO tiveram início em 1995 e 1994 respetivamente. O Diálogo 5+5 é anterior, tendo a ideia surgido em 1983, mas só se concretizou em 1990. A região Euro-Mediterrânica tornou-se objeto de uma multiplicidade de processos políticos internacionais, durante os últimos anos, com objetivo de melhorar o diálogo e a reconciliação entre o Norte e o Sul.

O Diálogo 5+5, composto por cinco Estados europeus (Espanha, França, Itália, Malta e Portugal) e cinco Estados africanos (Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia), é um fórum informal para o diálogo político entre os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países em causa. Lançado em Roma em 1990 é a forma de cooperação mais antiga no Mediterrâneo, promovendo o diálogo em matérias de segurança e estabilidade, integração regional e solidariedade económica, social e humana, bem como o diálogo entre culturas e civilizações (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Outras tentativas de diálogo têm sido desenvolvidas ao nível de outras organizações internacionais de que é exemplo a NATO e de conferências internacionais como o Processo de Rabat e o Processo de Tripoli, ambos em 2006. Todos se focalizam no Mediterrâneo, sendo que em cada um deles existe um diferente envolvimento de países terceiros à União Europeia ver (Figura 66 do Anexo F).

O desenvolvimento das relações da UE com os seus parceiros a sul e a leste do Mediterrâneo surgiu na sequência do Tratado de Maastricht(1992) em que a Comunidade Europeia se transforma em União Europeia (UE). Nesta perspetiva e por via da ação dos sucessivos Conselhos Europeus é assinada a Declaração de Barcelona cuja base assenta na segurança, na estabilidade social e no diálogo intercultural de modo a alcançar a paz e a prosperidade na região.

O Processo de Barcelona (1995) e a PEM “ (...) *refletem a política da União Europeia para estabelecer um novo quadro de relações com os países da bacia mediterrânica (...)*”. Trata-se de um processo multilateral, que tem como objetivo a criação de um espaço de paz, prosperidade e segurança no Mediterrâneo, assim como uma maior integração e coesão regional (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

O Projeto de Parceria foi realizado na Conferência de Barcelona, em 1995, aprovado por unanimidade por vinte e sete países - os 15 membros da UE e 12 países terceiros mediterrânicos: Argélia, Chipre, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestiniana. Foram convidadas a assistir à conferência a Liga dos Estados Árabes e a União do Magrebe Árabe (UMA), bem como a Mauritânia (na sua qualidade de membro da UMA).

Para monitorar os objetivos da parceria, reuniões periódicas entre Ministros dos Negócios Estrangeiros em questão são fornecidos. A Conferência de Barcelona inaugurou um processo de criação de um quadro euro-mediterrânico para as relações políticas e a cooperação, através da cooperação regional bilateral e multilateral entre os países presentes na Conferência dos Ministros de Negócios Estrangeiros da UE e dos 12 países terceiros mediterrânicos. Com o Processo de Barcelona, os países do sul do Mediterrâneo reconsideraram-se parceiros da UE numa tentativa de criar uma região de desenvolvimento e de estabilidade económica e política. O projeto visava promover uma zona de comércio livre até 2010; implementar reformas sociais e económicas¹⁰⁴, dar maior destaque à democracia aos direitos humanos e envolver mais os cidadãos no processo político. Reforçava ainda a vontade de ultrapassar o bilateralismo clássico que marca desde há longa data as relações euro-mediterrânicas propondo-se apostar numa parceria multilateral (ABIS, 2005).

Na sequência dos três princípios de Barcelona - segurança, comércio e circulação de pessoas, a posição relativamente à migração era a de que deveria haver uma redução das pressões migratórias através da criação de empregos, do combate à imigração ilegal e da proteção dos direitos dos imigrantes legais, aliás, do defendido no plano de ação das Nações Unidas no que respeita às migrações internacionais (RODRIGUES e FERREIRA,

¹⁰⁴ O programa MEDA (Medidas de acompanhamento das reformas das estruturas económicas e sociais nos países terceiros da bacia mediterrânica), lançado em 1995, é o principal instrumento financeiro da EU para a implementação da Parceria Euro-Mediterrânica.

2011). Tendo em conta esses objetivos, a parceria euro mediterrânica engloba um amplo programa de ação que se define em três dimensões de ação prioritárias: uma vertente política e de segurança, uma vertente económica e financeira e uma vertente social e cultural. A grande aposta consistiu na redução das pressões migratórias, os estados membros reconheceram o importante papel das migrações internacionais e a necessidade de uma maior cooperação para reduzir essas pressões migratórias, através de programas de ajuda à formação profissional e planos de criação de emprego. Os Estados Membros decidiram-se também cooperar de forma mais estreita no que diz respeito à imigração ilegal, os parceiros acordaram adotar diferentes medidas, através de acordos multilaterais ou bilaterais, para permitir a readmissão de imigrantes ilegais e da proteção dos direitos dos imigrantes legais, na linha, aliás, do defendido no plano de ação das Nações Unidas no que respeita às migrações internacionais” (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Pelo que foi referido anteriormente, parece-nos ter estado implícita, neste projeto, a criação de condições a Sul de forma a permitir um desenvolvimento económico sustentável que ajudasse a minorar os riscos para os países da UE, nomeadamente controlar os fluxos migratórios e deter a ação de grupos extremistas.

Contudo, confirma-se que as conferências euro-mediterrânicas posteriores (Malta 1997, Palermo 1998, Estugarda, 1999) não deram qualquer continuidade a estes compromissos, limitando-se a reiterar a promessa de reforço da cooperação nas áreas acima descritas. Além disso, alguns problemas têm uma dimensão considerada transnacional e requerem a cooperação regional para serem melhor resolvidos (AUBARELL e ARAGALL, 2001).

Mais tarde com a adesão de novos Estados-Membros à EU e preocupados com a resolução das questões em causa, a UE lançou a ideia de uma nova política, que reforçasse a agenda externa das migrações, a Política Europeia de Vizinhança (PEV). Surgiu assim, no âmbito da estratégia Europa Alargada e se tornou uma política em 2004, a PEV tem com objetivo reforçar a agenda externa das migrações¹⁰⁵, e o aspeto principal a ter em conta é que ela atribui um novo sentido à Parceria Euro-Mediterrânica no

¹⁰⁵ O quadro geral da PEV foi desenvolvido pela primeira vez em março de 2003, numa Comunicação da Comissão sobre a Europa alargada. Ele foi seguido por um documento de estratégia mais desenvolvida publicado em maio de 2004. Este documento define concretamente a forma como a UE propõe-se trabalhar mais de perto com estes países vizinhos. Idem

domínio das migrações, e obriga a reformular à PEM, uma vez que estão a surgir novos padrões de interdependência entre os países da EU e os da região MENA (Middle East and North Africa) correspondente à Figura 69 do Anexo F.

A PEV foi desenvolvida de forma a evitar o aparecimento de novas linhas de divisões entre a UE alargada e os seus vizinhos e é dirigida a países que não têm perspectivas de adesão à EU como a Argélia, o Egito, o Israel, a Jordânia, o Líbano, a Líbia, o Marrocos, os Territórios Palestinos, a Síria, a Tunísia a Arménia, a Azerbaijão, o Bielorrússia, a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia ver (Figura 67 do Anexo F).

A Política Europeia de vizinhança relaciona-se com todos os aspetos das migrações: terrorismo, criminalidade organizada, controlo das fronteiras, entre outros, embora os progressos alcançados não sejam ainda notáveis, uma vez que frequentemente há períodos de vazio, a verdade é que o diálogo cooperativo para combater a imigração ilegal e estabelecer mecanismos para repatriamento através de acordos de readmissão com países como Marrocos, Argélia entre outros, é essencial para o controlo e administração sustentável dos fluxos migratórios ilegais. Sobretudo atualmente com a expansão das fronteiras da UE que entraram em contacto com as regiões particularmente instáveis como o Médio Oriente, assim a (PEV) tem como objetivo fortalecer a prosperidade e estabilidade para todos (URDY, 2006).

Apesar do notório esforço de cooperação por parte dos países do norte do Mediterrâneo, a verdade é que ao longo do tempo, algumas fragilidades foram sendo apontadas. Pelo que pudemos apurar, apesar de se acentuar a necessidade das relações multilaterais as possibilidades de criação e sustentabilidade de uma cooperação a esse nível são fracas e continua-se a privilegiar as relações bilaterais, registando-se esta situação nomeadamente entre os países do Magrebe e os países europeus a eles ligados por laços históricos. Portanto, neste aspeto, “(...) o *Processo de Barcelona* não marcou uma rutura em relação ao passado no que diz respeito ao comportamento entre as elites do Norte e as do Sul que continuam a dar primazia ao antigo colonizador (...)” (ABIS, 2005).

De referir também o facto dos países do Sul reclamarem que a parceria é bastante desequilibrada, visto que os estados do Norte pretendem que eles liberalizem prontamente os seus produtos, mas recusam-se a enfrentar a questão da emigração

(KÉFI, 2005). Persiste, também a queixa de que as regras de comércio entre países desenvolvidos são diferentes das que estes estabelecem com os países em desenvolvimento, mantendo-se estes últimos em desvantagem.

Poder-se-á concluir, que, para o espírito de Barcelona poder ser cumprido a parceria deveria focar numa abordagem de responsabilização mútua entre os países parceiros com base no diálogo cooperativo e no respeito pelas assimetrias específicas de cada um. Contudo, evidencia-se que o Processo de Barcelona tem outras motivações, salienta-se que, enquanto a norte do Mediterrâneo, a preocupação aparenta prender-se com questões de defesa e segurança, a Sul pensa-se nas vantagens do codesenvolvimento e reclama-se um estatuto de igualdade.

A falta de entusiasmo gerado pela Cimeira Euro-Mediterrânica de Barcelona no final de novembro de 2005, em ambos os líderes árabes e europeus, foi um forte sinal da dificuldade da União Europeia para estabelecer uma política clara de confiança em relação aos seus vizinhos do sul. Sébastien Abis, que é especialista no Mediterrâneo, avalia o estado actual da cooperação entre a Europa e os países da bacia do Mediterrâneo, bem como propõe cinco cenários possíveis para o futuro das relações euro-mediterrânicas, os resultados estimados vão desde relações de deterioração para uma maior cooperação, embora ele tema que a tendência para a estagnação ou deterioração venha a ser predominante no futuro (ABIS, 2006a).

Pelo que ficou exposto concluímos que o Processo de Barcelona não terá conseguido dar resposta às principais questões que presidiram à sua origem, o que terá levado os responsáveis políticos a alargar a Parceria Euro-Mediterrânica e apostar na União.

6.1.2 União para o Mediterrâneo

Com o objetivo de renovar, reforçar e revitalizar o Processo de Barcelona, em 2008 é criada na Cimeira de Paris a União para o Mediterrâneo (UPM). A UPM, conhecido oficialmente como o “Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo”, é uma organização intergovernamental, fundada por iniciativa da França para rejuvenescer o Processo de Barcelona. Extensível aos países não ribeirinhos, este bloco transcontinental inclui 27 Estados Membros da União Europeia e 17 parceiros. As nações parceiras

compreendem países do Norte de África (Argélia, Marrocos, Tunísia, Mauritânia, Egito), países balcânicos (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia e Montenegro) e países do Oriente Médio (Jordânia, Síria, Líbano, Israel, Territórios Palestínianos), além da Turquia e do Mónaco. A Líbia afastou-se mas tem o estatuto de observador ver (Figura 68 do Anexo F) (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

A ideia da União para o Mediterrâneo já se manifestava em 2005, durante a Cimeira de Barcelona no (10 º aniversário da Parceria Euro-Mediterrânica), os objetivos do Processo foram reafirmados e tornar-se uma prioridade questões como a imigração e a luta contra o terrorismo. O encontro foi também uma oportunidade para destacar os sucessos da parceria, mas também os limites do Processo de Barcelona.

Em 2007 Nicolas Sarkozy lançou um projeto que se propunha retomar a ligação entre os países costeiros do mar Mediterrâneo, fazendo renascer o debate em torno da Parceria e mostrando os interesses dos Estados-membros em relação ao Sul. O processo negocial entre líderes europeus foi longo e o projeto inicial, depois de mudar várias vezes de nome, integrou-se na lógica do Processo de 1995, chamando-se então Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo passando a ser uma mera reformulação do original (BARBOSA, 2010). Assim, o presidente francês, Nicolas Sarkozy (então único candidato na eleição presidencial) lançou a ideia de uma União Mediterrânica para revigorar a parceria¹⁰⁶. Poucos meses depois, em Tânger, ele convidou todos os líderes dos países da bacia do Mediterrâneo para participar "em pé de igualdade" numa conferência em Paris em junho de 2008 para criar a solidariedade entre as duas margens do Mediterrâneo, com base na paridade, através de projetos concretos de interesse comum. No entanto, o presidente francês considerava a nova União envolvendo apenas os países do Mediterrâneo e não toda a União Europeia, confrontado com as críticas da Alemanha, ele permitiu que os 27 Estados-Membros da UE participassem na iniciativa. O nome original de "União para o Mediterrâneo" teve que ser alterado para "Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo" para abarcar de forma coesa uma governação

¹⁰⁶ Numa das suas primeiras declarações públicas, seguidamente a sua eleição para a presidência francesa, Nicolas Sarkozy declarou sua intenção de lançar os alicerces para uma União Mediterrânea, decalcada a partir do modelo da União Europeia, mas que agruparia o Estados do Mar Mediterrâneo, europeus, asiáticos e africanos. Sarkozy defende um modelo de desenvolvimento comum, uma política de imigração e trabalho comuns, um espaço judicial comum, isto para combater os vários flagelos da região entre eles: a migração ilegal, a corrupção, o crime organizado o terrorismo internacional e às crises políticas. Disponível em <http://movv.org/2007/07/24/a-%E2%80%99Cuniao-mediterranea%E2%80%99D-de-nicolas-sarkozy/>. (05-01-2013).

mais equilibrada, uma maior visibilidade dos seus cidadãos e um compromisso tangível para com os mesmos. A UPM procura estreitar as relações entre os países membros, através da definição de medidas concretas e mais visíveis, dando uma nova vitalidade à parceria e elevando o nível político da relação entre a UE e os países mediterrânicos. Assim, os principais objetivos da Declaração de Barcelona tais como (o diálogo político, a cooperação económico e comercial e o diálogo humano social e cultural) permaneceram válidos no centro das relações euro-mediterrânicas.

A cooperação reforçada em matéria de justiça, migração e integração social é igualmente um elemento importante da União. Na Declaração de Paris foram definidos seis programas de atuação, que abrangem áreas como ambiente, energia, educação e economia. Pretende-se que a lógica da “União para o Mediterrâneo” não se baseie no fator físico, ou seja no mar, o chamado Mare Nostrum, mas sim na proximidade geográfica, visto todos os países coexistirem num mesmo espaço e se depararem com os mesmos desafios, ameaças, riscos e oportunidades. De realçar que, uma abordagem equilibrada sobre a migração e o reforço da cooperação em matéria de integração social é uma das questões centrais do Mediterrâneo devido aos massivos fluxos migratórios clandestinos e ao terrorismo proveniente de grupos extremistas vindos do Médio Oriente (RODRIGUES e FERREIRA, 2011). De igual modo, também a preservação ambiental é uma das preocupações, cada vez mais patente nas agendas de cooperação entre os países. Em contraste, questões menos consensuais como a natureza dos regimes políticos dos Estados-Membros, foram excluídos.

Neste sentido, em abril de 2010, a Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu realçou que o renascimento da UPM deveria ser uma prioridade estratégica para a Europa, que deverá promover iniciativas baseado em diálogos políticos de proximidade entre as margens norte e sul do Mediterrâneo. Presentemente a EU considera que os acontecimentos da primavera Árabe revelaram ser necessário a reformulação da Política de Vizinhaça, de modo a conferir uma maior prioridade ao diálogo com as sociedades mais vulneráveis, que será imprescindível para os processos de democratização e transição. A “União para o Mediterrâneo” deve promover um maior envolvimento de países parceiros em reformas democráticas mais profundas o seu respeito pelos direitos humanos fundamentais com base na abordagem de

responsabilização mútua entre países parceiros, a UE e os seus Estados-Membros (TAVARES, 2012).

Contudo a parceria tem sido alvo de algumas críticas. Para ALLEMAND e KHADER (2008)¹⁰⁷, o Processo de Barcelona não foi nem ponto de viragem e de rutura, nem um insucesso total. Enquanto CAMERON e RHEIN (2005)¹⁰⁸ defende que as razões que a Europa encontra para ter uma política para o Mediterrâneo são no essencial as mesmas do início: dependência energética, comércio, importância do apoio europeu ao desenvolvimento a Sul, a segurança e o controlo da imigração legal e ilegal para a Europa.

O cenário resultante deste dinamismo encontra-se também nos resultados do Inquérito Euro-Mediterrânico que nos mostra a importância da agenda externa, tanto ao nível temático como com relação ao valor estratégico (ARAGALL, 2010). A nível temático as questões como a migração circular relacionado à mobilidade do trabalho, o controle de fronteiras, a cooperação policial, a capacitação institucional em gestão e regulação dos fluxos migratórios, estão na ordem do dia. Com relação ao valor estratégico, o impasse poderá ser observado tanto ao nível estadual (gestão bilateral dos fluxos migratórios) como multilateral (processos de diálogo multilateral quer ao nível PEM quer ao nível da União Europeia no Diálogo Euro-Africano).

Conclui-se que apesar do progresso em algumas áreas, as políticas migratórias a nível da PEM não foram suficientemente eficazes, nota-se a perda de coerência no desenvolvimento de uma estratégia comum euro-mediterrânica, e um impasse político, sobretudo se comparar-mos as políticas estaduais tanto no Norte como no Sul do Mediterrâneo. Ou seja, a existência de vários espaços de diálogo cooperativo ao nível do Mediterrâneo não impede que fatores internos e externos continuem a condicionar as relações entre os países mediterrânicos. De lembrar o conflito recente “*primavera árabe*” que afeta não só as relações Sul-Sul, mas também as relações Norte-Sul. Ou ainda a divergência de prioridades entre as duas margens do Mediterrâneo, que para os países do sul se centra nas questões de codesenvolvimento e na flexibilidade do diálogo

¹⁰⁷ (ALLEMAND e KHADER, 2008)

¹⁰⁸ (CAMERON e RHEIN, 2005)

conjunto, e na margem norte foca na necessidade de responsabilidade conjunta, do controlo dos fluxos e gestão das migrações ilegais.

Estas tendências estão retratadas nos resultados do mesmo inquérito. Verifica-se uma tensão entre os Estados envolvidos na Parceria o que não lhes permite chegar a resultados futuros mais tangíveis, no que se refere principalmente a eficácia da gestão dos fluxos migratórios (ARAGALL, 2010).

6.2 Gestão dos Fluxos Migratórios no Mediterrâneo

A gestão eficaz das migrações no Mediterrâneo é essencial para garantir a estabilidade regional e deverá centrar-se em dois aspetos fundamentais: na sua administração ordenada e nos efeitos positivos das migrações, como a vantagem da complementaridade norte-sul.

A gestão dos fluxos migratórios deve ser abordada numa ótica multidimensional, a União Europeia deverá reforçar as suas políticas externas de migração com princípio em parcerias com os países terceiros do Sul do Mediterrâneo que abordem as questões ligadas a migração e a mobilidade de uma forma que permita uma cooperação para o desenvolvimento mutuamente benéfica, considerando valores como governança, segurança humana, desenvolvimento sustentável dos países do sul, estabilidade política e social, entre outros, os quais são indispensáveis para garantir a estabilidade e segurança regional evidenciada no âmbito do Processo de Barcelona.

Tornar as políticas migratórias europeias mais abertas para facilitar de forma flexível e dinâmica os movimentos temporários e regulares é uma das questões mais importantes do Processo, pelo que é um passo que conta com o apoio de alguns países de origem, principalmente do Maghreb. Ou seja, a correta gestão dos fluxos migratórios no Mediterrâneo deverá envolver a responsabilização mútua¹⁰⁹ isto é, não só dos países de acolhimento, mas também os de origem e de trânsito, pelo que todos devem ser chamados a colaborar (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Também é verdade que nem todas as abordagens entre os diferentes membros da PEM são convergentes e nem todos os estados agem dentro do quadro jurídico. Como

¹⁰⁹ A participação dos países de origem jogam, um papel particularmente importante para as estratégias geopolíticas regionais sendo estabelecido formas de cooperação entre países de origem e de chegada.

uma tendência geral que pode ser observado nos últimos anos, os países do Norte do Mediterrâneo têm implementado políticas ou participar de programas voltados à contenção da migração.

Neste âmbito a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX) reforça a segurança nas fronteiras, assegurando a coordenação das ações dos Estados-Membros na aplicação de medidas comunitárias relacionadas com a gestão das fronteiras externas; apoia os Estados-Membros na formação dos guardas de fronteiras nacionais, incluindo a definição de normas de formação comuns; realiza análises de risco; acompanha a evolução da investigação relevante em matéria de controlo e vigilância das fronteiras externas; apoia os Estados-Membros em circunstâncias que exijam assistência operacional e técnica reforçada nas fronteiras externas; e faculta aos Estados-Membros o apoio necessário no âmbito da organização de operações conjuntas de regresso¹¹⁰.

Cabe mencionar também que a gestão dos fluxos migratórios se torna cada vez mais, matéria de extrema dificuldade no âmbito das parcerias, desde logo porque envolve indivíduos com estatutos diversos (nomeadamente migrantes económicos, vítimas de tráfico e refugiados), a criação de medidas para gerir estes fluxos mistos, voltados para cada categoria específica, aumenta os desafios para os sistemas de gestão da migração e complica o encontrar de soluções igualmente satisfatórias para todos (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Perante o que ficou exposto concluímos que passados mais de quinze anos, o Processo de Barcelona não terá conseguido dar resposta às principais questões que presidiram à sua origem. Só uma responsabilidade mútua entre os países, possibilitará o colmatar das lacunas existentes nas relações de cooperação entre eles e corrigirá as assimetrias regionais que permitirão por conseguinte chegar à uma gestão eficaz dos fluxos migratórios no espaço considerado (Anexo G).

¹¹⁰ Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (Frontex). Disponível em http://europa.eu/agencies/regulatory_agencies_bodies/policy_agencies/frontex/index_pt.htm (18.09.2012).

6.3 Desafios para a União Europeia: Segurança no Mediterrâneo

No Mediterrâneo, para além dos desafios que constituem a gestão dos fluxos migratórios ilegais, temos os de ordem securitária.

Este sub capítulo não responde às nossas questões mas acrescenta uma outra vertente, para a qual sugerimos um estudo mais aprofundado, ressaltando desde já, o estudo existente, da autora Rodrigues¹¹¹.

O futuro da União Europeia depende muito da gestão eficaz dos fluxos migratórios, segundo SAARINEN (2008) “(...) a growth propelled by economic differentials, internal political disorder, [...] the political as well as economic constraints on the admission of migrants [...] suggest the need for a security/stability framework for the study of international migration that focuses on state policies toward emigration and immigration as shaped by concerns over internal stability and international security”¹¹².

Podemos constatar que as migrações constituem actualmente questões de preocupação central em todas as parcerias entre o Norte e o Sul, e o desenvolvimento em si, tem sido desvalorizado e substituído pela prevalência crescente de inquietações com a segurança.

Como vimos, desde sempre existiram tensões geopolíticas em ambas as margens do Mediterrâneo. Na margem Norte, os problemas nos Balcãs, na margem Sul e Oriental, o conflito Israelo-Palestiniano, acresce a instabilidade política nos Estados islâmicos do Norte de África e Médio Oriente, transformaram o Mediterrâneo em palco de confrontos e revoltas em curso.

As assimetrias entre as duas margens do Mediterrâneo, como vimos, estiveram no passado na origem de confrontos e tensões entre países das duas margens do Mediterrâneo como também entre vizinhos do sul. O conflito israelo-árabe e a paralisação do Processo de paz no Médio Oriente bloquearam durante anos a negociação e a aproximação das duas margens do Mediterrâneo.

Presentemente, o Mediterrâneo continua a ser uma região, palco de confrontos e revoltas e grande instabilidade social. A situação política actual dos países do Sul e Leste

¹¹¹ (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

¹¹² (SAARINEN, 2008)

do Mediterrâneo, como a já referida “Primavera árabe”, acrescidos pela incapacidade de se controlarem os fluxos migratórios, tido como um factor de risco para a segurança dos estados, faz do Mediterrâneo uma zona de riscos em particular para a Europa (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Como referido, no projecto “União para o Mediterrâneo” ficou implícita a criação de condições a Sul, de forma a permitir um desenvolvimento económico e social que ajudasse a minorar os riscos para os países da UE, nomeadamente através do controle dos fluxos migratórios ilegais e da acção de grupos extremistas, dado que este problema pode pôr em causa a segurança dos países do destino. As migrações, de modo especial a imigração ilegal, são frequentemente apresentadas como ameaça à ordem pública e às identidades nacionais, geradoras de grandes resistências e alguma tensão social.

Os receios dos Estados perante uma imigração sem controlo e em larga escala, resultam na associação da imigração à ameaça e à insegurança. Por seu turno, o terrorismo enquanto problema transnacional afecta a segurança interna dos Estados e é frequentemente associado às migrações. Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, seguidos dos ataques bombistas de Madrid em 2004 e Londres em 2005, trouxeram alterações às percepções de segurança e de ameaça e acentuaram essa associação entre migrantes e terroristas, uma vez que a mobilidade transfronteiriça foi central a estes acontecimentos (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

A orientação da segurança dos países da UE passa pelo controle e vigilância de fronteiras. Essa questão foi gradualmente ganhando importância, em particular a partir do momento em que a gestão das fronteiras torna-se factor-chave para a segurança interna da UE e passa a ser concebido como uma solução para a instabilidade dos países vizinhos ou próximos. A gestão das fronteiras é o cerne da dimensão externa da Direcção-Geral da Justiça e Assuntos Internos (JAI) e está incluído na maioria dos planos de acção da Política Europeia de Vizinhança.

Para a região do Mediterrâneo, esta tendência tem tido implicações específicas. Na verdade, pode-se falar de um processo de institucionalização da gestão das fronteiras na região do Mediterrâneo e caracteriza-se por três factores que levantam dúvidas sobre os objectivos da UE de segurança geográfica. Primeiro de tudo, a gestão das fronteiras continua a ser uma questão sensível, a ponto de que, as metas de compartilhamento de

solidariedade e de encargos não podem ser alcançados entre os Estados-membros da UE nesta área. Em segundo lugar, a dimensão externa da JAI exige cada vez mais a cooperação de países terceiros, como demonstrado no caso de Marrocos. E, finalmente, a terceirização da gestão das fronteiras envolve tecnologias exportadores relativos ao controle e segurança para governos autoritários, um aspecto que contradiz o objectivo da política externa da UE de proteger os valores fundamentais da democracia (Wolff, 2008).

Neste sentido e com relação ao segundo factor indicado acima, é interessante considerar o exemplo de Marrocos. A sua localização geográfica permite-lhe desenvolver o seu estatuto avançado com a UE, e, juntamente com a Espanha e a França, que lidera o diálogo Euro-Africano, em que a agenda marroquina converge com as prioridades dos países norte mediterrânicos. Em certa medida, as características desta particularidade regional em matéria de gestão das fronteiras são importantes devido ao seu posicionamento como um país de fronteiras com a UE. Este recebe pressão da Europa para assumir funções de controlo de fronteiras, enquanto a condição que lhe é devido como um país de trânsito para os imigrantes da África Sub-Sahariana, é a implementação de uma política de migração com base em leis que limita a entrada dos subsarianos (ARAGALL, 2010).

Embora apenas 4% dos refugiados do conflito na Líbia (27 465 dos 706 000 refugiados) se tenham deslocado para a UE, o impacto resultante, combinado com o aumento dos fluxos de migração ilegal provenientes da Tunísia¹¹³ e da fronteira greco-turca¹¹⁴, juntamente com um aumento considerável dos requerentes de asilo nas fronteiras externas meridionais da UE¹¹⁵, veio demonstrar que a UE se encontra sob forte pressão migratória¹¹⁶, sem expectativas de que esta venha a diminuir no futuro¹¹⁷.

¹¹³ Cerca de 26 354 cidadãos (sobretudo tunisinos) provenientes da Tunísia chegaram a Lampedusa (Fonte: Humanitarian Emergency Response to the Libyan Crisis, Organização Internacional para as Migrações, Dezembro de 2011).

¹¹⁴ Segundo a Agência Frontex, ao longo de 2011 registaram-se mais de 55 000 detenções na fronteira terrestre greco-turca na região de Evros, um aumento de aproximadamente 17% em relação a 2010. A fronteira terrestre entre a Grécia e a Turquia é particularmente vulnerável aos fluxos de imigração ilegal, sendo prestada especial atenção ao reforço dos controlos nesta fronteira e prestado apoio político e material, sobretudo no âmbito da coordenação Frontex. A Agência Frontex prestou igualmente apoio à Grécia através do projecto Attica, que apoia o reforço das capacidades da polícia grega em matéria de repatriamento de imigrantes ilegais.

¹¹⁵ Por exemplo, segundo o Eurostat, em 2011 o número de requerentes de asilo em Itália foi de 34 115, um aumento de 239% em relação a 2010. Em Malta o número de requerentes de asilo foi de 1 890, o que

E com efeito, as consequências negativas da Primavera Árabe, sobretudo em Itália, combinadas com a pressão migratória sentida na fronteira greco-turca em 2011, suscitaram uma profunda reflexão sobre a forma como a UE pode responder a estas pressões migratórias e criar, simultaneamente, mecanismos que lhe permitam gerir com eficácia fluxos migratórios ordenados e controlados.

Como resposta às vagas migratórias ilegais, a UE tem vindo a reforçar as suas fronteiras externas, nomeadamente através da adopção de uma base jurídica para a criação de uma Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça deverá garantir, quando estiver plenamente operacional no final de 2012, o intercâmbio contínuo e ininterrupto de dados entre as autoridades nacionais, através do Sistema EURODAC, do Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) e do Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II). As novas tecnologias permitem a categorização e controlo da mobilidade de determinados grupos (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

O valor acrescentado da Agência Frontex para facilitar a cooperação operacional entre os Estados-Membros em matéria de segurança das fronteiras e de repatriamento ficou uma vez mais demonstrada com a ajuda prestada às autoridades gregas, designadamente através do envio de uma equipa de intervenção rápida nas fronteiras (RABIT)⁶⁴ para a fronteira com a Turquia e das operações levadas a cabo no Mediterrâneo. O orçamento da Frontex foi reforçado em 30 milhões de euros para lhe permitir expandir a sua capacidade operacional (EUROPEIAS, 2011). Contudo essas novas tecnologias colocam entraves à garantia dos direitos humanos e, neste caso, à própria cooperação euro-mediterrânica.

representa um aumento de 980% em relação a 2010. Em 2011, o número de pedidos de asilo provenientes da Tunísia aumentou doze vezes (6 335), na sua grande maioria apresentados em Itália.

¹¹⁶ Segundo a Agência Frontex, a maioria das travessias ilegais das fronteiras está limitada a zonas sensíveis como a rota do Mediterrâneo oriental, nomeadamente a fronteira terrestre entre a Grécia e a Turquia, e a do Mediterrâneo central (respectivamente 50 % e 33 % do total), mas também, cada vez mais, a rota do Mediterrâneo ocidental (cerca de 10 % do total). A maior parte dos migrantes detectados é proveniente do Afeganistão. Este aumento dos fluxos de migrantes foi acompanhado por um aumento do número de pedidos de protecção internacional. 3º relatório trimestral da Frontex, julho-setembro de 2011.

¹¹⁷ Por exemplo, o relatório sobre a mobilidade humana de 2011 do Observatório ACP das Migrações estimou a população da África subsariana em 802 milhões de pessoas, com um aumento anual médio de 2,7 %. Esse relatório indica igualmente que mais de dois terços da população africana têm menos de 25 anos, o que faz prever «um aumento considerável do número de pessoas em idade laboral susceptíveis de emigrar em busca de melhores condições de vida».

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a investigação, análise e exposição de todos os assuntos que, de algum modo, auxiliaram no esclarecimento do objeto em estudo, percecionamos que as migrações ao nível euro-mediterrânico são assuntos de grande relevância para as políticas da União Europeia.

O trabalho de pesquisa que aqui desenvolvemos procurou ir no sentido de responder às questões de partida que colocámos logo na introdução e as quais retomamos agora: Que fraturas socioeconómicas e demográficas existem entre as fachadas Norte e Sul do Mediterrâneo? Que assimetrias se identificam no Mediterrâneo e o porquê dos níveis de desenvolvimento tão distintos?

A análise que efetuámos neste trabalho permite-nos retirar várias elações.

Salienta-se que o Mediterrâneo é um espaço heterogéneo, atravessado por linhas de fratura a nível cultural, económico e de desenvolvimento bem como de assimetrias demográficas registando-se grandes contrastes entre Europa Ocidental, Magrebe, Balcãs, Médio Oriente. Daí considerarmos que as desigualdades regionais, bem como os diferenciais demográficos, entre as duas margens, estarem na origem das principais causas dos fluxos migratórios no sentido sul-norte dessa região.

As assimetrias históricas e de carácter socioeconómico vão determinar os níveis de desenvolvimento humano distintos, existentes atualmente nos países do mediterrâneo.

As fraturas que nos pareceram mais evidentes no espaço Mediterrâneo surgem ao nível socioeconómico e demográfico. A nível demográfico sobressai que durante os últimos 50 anos, os países do Norte de África e Médio Oriente, registaram grande crescimento populacional, aumento a sua população em 150% entre 1950-2000, enquanto os países mediterrânicos da UE não registaram mais do que uma fraca progressão, aumentando em 30% a sua população, no mesmo período. Esta oposição é devido ao facto de a UE ter terminado a sua transição demográfica e os países do SEM encontrar-se na 2ª - 3ª fase da transição, que corresponde ao fenómeno da transição caracterizado por forte crescimento.

Em termos económicos o PIB e o IDH, apresentam contrastes sobretudo entre a Europa e o Norte de África. Embora os países do mediterrâneo tenham um nível do desenvolvimento razoável, o contraste do modelo norte desenvolvido e sul

subdesenvolvido ainda é sentido fortemente pelas pessoas da fachada sul do mediterrâneo, por causa da proximidade relativamente a Europa, como prova a complexa rede migratória no espaço euro-mediterrânico.

Para explicar os níveis de desenvolvimento distintos, diríamos que as regiões do Mediterrâneo, embora estejam próximas geograficamente foram marcadas por um processo histórico e económico diferente, o que determina, a atual desigualdade regional. Contudo a explicação para os níveis de desenvolvimento tão distintos nos países do Mediterrâneo têm origens diversas, visto que as vulnerabilidades se interligam de tal forma que se torna difícil hierarquizá-las. Contudo, reconhecemos que é um importante espaço de contacto entre os eixos Norte-Sul e Este-Oeste que ligam a Europa do Sul, Ásia Ocidental e Norte de África.

Passando às questões seguintes: como podemos classificar o sistema migratório do Mediterrâneo? Quais os fluxos migratórios mais relevantes? Quais são as principais causas do maior fluxo migratório no sentido Sul-Norte do Mediterrâneo?

Observamos que presentemente com a Globalização e os novos meios de transportes, o Mediterrâneo, parece mais do que nunca, desempenhar o papel de ponte entre três continentes.

Os países do Norte de África constituem a principal fonte de migrantes para a Europa Mediterrânica. As razões que levam ao maior fluxo migratório neste sentido, radicam sobretudo em causas económicas, políticas e demográficas. Os países magrebinos que detêm mais peso nesses fluxos são Marrocos, a Argélia e a Tunísia, devido à proximidade geográfica com a Europa. Enquanto esses países centrais do Magrebe se tornaram firmemente integrados no sistema de migração Euro-Mediterrâneo, o Egito e a Líbia, encontram-se predominantemente ligado ao sistema de migração do Golfo.

Embora, ultimamente se presencie um intensificar dos fluxos migratórios, particularmente da Líbia para a França, Itália e Espanha, devido a problemas políticos e sociais, iniciados com a primavera Árabe. As instabilidades políticas têm abalado a economia desses países e como consequência a emigração ilegal têm-se intensificado nessa região, nomeadamente para os países do sul da Europa.

De forma sucinta, conclui-se que as desigualdades regionais, implicarão o continuar das pressões migratórias, nomeadamente no sentido (Magrebe-Europa).

Outros fatores relevantes que merecem destaque são o diferencial demográfico e a necessidade de complementaridade, a instabilidade política e sobretudo a procura de melhores condições de vida. A globalização da informação, resultante do processo da globalização, constitui também um dos principais motores dos fluxos migratórios massivos neste sentido, uma vez que, o fenómeno demonstrou às populações outras realidades que estas passaram a desejar. Estes fatores aliados a outros, tais como: as atuais desigualdades socioeconómicas, a afinidade linguística e cultural, bem como a proximidade geográfica da Europa, fomentará ainda mais a ambição, que se traduz frequentemente em imigrações ilegais da população magrebina para a Europa Mediterrânica.

Esse fluxo migratório tem resultados positivos uma vez que proporciona uma janela de oportunidade, facilitando o dinamismo demográfico e abrindo a redução populacional em alguns países da margem norte. Ajuda por outro lado a afrouxar o aumento da população residente nos países do sul e principalmente diminuir a pressão sobre o mercado de trabalho nesses países, nomeadamente na região do Magrebe que dispõe dum sistema infraestrutural e económica pouco capaz para enfrentar a explosão demográfica e responder à procura de trabalho das populações ativas em acelerado crescimento.

Quanto às políticas imigratórias implementadas no Mediterrâneo, pelo que ficou exposto e caminhando na linha da nossa última questão de partida, parece que o Processo de Barcelona não terá conseguido dar resposta às principais questões que presidiram à sua origem. A parceria revelou ter outras motivações, que consistem no facto de a norte do Mediterrâneo, se procurarem aproximar de questões mais relacionadas com a defesa e segurança, enquanto a Sul a apreensão inclina-se nos benefícios do codesenvolvimento, na dependência da Ajuda Pública e reclama-se um estatuto de igualdade.

Neste âmbito evidencia-se que as assimetrias entre países, em parte, podem dever-se à falta de aprofundamento dos processos de integração regional, como no caso concreto do Processo de Barcelona e na fragmentação política dos Estados.

Para o verdadeiro sucesso da parceria, os países membros deveriam focar numa abordagem de responsabilização mútua, com base no diálogo cooperativo, no respeito pelas assimetrias específicas de cada país membro e focalizarem na autêntica “União” dos Estados, visto que em tempo de globalização a preocupação deveria ser “através do local chegar ao global”, ou “pensar global, agir local” o que poderia ajudar a um melhor enquadramento desses países no contexto internacional.

Como principais limitações ao nosso estudo salientamos o facto das informações estatísticas, não se encontrarem atualizadas para todos os Estados banhados pelo Mar Mediterrâneo e devido principalmente às várias razões de estatísticas legais.

Da nossa investigação consideramos que seria ainda interessante aprofundar algumas questões que não cabem no âmbito deste trabalho, mas que o complementaríamos, como por exemplo, a análise dos perfis migratórios dos países a nível económico, demográfico, e sociopolítico que possibilitasse uma visão mais ampla do assunto e uma melhor perceção das tendências migratórias neste espaço.

Como trabalhos futuros, sugeríamos o desenvolvimento dos dois últimos sub capítulos sobre a gestão dos fluxos migratórios e a questão da segurança no Mediterrâneo, uma vez que, nos últimos anos, o Mediterrâneo viu as políticas de gestão dos fluxos migratórios tornarem-se um elemento importante no contexto geopolítico das relações internacionais na região. Contudo salvaguardamos a existência de alguns estudos da autora Teresa Rodrigues e Philippe Fargues, nessa área.

Para concluir este estudo, finalizamos com um dos pensamentos mais antigos acerca do Mediterrâneo.

“O Mediterrâneo, para a História é, simultaneamente, uma multiplicidade una e uma unidade múltipla; um universo constituído por mil e um universos; um ponto de confluências de ideias, de homens, de religiões, de barcos, em suma, de várias civilizações. Um espaço diverso onde o relevo, como factor de divisão, recorta várias pátrias diferentes entre si (...)” (BRAUDEL, 1966).

BIBLIOGRAFIA

- Abis, S. - Frustrations et espérances de la coopération euroméditerranéenne: Le sommet de Barcelone est une bonne opportunité de faire bilan du programme MEDA. BARCELONE + 10 - AFKAR/IDEES, ETE. (2005). Disponível em WWW: <<http://www.afkar-ideas.com/wp-content/uploads/files/3-7-5-fr.pdf>>.
- Abis, S. - 2007: année zéro pour la Méditerranée? Futuribles. n.º 321 (2006a). pp. 47-66. Disponível em WWW: <<http://www.futuribles.com/base/revue/321/2007-annee-zero-pour-la-mediterranee/>>. 0337-307X
- Abis, S. - Les dynamiques démographiques en Méditerranée. Les notes d'analyse du CIHEAM. n.º 11 (2006b). Disponível em WWW: <www.abhatoo.net.ma/index.php/fre/content/download/16910/299631/file/Les%2520dynamiques%2520d%25C3%25A9mographiques%2520en%2520M%25C3%25A9diterran%25C3%25A9e.pdf>.
- Allemand, F.; KHADER, B. - L'Union pour La Méditerranée: pourquoi? comment? Fondation pour l'innovation politique, 2008. Disponível em WWW: <<http://www.fondationerespublica.org/wp-content/fondapol-hs-union-pour-la-mediterranee.pdf>>.
- Aragall, X. - Gestion des frontières et migrations en Méditerranée. Société et culture. Division des politiques euro-méditerranéennes Institut européen de la Méditerranée (IEMed), Barcelone. (2010). Disponível em WWW: <http://www.iemed.org/anuari/2010/farticles/Aragall_migrations_fr.pdf>.
- Attané, I.; Courbage, Y. - Demography in the Mediterranean Region: situation and projections. Plan Bleu, juin. (2004). Disponível em WWW: <http://www.planbleu.org/publications/demo_uk_part1.pdf>.
- Aubarell, G.; Aragall, X. - As migrações na região euro-mediterrânica: orientações e tendências. (2001). Disponível em WWW: <http://www.academia.edu/391037/As_Migracoes_Na_Regiao_Euro-Mediterranica_Orientacoes_E_Tendencias>.
- Barbosa, P.S.G. - A parceria euro-mediterrânica: a Europa, o Mediterrâneo eo Mundo. (2010). Disponível em WWW: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14514/1/VersaoFinal.pdf>>.
- Blanc, P.; Abis, S. - Un développement sous tensions. Confluences Méditerranée. n.º 1 (2007). pp. 23-38. Disponível em WWW: <<http://www.cairn.info/revue-confluences-mediterranee-2007-1-page-23.htm>>. 2296018114
- Braudel, F. - La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II. A. Colin, 1966.
- Cameron, F.; Rhein, E. - Promoting Political and Economic Reform in the Mediterranean and the Middle East. Brussels: European Policy Centre. (2005).
- DA COMISSÃO, M.; MIGRAÇÕES, S.A.S. - As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção. (2005). Disponível em WWW: <<http://www.gulbenkian.pt/media/files/fundacao/Benefic%C3%A9ncia/forum%20imigra%C3%A7%C3%A3o/GCIMReport.pdf>>.
- Demoulin, C. - Les flux migratoires en Méditerranée. (2011). Disponível em WWW: <<http://dumas.ccsd.cnrs.fr/dumas-00651402/>>.

- Di Bartolomeo, A.A.; FAKHOURY, T. - CARIM—Consortium for Applied Research on International Migration. *Europe*. Vol. 3. (2010). p. 9.0.
- Dumont, G.F. - Le système migratoire méditerranéen. *Outre-Terre*. n.º 3 (2010). pp. 257-272. 291858701X
- Europeias, C. - Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: 3º Relatório Anual sobre a Imigração e o Asilo. COM (2012) 250 final. (2011). Disponível em WWW: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0250:FIN:PT:PDF>>.
- Fargues, P. - Emerging Demographic Patterns across the Mediterranean and their Implications for Migration through 2030. Migration Policy Institute, 2008.
- Fargues, P. - Mediterranean Migration, 2008-2009 Report. Consortium for Applied Research on International Migration (CARIM) RSCAS, European University Institute, 2009. Disponível em WWW: <http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/11861/CARIM%20Migration_Report%2020082009%20revised%20Oct09.pdf?sequence=3>.
- Henrique, S. - O Mundo Pós Guerra Fria. <http://imagohistoria.blogspot.pt/2012/06/o-mundo-pos-guerra-fria.html>: 2012.
- Huntington, S.P. - O Choque de Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial. Gradiva, Lisboa, 2001.
- Kéfi, R. - "Le principal déficit dont souffrent nos sociétés et dont découlent les autres concerne la gouvernance" L'Europe doit miser sur le développement du Sud et les pays arabes doivent s'engager à la bonne gouvernance. Azzam Mahjoub [entrevista]. *Afkar Ideas: TENDANCES ECONOMIQUES*. n.º 7 (2005). pp. 88-91. 1697-0403
- Lacoste, Y. - A Geopolítica do Mediterrâneo, trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições. Vol. 70. (2008).
- Leal, C.M. - Magrebe: Um Exportador de Energia e de Pessoas. FLAD/GEEMA – *Segurança, Defesa e Geopolítica* (2009). Disponível em WWW: <<http://www.geema.org/documentos/1272291889X4pOU9sp0On98EO6.pdf>>.
- Leal, C.M. - As relações energéticas entre Portugal ea Nigéria e riscos e oportunidades. (2011). Disponível em WWW: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1779/1/IDNCadernos_IIIserie_N03.pdf>. 1647-9068
- Luis, A. - A Parceria Euro-Mediterrânica e as Economias do Magrebe. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Departamento de Prospectiva e Planeamento 2005. Disponível em WWW: <http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/3136/infor_inter_2005.pdf>.
- Mahiou, A.; Schmid, D.; Daoud, Z.; Sus, S. - Questions internationales, n.º 10, nov.-déc. *Le Maghreb*. (2004).
- Martín, I. - Labour Markets Performance and Migration Flows in Arab Mediterranean Countries. A Regional Perspective. *Labour Markets Performance and Migration Flows in Arab Mediterranean Countries: Determinants and Effects*. (2009).

- RDH - A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. 2010.
- RDH - Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos. Publicado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2011.
- Ribeiro, O. - Portugal, o Mediterrâneo eo Atlântico: esboço de relações geográficas. Livraria Sá da Costa Editora, 1986.
- Rodrigues, T. - Realidades Demográficas no Mediterrâneo. I – Dinâmicas Actuais e Cenários Prospectivos. FLAD/GEEMA – *Segurança, Defesa e Geopolítica*. (2009). Disponível em WWW: <<http://www.geema.org/documentos/1261569576U9zWV7bg9Cg53RG8.pdf>>.
- Rodrigues, T.; Ferreira, S. - Realidades Demográficas no Mediterrâneo. II – Dinâmicas migratórias e análise a longo prazo das tendências demográficas (1950-2050). FLAD/GEEMA – *Segurança, Defesa e Geopolítica*. (2011). Disponível em WWW: <<http://www.geema.org/documentos/1310552980P7qDV7xc2MI97AS0.pdf>>.
- SAARINEN, H.M. - The influence of the Euro-Mediterranean Partnership on migration in the Mediterranean region. (2008).
- SciencesPo. - Atelier de cartographie. <http://cartographie.sciences-po.fr/>.
- Tavares, R. - Projeto de Relatório sobre a revisão da estratégia da UE em matéria de direitos humanos. *Comissão dos Assuntos Externos - Parlamento Europeu*. Vol. 2012/2062(INI). (2012). Disponível em WWW: <http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/afet/pr/899/899023/899023pt.pdf>.
- Tosun, M. - Demographic divide and labor migration in the Euro-Mediterranean region. (2011). Disponível em WWW: <http://www.ageing.ox.ac.uk/files/OxfordInstitute_MSTosun_3July2011-1%20Proof%20read.pdf>.
- Urdu, L. - L'Europe et la Méditerranée dix ans après Barcelone: voisins dorénavant? *L'Année du Maghreb*. n.º I (2006). pp. 57-70. Disponível em WWW: <<http://anneemaghreb.revues.org/278?lang=ar>>. 2109-9405

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Metodologia adotada no estudo.	14
Figura 2: Espaço Mediterrâneo.	15
Figura 3: Divisão do Mediterrâneo.	16
Figura 4: Assimetrias no Mediterrâneo.	19
Figura 5: Religião no Mediterrâneo.	21
Figura 6: Família Linguística no Mediterrâneo.	21
Figura 7: PIB per capita (2011).	29
Figura 8: Índice de Desenvolvimento Humano (2011).	30
Figura 9: Coeficiente de Gini (2007-2008).	33
Figura 10: Comparação entre as médias IDH e IDHAD por região e percentagem de perdas (2011).	38
Figura 11: Comparação entre IDH e IDHAD por país, dados de 2011.	39
Figura 12: IDHAD/ percentagem de Perda global.	40
Figura 13: Perda (%) devido a desigualdade do IDH e respetivos componentes, por país.	41
Figura 14: Valor do índice desigualdade de género.	43
Figura 15: Padrões regionais de perdas devido a desigualdade de género (2009).	44
Figura 16: Comparação entre o IPM e a pobreza de rendimento.	46
Figura 17: Demografia no Mediterrâneo.	51
Figura 18: Taxa de crescimento médio anual da população, a média.	54
Figura 19: Classificação do sistema migratório internacional (Adaptado de MARCO, 1993).	61
Figura 20: Taxa de crescimento migratório dos países da África mediterrânica.	65
Figura 21: Proporção dos imigrantes nos países da África mediterrânica.	65
Figura 22: Taxa de crescimento migratória dos países do Mediterrâneo Asiático.	68
Figura 23: A proporção dos imigrantes nos países da Ásia Mediterrânica.	68
Figura 24: A taxa de crescimento migratória dos países do Mediterrâneo Europeu.	71
Figura 25: A proporção dos imigrantes nos países da Europa Mediterrânica.	71
Figura 26: Principais grupos de estrangeiros de origem mediterrânica nos países mediterrânicos da EU.	74
Figura 27: Estrutura da base de dados.	I
Figura 28: Localização geográfica do Mediterrâneo.	II
Figura 29: Demografia no Mediterrâneo.	III
Figura 30: Crescimento populacional dos países da margem norte e sul do Mediterrâneo, 1970- 2025.	III
Figura 31: Suposições de fertilidade nas projeções alternativas.	IV
Figura 32: Crescimento populacional no Mediterrâneo.	IV
Figura 33: Religião no Mediterrâneo.	V
Figura 34: Língua no Mediterrâneo.	V
Figura 35: Mapa Político/ Política no Mediterrâneo.	V
Figura 36: Mapa Geopolítico.	VI
Figura 37: Teoria de “Choque de Civilizações” do autor HUNTINGTON (2001).	VI
Figura 38: Comércio Mundial.	VII
Figura 39: PIB per capita 2006.	VII

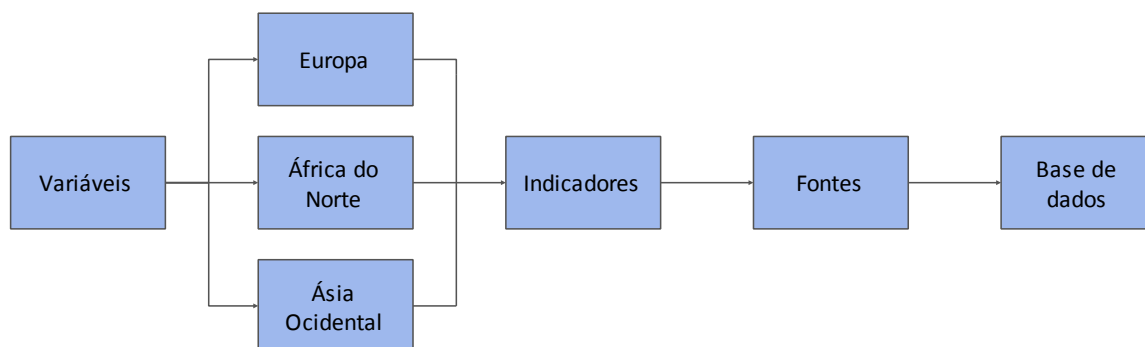
Figura 40: IDH 2006.....	VIII
Figura 41: Crescimento da População (%) 2000-2005 e PIB per capita 2001.	VIII
Figura 42: Comércio no Mediterrâneo.....	IX
Figura 43: Investimento Direto Estrangeiro (IDE) 2007.	IX
Figura 44: Coeficiente de Gini (2007-2008).	X
Figura 45: Remessas e capital humano de migrantes marroquinos, 1993-2005.....	I
Figura 46: Nível de Educação dos Migrantes provenientes de países MENA, 2001.	I
Figura 47: Fluxos Migratórios no Mediterrâneo.....	II
Figura 48: Taxa de migração no Mediterrâneo (2009).	VIII
Figura 49: Migrantes Internacional no Mediterrâneo (2009).	VIII
Figura 50: Mortos por milhares às portas da Europa (2006).	II
Figura 51: Estatuto migratório dos países do Mediterrâneo. Volumes, nacionalidades e choque points.	II
Figura 52: Fluxos de migração ilegal e irregular para o Mediterrâneo e a Europa.....	III
Figura 53: Imigrações ilegais, para a União Europeia e Países Schengen (2010).	III
Figura 54: Estrutura etária (por grupos de 5 anos de idade) da população total (em milhares). ...	VI
Figura 55: Pirâmide da população da região do Mediterrâneo (2010 e 2050).....	VII
Figura 56: Pirâmide da população do Sul do Mediterrâneo (2010 e 2050).	VII
Figura 57: Pirâmide da população do Norte do Mediterrâneo (2010 e 2050).	VII
Figura 58: Índice Sintético de fecundidade no Mediterrâneo 2008.	XI
Figura 59: Crescimento Populacional da região (2000-2030).	XI
Figura 60: Índice Sintético de fecundidade no Mediterrâneo entre (1950-2025).....	XII
Figura 61: Entradas e saídas no mercado de trabalho 2000-2029 (em milhares).	XIII
Figura 62: Crescimento da população urbana nos países do Mediterrâneo 2000-2025.....	XIII
Figura 63: Demografia/ Crescimento nas cidades.	XIII
Figura 64: População residente: assimetrias de volume e distribuição.....	XIV
Figura 65: Perspetiva política sobre níveis internos de imigração (1996 e 2009).	XIV
Figura 66: Relações Euro-Mediterrânicas.	XV
Figura 67: Política Europeia de Vizinhança e Parceria Euro-Mediterrânica 2010.	XV
Figura 68: Os países membros da Parceria Euro-Mediterrânica e da Parceria União para o Mediterrâneo (2008).....	XVI
Figura 69: Classificação das regiões.	XVI

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Saldo migratório, em milhares (1950-2010)	XI
Tabela 2: Emigrantes egípcios por região de destino de acordo com estatísticas do Egito (ano de 2000) e países de destino (vários anos).	II
Tabela 3: População estrangeira residente no Egito por país de cidadania, 1996 e 2006.	III
Tabela 4: Residentes dos 12 países Mediterrânicos na União Europeia.	III
Tabela 5: Argelinos residentes no exterior por região / país de residência, 1995, 2002.	IV
Tabela 6: Argelinos residentes no estrangeiro por país de destino de acordo com as estatísticas dos países de destino (dados mais recentes, 2008).	IV
Tabela 7: Principais grupos de estrangeiros de origem mediterrânica nos países Mediterrânicos da EU.	V
Tabela 8: Marroquinos residentes no estrangeiro por continente de residência (1993, 2007).	V
Tabela 9: Tunisianos residentes no exterior por região de residência, 2001 – 2008.	VI
Tabela 10: Líbia, estoques de emigração em países selecionados por país de residência, dados mais recentes.	VI
Tabela 11: Estrangeiros dos Países Mediterrânicos na UE, por nacionalidades.	VII
Tabela 12: Saldo migratório, em milhares. Cenário médio (2010-2050).....	I
Tabela 13: Migrações de trânsito nos países do Mediterrâneo Sul e Oriental.....	I
Tabela 14: Mortos ou desaparecidos nas rotas migratórias mediterrânicas irregulares para a Europa (2000-2008).	I
Tabela 15: Migrantes originários do Mediterrâneo Sul e Oriental (2008).....	IV
Tabela 16: Passado (1970-2000) e futuro (2000-2025) crescimento demográfico.	V
Tabela 17: Países do Mediterrâneo classificados pelo tamanho da população, 1970, 2000 e 2025 (em milhares).	V
Tabela 18: Perspetiva Demográfica no Mediterrâneo.....	VI
Tabela 19: População 2010 e projetada: Volumes e variações (2010, 2050).	VIII
Tabela 20: Dinâmicas Atuais e Cenários Prospetivos. Crescimento anual médio (%): 1950-2050...IX	
Tabela 21: Fecundidade no Mediterrâneo (1975-2050).....	X
Tabela 22: Dados Demográficos e Económicos.	XIX

LISTA DE ANEXOS

Anexo A: Metodologia para a construção base de dados.



Variáveis	Indicadores
População	População total e taxa de crescimento
Economia	IDH, PIBpc, GINI, IDGAD, IDG, IPM
Imigração	Taxa de imigração
Emigração	Taxa de emigração
Fontes	Base de dados
Nações Unidas	Stock de Migrantes Internacional
EUROSTAT	População e condições sócias
ACNUR	Base de dados online de estatística da população
Banco Mundial	Indicadores de desenvolvimento mundial
OCDE	Base de dados internacional de migrantes
PNUD	Relatório de desenvolvimento humano
CARIM	Dados Demográficos económicos e migratórios

Figura 27: Estrutura da base de dados.

Fonte: Elaboração própria baseada no <http://www.issm.cnr.it/>.

Anexo B: Localização Geográfica.



Figura 28:Localização geográfica do Mediterrâneo.

Fonte: <http://www.worldatlas.com>.

Anexo C: Assimetrias no Mediterrâneo

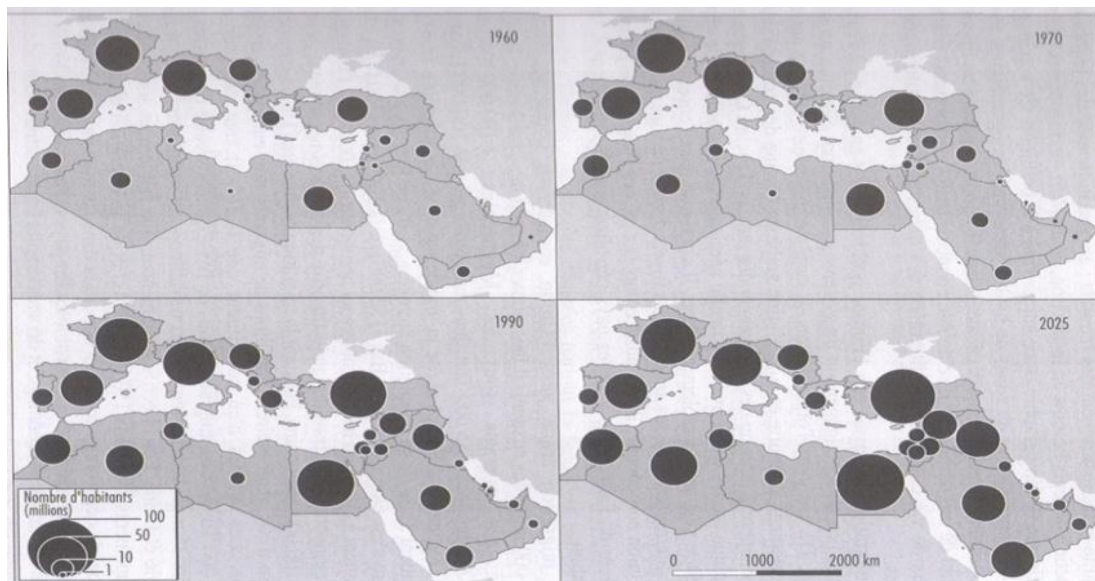


Figura 29: Demografia no Mediterrâneo.

Fonte: Mutin, George, *Géopolitique du Monde Arabe*, Ellipses Éditions, Paris, 2005.

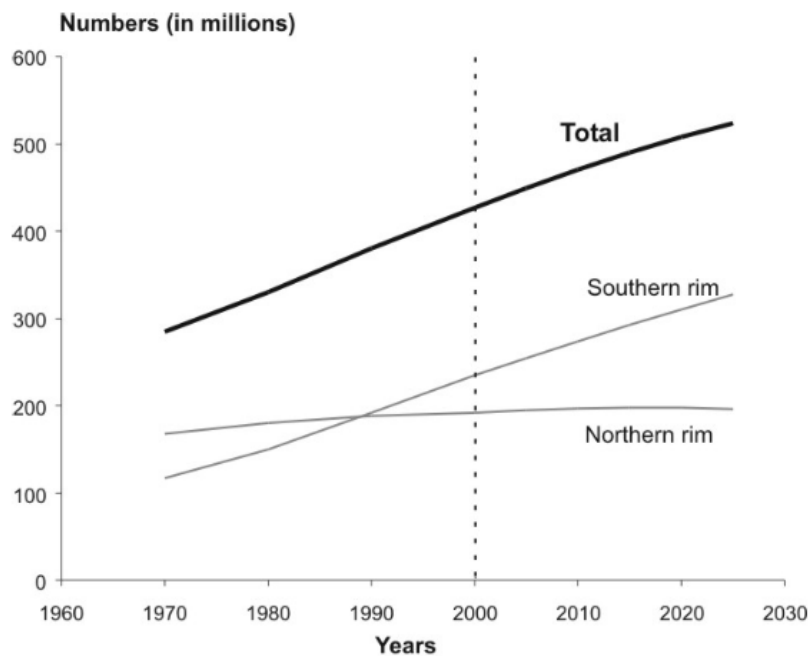


Figura 30: Crescimento populacional dos países da margem norte e sul do Mediterrâneo, 1970-2025.

Fonte: (ATTANÉ e COURBAGE, 2004).

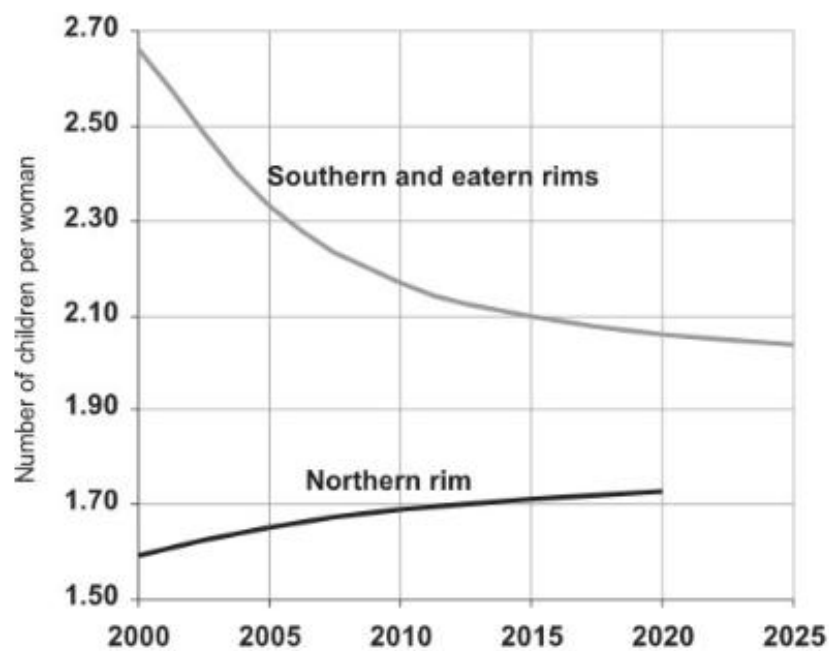


Figura 31: Suposições de fertilidade nas projeções alternativas.

Fonte: (ATTANÉ e COURBAGE, 2004).

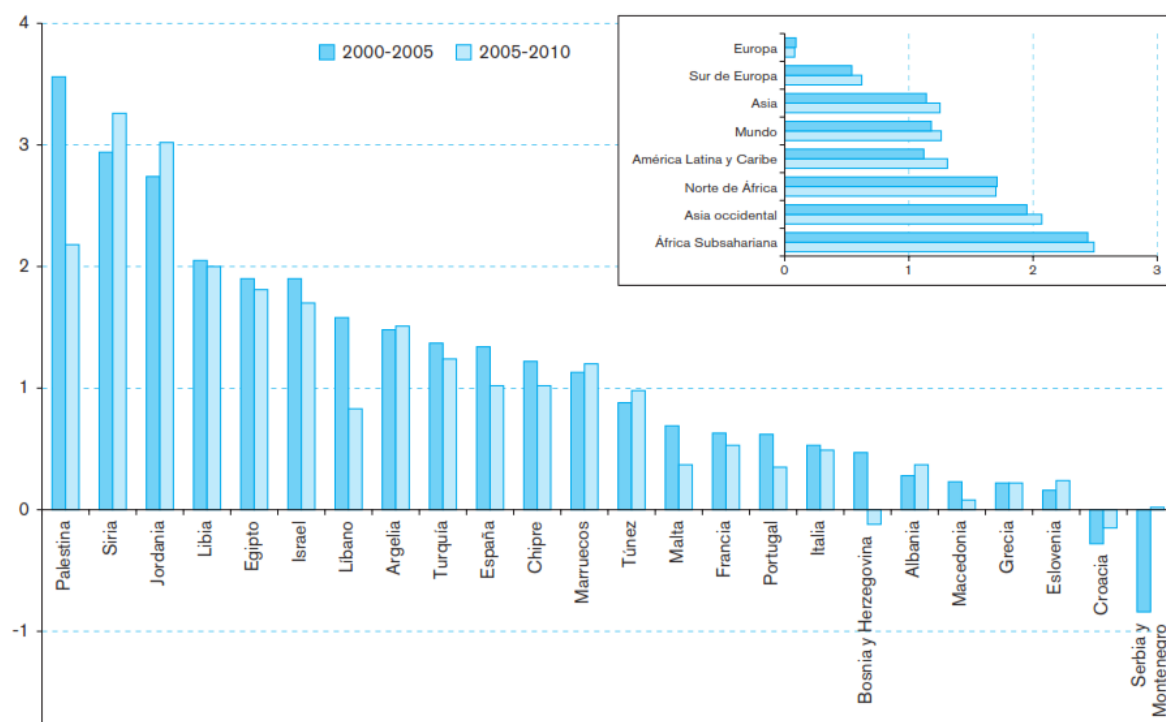


Figura 32: Crescimento populacional no Mediterrâneo.

Fonte: (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).



Figura 33: Religião no Mediterrâneo.

Fonte: PNUD.



Figura 34: Língua no Mediterrâneo.

Fonte: PNUD.

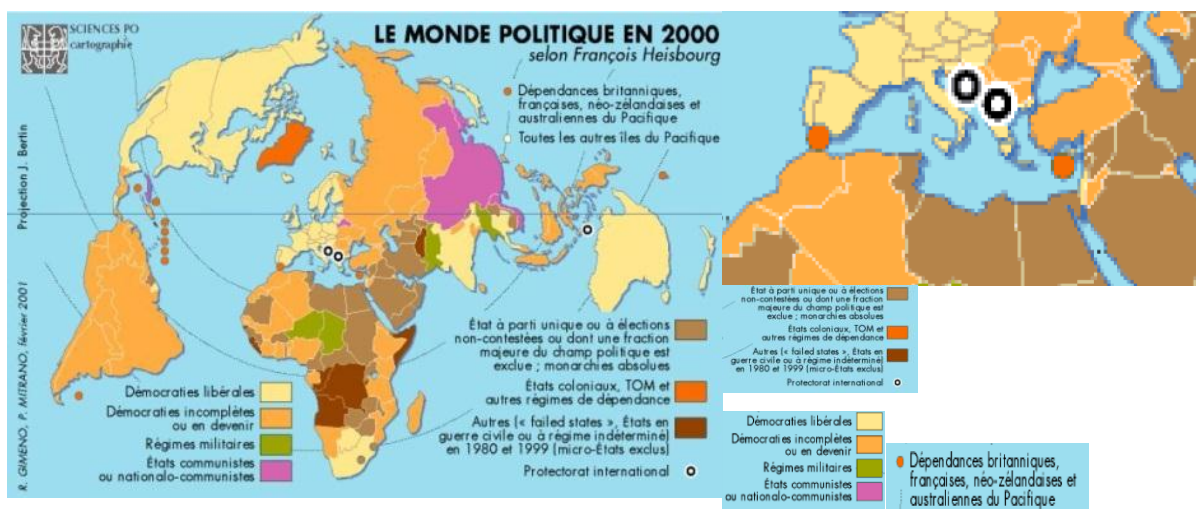


Figura 35: Mapa Político/ Política no Mediterrâneo.

Fonte: (SCIENCESPO.).

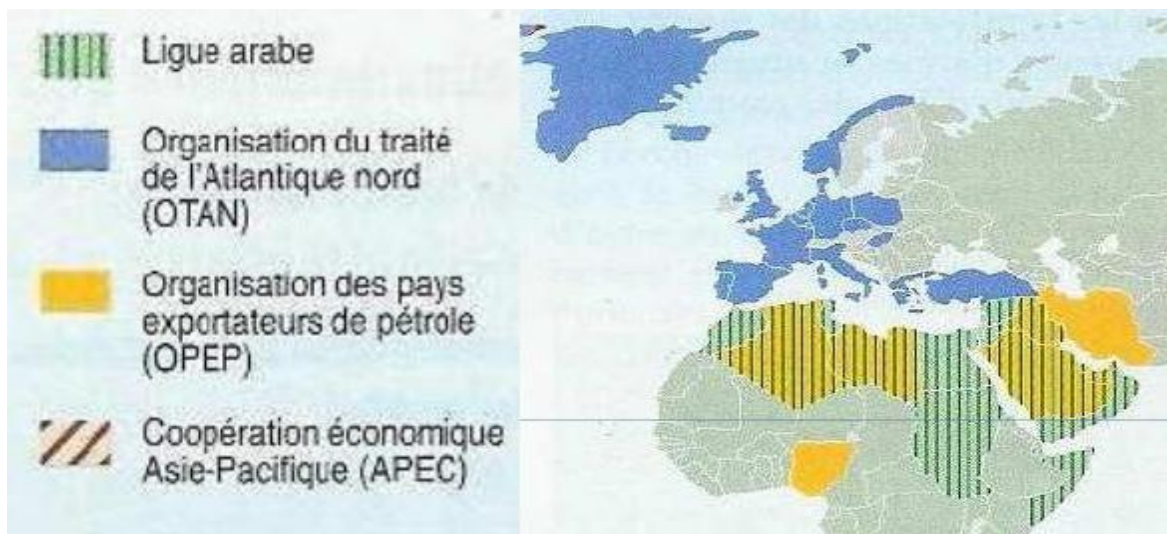


Figura 36: Mapa Geopolítico.

Fonte: PNUD.

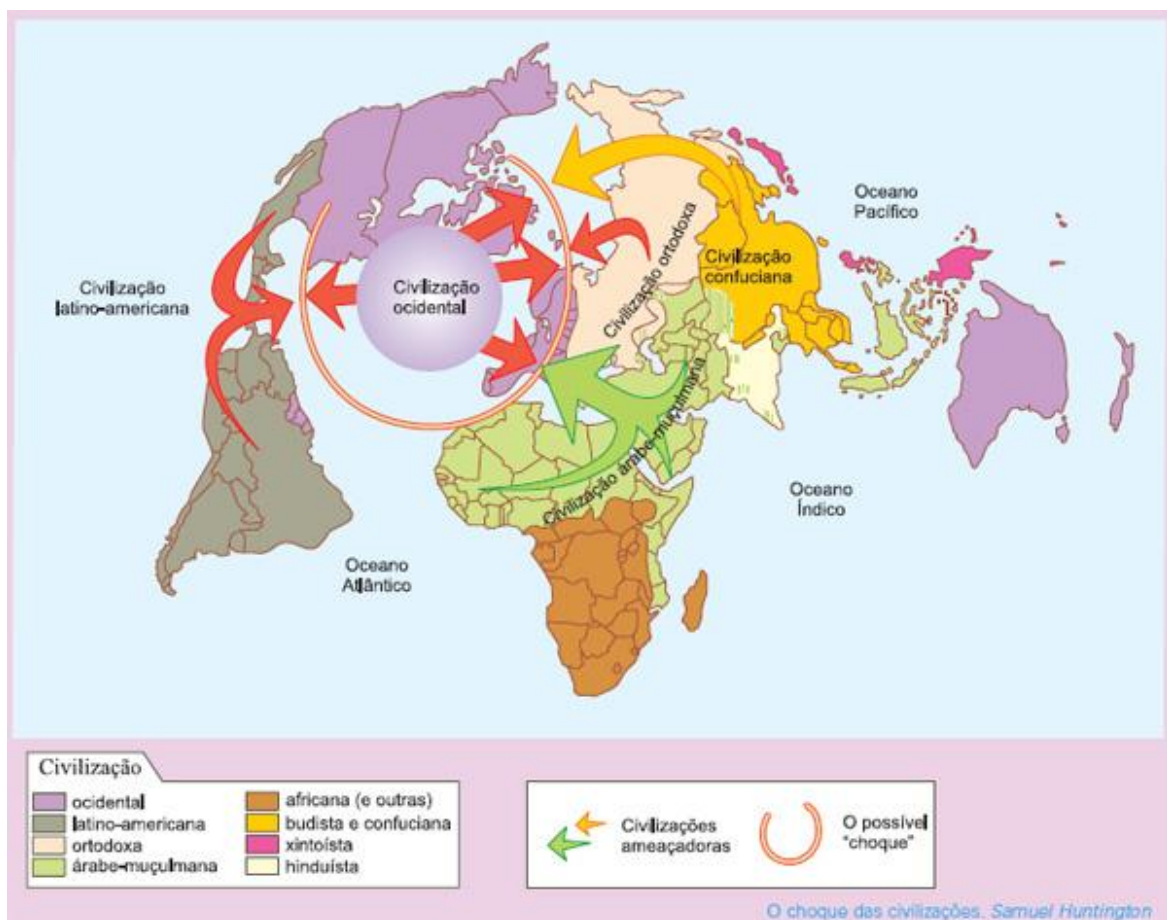
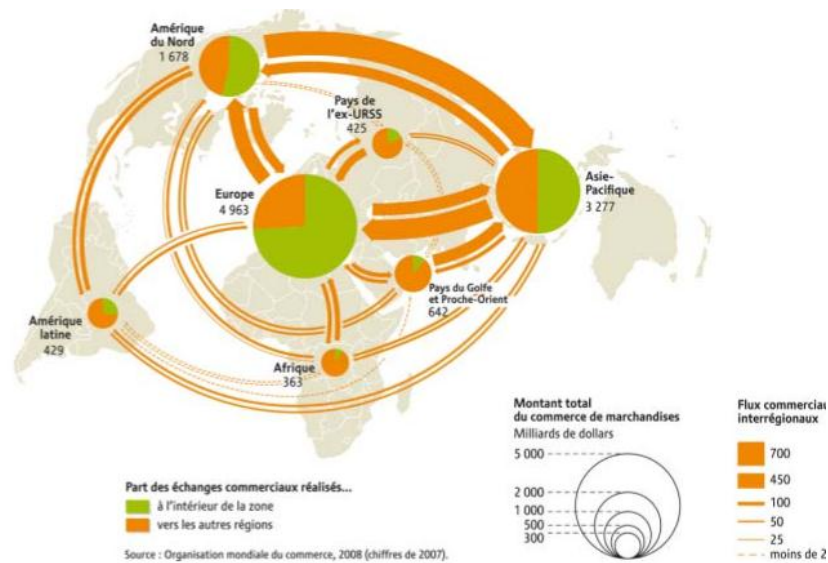


Figura 37: Teoria de "Choque de Civilizações" do autor HUNTINGTON (2001).

Fonte: (HENRIQUE, 2012).



Source : Organisation mondiale du commerce, 2008 (chiffres de 2007). Carte extraite de *L'Atlas du Monde diplomatique* 2009.

Figura 38: Comércio Mundial.

Fonte: (DEMOULIN, 2011).

Le produit intérieur brut par habitant

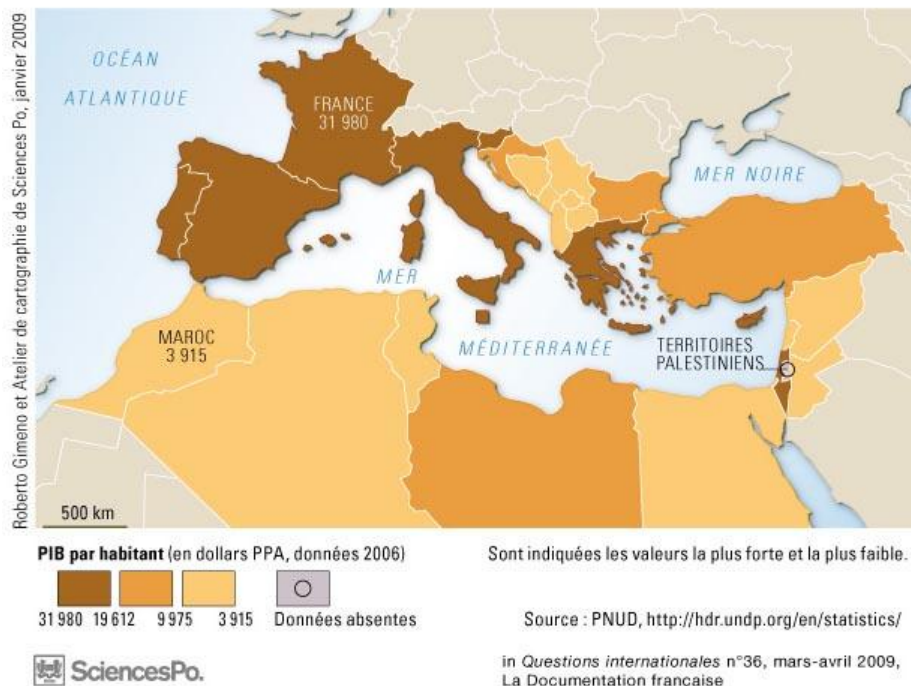


Figura 39: PIB per capita 2006.

Fonte: PNUD.

Indicateur du développement humain

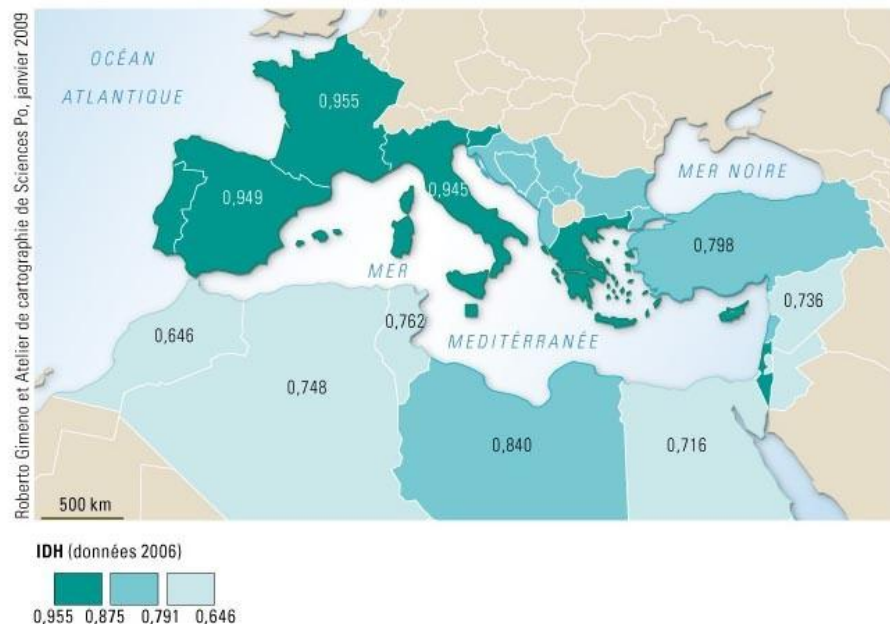


Figura 40: IDH 2006.

Fonte: PNUD.

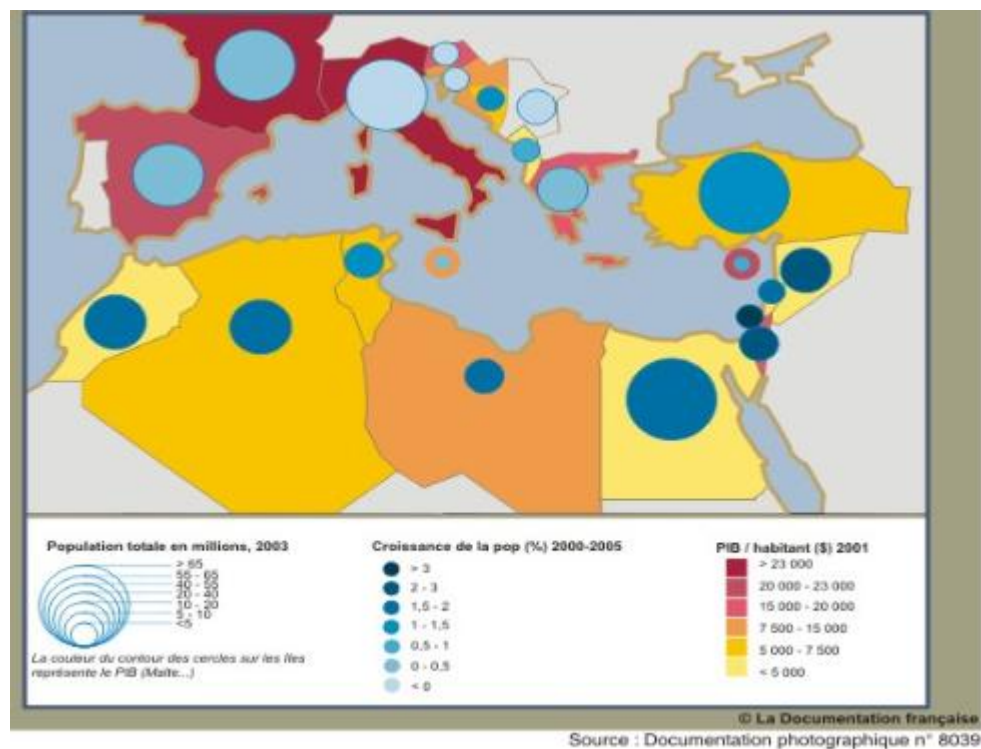


Figura 41: Crescimento da População (%) 2000-2005 e PIB per capita 2001.

Fonte: (DEMOULIN, 2011).

Commerce de marchandises et de services

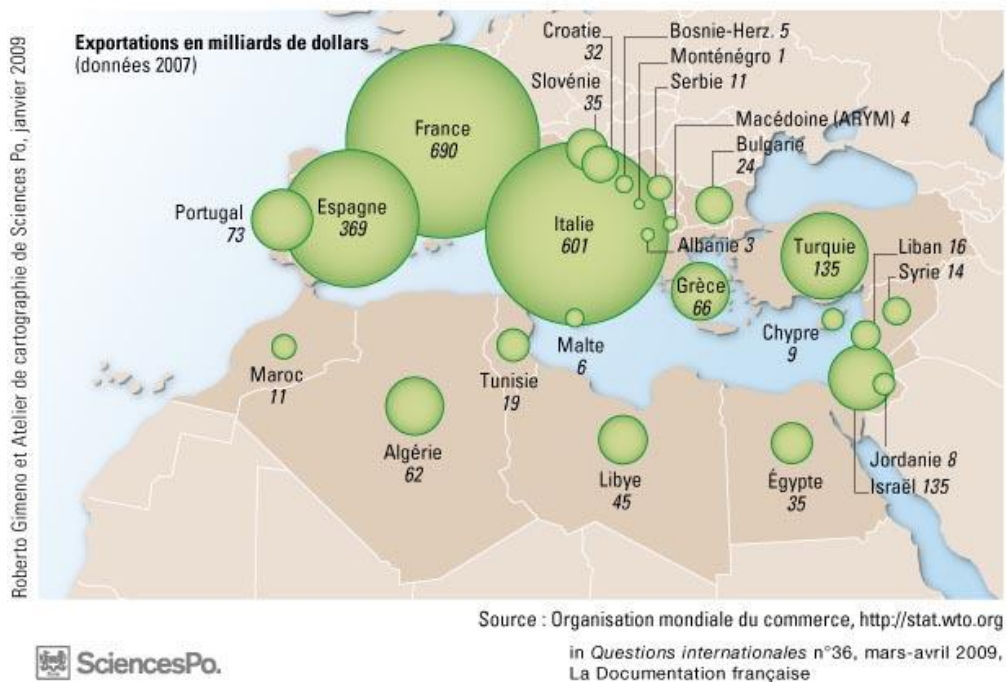


Figura 42: Comércio no Mediterrâneo.

Fonte: (SCIENCESPO.)

Investissements directs étrangers (IDE) entrants

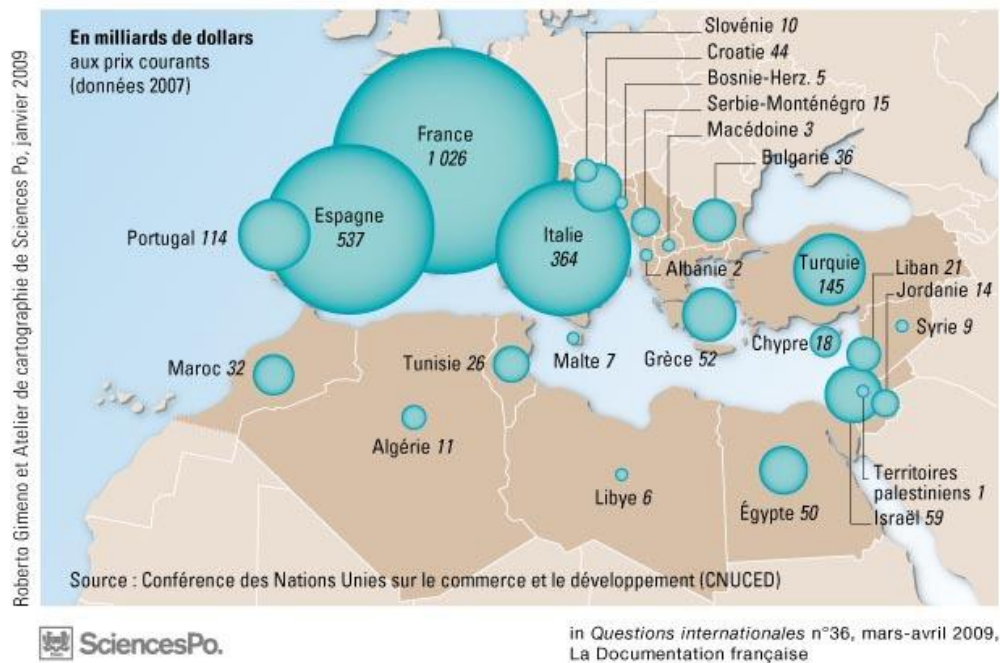
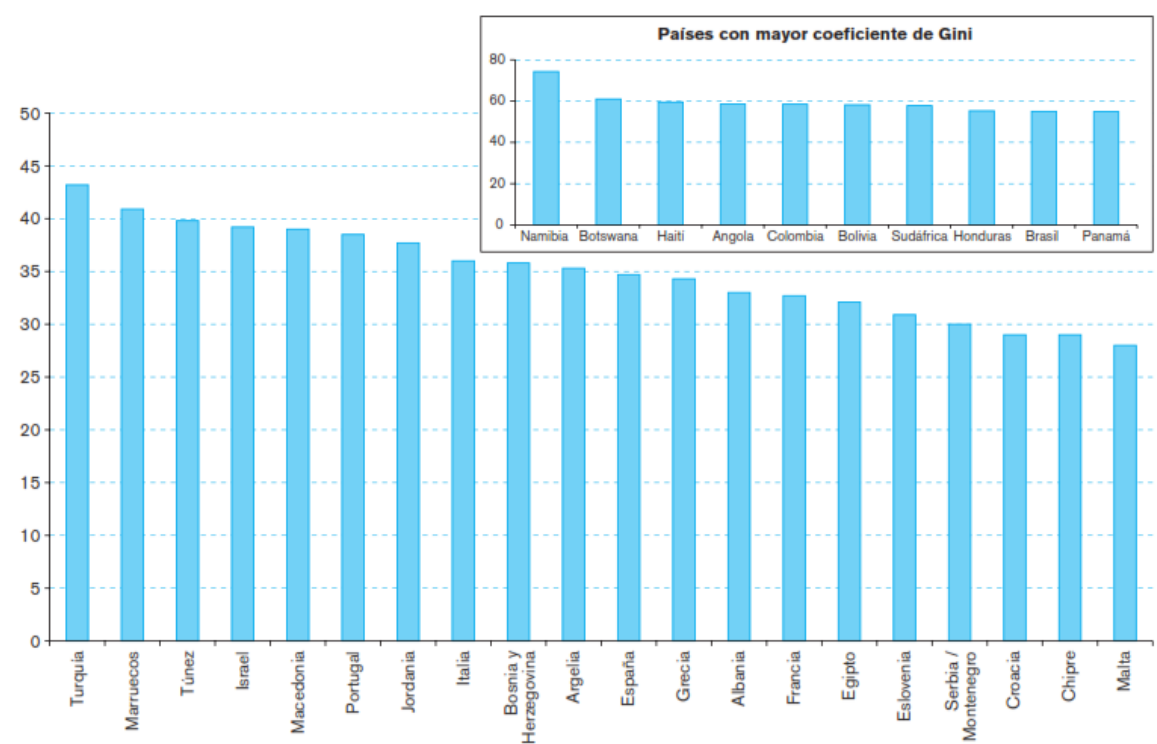


Figura 43: Investimento Direto Estrangeiro (IDE) 2007.

Fonte: (SCIENCESPO.)



Elaboración propia. Fuente: BM.
 El coeficiente de Gini mide el grado de desviación de la distribución de los ingresos de un país respecto a una distribución perfectamente equitativa. Un valor de cero representa la igualdad perfecta y un valor de cien la desigualdad total.

Figura 44: Coeficiente de Gini (2007-2008).

Fonte: (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Anexo E: Fluxos Migratórios no Mediterrâneo

Tabela 1: Saldos migratórios, em milhares (1950-2010)

Países	1950-1955	1955-1960	1960-1965	1965-1970	1970-1975	1975-1980	1980-1985	1985-1990	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2010
África do Norte	-492,7	-624,5	-1119,6	-791,21	-1097,0	-522,7	-76,01	-1465,5	-1830,7	-1861,8	-1667,5	-1019,7
Argélia	-289,2	-433,1	-638,0	-200,1	-153,8	6,2	83,3	-70,0	-50,0	-140,0	-140,0	-140,0
Egipto	-50,1	-50,1	-50,1	-239,7	-626,8	-848,4	-696,6	-651,8	-1109,2	-945,7	-370,8	-346,9
Libia	-40,4	46,0	45,9	75,3	90,7	118,7	185,6	-20,3	-20,3	-20,3	-20,3	-20,3
Marrocos	0,7	-13,0	-205,4	-217,7	-443,0	-171,6	-50,0	-250,0	-450,0	-500,0	-614,0	-675,0
Tunísia	-109,3	-172,6	-223,5	-144,5	-128,7	-16,7	-24,0	-25,2	-43,2	-55,6	-80,6	-20,0
Ásia Ocidental	338,6	233,7	14,4	-164,41	273,2	463,1	1040,6	-322,5	-114,5	-1409,5	2206,1	5723,3
Israel	262,2	167,6	208,8	72,4	165,9	62,5	2,6	65,4	456,9	245,3	102,9	273,6
Líbano	1,6	40,0	20,0	-35,0	-10,0	-286,0	-220,0	-220,0	230,0	0,0	100,0	-12,5
Chipre	-13,8	-6,6	-43,0	-7,8	3,1	-1,2	-27,6	17,2	43,2	53,3	61,8	44,2
Síria	-70,0	-15,0	-16,0	-16,0	-81,5	-161,7	-87,0	-146,5	-70,0	-130,0	548,3	-55,9
Turquia	-40,0	-183,5	-320,0	-335,0	-314,8	-368,0	-77,6	-150,0	-200,0	-150,0	-100,0	-50,0
Europa	-1998,4	-2858,0	981,5	-27,71	1981,4	1952,5	1312,2	2729,7	5856,8	4043,0	9317,5	9047,3
Grécia	-76,8	-123,9	-217,3	-187,7	-72,0	277,8	64,1	154,6	469,7	300,3	192,5	154,0
Albânia	2,3	2,9	2,5	1,5	1,0	-5,5	-4,8	22,9	-423,3	-270,2	-72,2	-47,9
Montenegro	7,3	13,8	16,5	-8,3	12,1	10,0	-16,2	17,7	11,3	-32,5	-20,6	-2,5
Bósnia e Herzegovina	-43,1	-133,5	-149,8	-138,8	-79,9	-84,8	-21,9	-24,1	-1025,0	281,8	61,8	-10,0
Croácia	-52,3	-88,1	-71,9	-72,8	-0,2	9,9	26,0	6,9	152,7	-160,0	-12,9	10,0
Eslovénia	-26,2	-23,5	-16,0	-21,8	16,8	33,8	17,3	20,8	37,7	24,2	22,5	22,0
Itália	-203,9	-559,8	-231,7	-231,8	19,4	164,9	266,4	-10,2	152,6	225,3	1853,7	1998,9
Malta	-27,3	-26,2	-26,3	-12,3	-9,8	4,1	5,9	2,3	6,2	2,2	8,6	5,0
Mónaco	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
França	231,5	810,4	1392,5	484,6	543,2	254,1	289,4	278,2	122,9	187,8	765,8	500,0
Espanha	-435,51	-459,0	-193,8	-145,91	97,0	76,9	-43,31	-67,7	319,3	796,0	2829,2	2250,0

Fonte: (RODRIGUES, 2009, RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

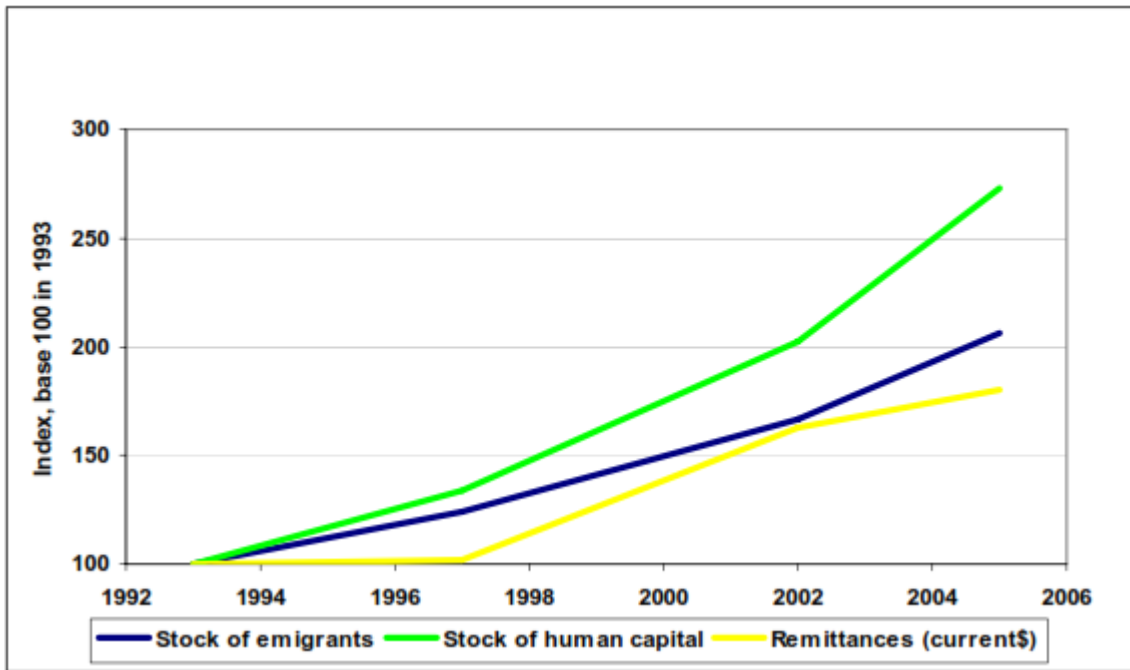
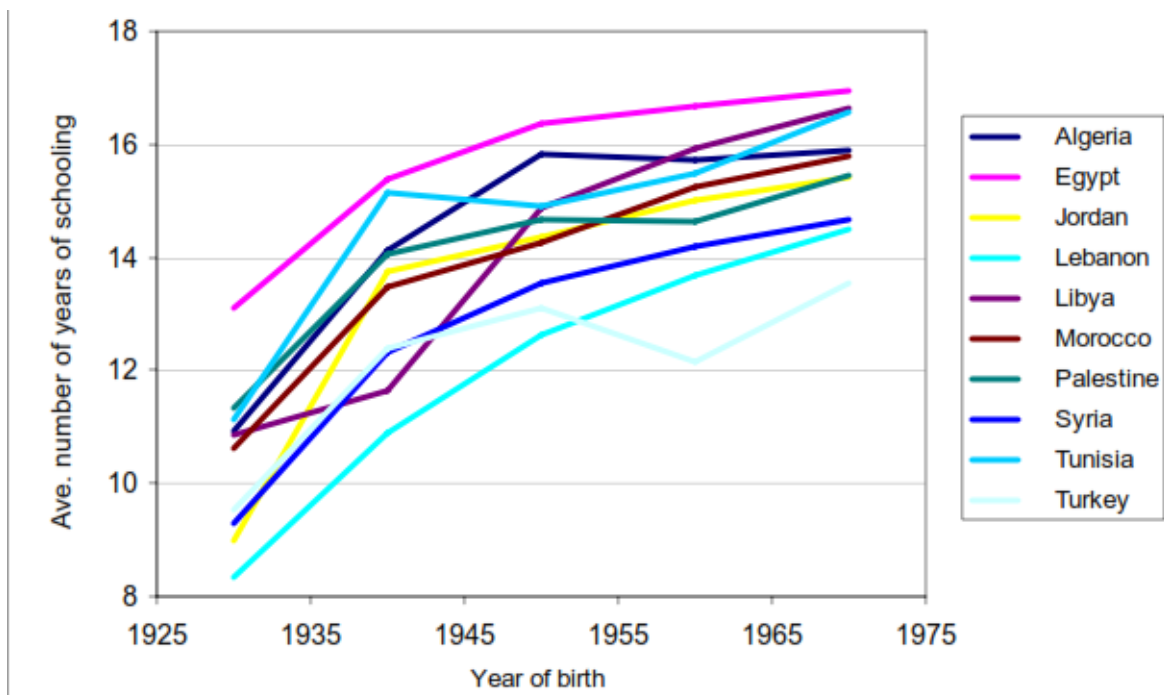


Figura 45: Remessas e capital humano de migrantes marroquinos, 1993-2005.

Fonte: (FARGUES, 2008).



Source: Author calculations using primary data from Statistics Canada. Census of 2001.

Figura 46: Nível de Educação dos Migrantes provenientes de países MENA, 2001.

Fonte: (FARGUES, 2008).

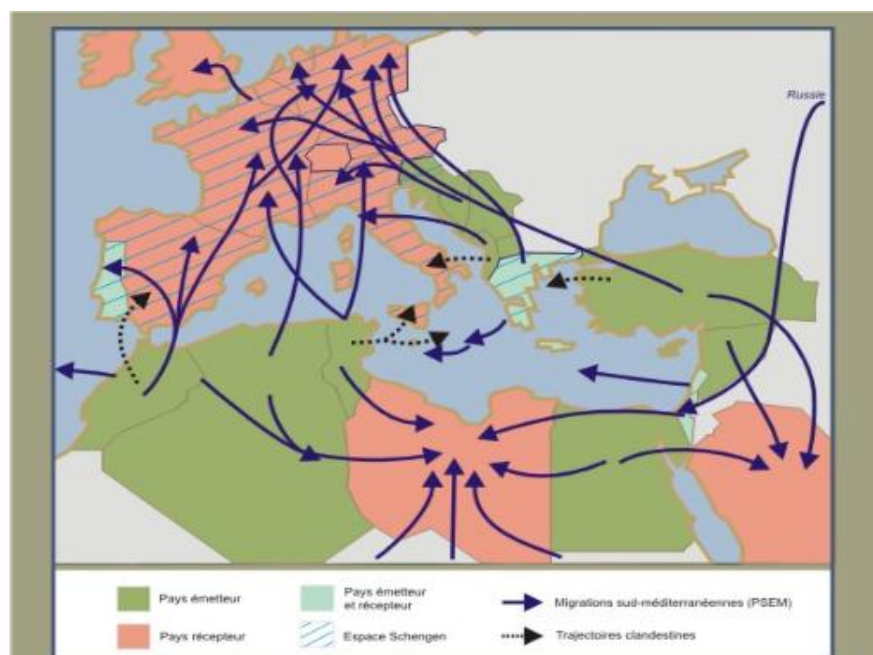


Figura 47: Fluxos Migratórios no Mediterrâneo.

Fonte: (DEMOULIN, 2011).

Tabela 2: Emigrantes egípcios por região de destino de acordo com estatísticas do Egito (ano de 2000) e países de destino (vários anos).

Egyptian emigrants by region of destination according to statistics of Egypt (year 2000) and destination countries (various years)					
Temporary migration			Permanent migration		
Region of destination	Egyptian statistics (2000)	Statistics of destination countries	Region of destination	Egyptian statistics (2000)	Statistics of destination countries
Arab countries	1,912,729		Europe	326,000	
of which Sau. Ara.	923,600		of which Italy	90,000	74,599 (2009)
Libya	332,600	124,566 (1994)	Greece	60,000	8,293 (2008)
Jordan	226,850	112,392 (undate)	Netherl.	40,000	11,137 (2009)
Kuwait	190,550		France	36,000	15,974 (1999)
UAE	95,000		Un. King.	35,000	25,000 (2009)
Iraq	65,629		Germany	25,000	11,623 (2009)
Qatar	25,000		Spain	-	3,048 (2009)
Yemen	22,000		Others	40,000	
Oman	15,000		Australia	70,000	33,370 (2001)
Lebanon	12,500		North America	428,000	
Bahrain	4,000		of which US	318,000	132,917 (2005)
			Canada	110,000	40,575 (2006)
Total temporary	1,912,729		Total temporary	824,000	
Total temporary and permanent migration			2,736,729		
Egyptian source: Central Agency for Public Mobilization and Statistics (CAPMAS)					
Sources of destination countries: National Census (Jordan, France, Australia, US, Canada); National Statistical Institute (Germany, Greece, Italy, Netherlands, Spain, UK);					

Fonte: (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010).

Tabela 3: População estrangeira residente no Egito por país de cidadania, 1996 e 2006.

Foreign resident population by country of citizenship, 1996 and 2006					
Country of citizenship	1996			2006	
	TOTAL population		EMPLOYED population	EMPLOYED population	
	Number	%	%	Number	%
Arab countries	60,867	52.7	58.1	24,712	46.1
of which Palestine	28,648	24.8	n.a.	n.a.	n.a.
Sudan	11,004	9.5	n.a.	n.a.	n.a.
European countries	28,986	25.1	21.0	19,236	35.9
of which Germany	7,024	6.1	n.a.	n.a.	n.a.
Russian Fed.	6,748	5.8	n.a.	n.a.	n.a.
American countries	5,542	4.8	6.0	2,318	4.3
of which United States	4,840	4.2	n.a.	n.a.	n.a.
Asian countries	8,514	7.4	6.0	3,753	7.0
African countries	5,052	4.4	n.a.	925	1.7
Others	6,628	5.7	n.a.	2,619	4.9
Total	115,589	100.0	100.0	53,563	100.0

Source: Population Census 1996 and 2006, Egypt

Fonte: (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010).

Tabela 4: Residentes dos 12 países Mediterrânicos na União Europeia.

	União Europeia	% de estrangeiros mediterrânicos	% de estrangeiros de terceiros países	% do total de estrangeiros na UE*
Argélia	657,84	13,2	5,2	3,6
Marrocos	1,141,136	22,8	9,0	6,2
Tunísia	286,084	5,7	2,3	1,5
Egipto	64,762	1,3	0,5	0,4
Jordânia	18,637	0,4	0,1	0,1
Libano	98,664	2,0	0,8	0,5
Síria	37,748	0,8	0,3	0,2
Israel	30,251	0,6	0,2	0,2
Palestina	192**	0,0	0,0	0,0
Chipre	11,084	0,2	0,1	0,1
Malta	11,652	0,2	0,1	0,1
Turquia	2,695,251	53,3	21,3	14,6
	5,053,301	100,0	39,3	27,3

Fonte: Euro-mediterranean Statistics, Eurostat 1999

* Incluindo nacionais de Estados membros residentes noutro país da UE

** Dados apenas de Portugal, Grécia e Espanha

Fonte:(AUBARELL e ARAGALL, 2001).

Tabela 5: Argelinos residentes no exterior por região / país de residência, 1995, 2002.

Algerians residing abroad by region/country of residence, 1995, 2002					
Region/country of residence	1995		2002		Average annual growth rate (%)
	Number	%	Number	%	
European countries	1,118,674	89.4	1,209,000	93.0	1.2
<i>of which France</i>	<i>932,275</i>	<i>74.5</i>	<i>1,105,000</i>	<i>85.0</i>	<i>2.6</i>
<i>Belgium</i>	<i>18,166</i>	<i>1.5</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
<i>United Kingdom</i>	<i>15,000</i>	<i>1.2</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
<i>Germany</i>	<i>9,018</i>	<i>0.7</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
<i>Spain</i>	<i>7,079</i>	<i>0.6</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
<i>Italy</i>	<i>5,753</i>	<i>0.5</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
Arab countries	72,887	5.8	65,000	5.0	-1.5
<i>of which Tunisia</i>	<i>30,000</i>	<i>2.4</i>	<i>39,000 (*)</i>	<i>3.0 (*)</i>	<i>-4.2 (*)</i>
<i>Morocco</i>	<i>25,000</i>	<i>2.0</i>			
Northern American countries	13,933	1.1	26,000	2.0	12.4
<i>of which Canada</i>	<i>10,080</i>	<i>0.8</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
Other countries	45,558	3.6	-	-	-
Total	1,251,052	100.0	1,300,000	100.0	0.6
(*) Tunisia and Morocco					
Source: Algerian Consulates					

Fonte: (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010).

Tabela 6: Argelinos residentes no estrangeiro por país de destino de acordo com as estatísticas dos países de destino (dados mais recentes, 2008).

Algerians residing abroad by country of destination according to destination countries' statistics (most recent data, circa 2008)		
EU-27	814.205	90,9
<i>of which France (2005)</i>	<i>679.000</i>	<i>75,8</i>
<i>Belgium (2008)</i>	<i>20.295</i>	<i>2,3</i>
<i>UK (2007)</i>	<i>10.000</i>	<i>1,1</i>
<i>Germany (2009)</i>	<i>13.148</i>	<i>1,5</i>
<i>Spain (2009)</i>	<i>56.201</i>	<i>6,3</i>
<i>Italy (2009)</i>	<i>24.387</i>	<i>2,7</i>
SEM COUNTRIES (*)	29.406	3,3
<i>of which Tunisia (2004)</i>	<i>9.612</i>	<i>1,1</i>
<i>Morocco (2005)</i>	<i>11.581</i>	<i>1,3</i>
OTHERS (*)	51.640	5,8
<i>of which Canada (2006)</i>	<i>32.255</i>	<i>3,6</i>
<i>USA (2005)</i>	<i>13.364</i>	<i>1,5</i>
Total	895.251	100,0
(*) According to data availability, "Southern and Eastern Mediterranean (SEM) countries" include Egypt, Jordan, Libya, Mauritania, Morocco, Syria, Tunisia and Turkey, while "others" comprehend Australia, Canada, Japan, New Zealand, Norway, South Africa, Switzerland and USA.		
Sources: Census and population registers.		

Fonte: (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010).

Tabela 7: Principais grupos de estrangeiros de origem mediterrânica nos países Mediterrânicos da EU.

Grécia				Francia			
	2001	2006	2007		2001	2006	2007
Egipto	0,97%	1,81%	2,15%	Egipto	0,27%	0,30%	0,31 %
Libano	0,16%	0,14%	0,16%	Líbano	0,30%	0,00%	0,02%
Marruecos	0,06%	0,07%	0,11%	Marruecos	13,27%	14,33%	14,10%
Argelia	0,03%	0,02%	0,05%	Argélia	14,11%	14,17%	14,10%
Turquia	1,03%	0,16%	0,21%	Turquia	3,10%	5,09%	3,01%
Jordania	0,08%	0,07%	0,10%	Tunez		4,66%	4,66%
Síria	0,72%	1,13%	1,23%				
Albania	57,49%	62,80%	62,97%				
Itália				Espana			
	2002	2005	2007		2002	2006	2007
Egipto	2,18%	2,46%	2,37%	Egipto	0,10%	0,07%	0,06%
Libano	0,21%	0,08%	0,12%	Líbano	0,07%	0,04%	0,03%
Marruecos	13,88%	1 2,85%	12,45%	Marruecne	5 4,48%	12,38%	11,09%
Argélia	0,93%	0,81%	0,77%	Argélia	1,04%	1,13%	0,99%
Turquia	0,33%	0,47%	0,050%	Turquia	0,03%	0,04%	0,04%
Tunez	4,39%	3,33%	3,18%	Tunez	0,04%	0,04%	0,04%
Síria	0,17%	0,13%	0,12%	Síria	0,10%	0,05%	0,03%
Israel	0,13%	0,08%	0,08%	Israel	0,02%	0,04%	0,04%
Albania	13,97%	1 4,03%	13,68%	Albania	0,02%	0,03%	0,03%
Jordania	0,16%	0,10%	0,10%				
Libia	0,10%	0,06%	0,05%				

Fonte: (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Tabela 8: Marroquinos residentes no estrangeiro por continente de residência (1993, 2007).

Moroccans residing abroad by continent of residence, years 1993, 2007 (January 1 st)					
Continent of residence	1993		2007		Average annual growth rate (%)
	Number	%	Number	%	
Europe	1,275,567	82.6	2,837,654	86.2	8.7
<i>of which France</i>	678,917	43.9	1,131,000	34.3	4.8
<i>Spain</i>	65,847	4.3	547,000	16.6	52.2
<i>Italy</i>	91,699	5.9	379,000	11.5	22.4
Arab countries	196,017	12.7	281,631	8.6	3.1
<i>of which Libya</i>	102,413	6.6	120,000	3.6	1.2
<i>Algeria</i>	54,576	3.5	80,000	2.4	3.3
Americas	70,000	4.5	161,216	4.9	9.3
<i>of which USA</i>	25,000	1.6	100,000	3	21.4
<i>Canada</i>	45,000	2.9	60,000	1.8	2.4
Others	3,452	0.2	12,098	0.4	17.9
Total	1,545,036	100	3,292,599	100	8.1

Source: Moroccan Consulates

Fonte: (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010).

Tabela 9: Tunisianos residentes no exterior por região de residência, 2001 – 2008.

Tunisians residing abroad by region of residence, 2001 - 2008					
Region of residence	2001		2008		Average annual growth rate (%)
	Number	%	Number	%	
Europe	642,541	84.1	873,900	82.6	5.1
<i>of which France</i>	470,459	61.6	578,000	54.6	3.3
<i>Italy</i>	78,581	10.3	141,900	13.4	11.5
<i>Germany</i>	44,143	5.8	82,600	7.8	12.4
Arab countries	102,725	13.4	153,200	14.5	7.0
<i>of which Libya</i>	47,751	6.3	83,600	7.9	10.7
North America	17,351	2.3	27,600	2.6	8.4
Other countries	1,363	0.2	3,100	0.3	18.2
Total	763,980	100.0	1,057,800	100.0	5.5

Source: Tunisian Consulates

Fonte: (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010).

Tabela 10: Líbia, estoques de emigração em países selecionados por país de residência, dados mais recentes.

Libyan emigration stocks in selected countries by country of residence, most recent data					
Country/area of residence	Definition (a)	Reference date (1 Jan)	Source	Number	%
European Union				43,646	70.9
of which United Kingdom	(B)	2010	Annual Population Survey	31,000	50.4
Germany	(B)	2010	Central register of foreigners	4,300	7.0
France	(A)	2005	Population Census	1,811	2.9
Italy	(B)	2010	Population Register	1,468	2.4
Sweden	(A)	2010	Population register	1,234	2.0
Others	(b)			3,833	6.2
Selected SEM countries				6,928	11.3
of which Egypt	(B)	1996	Population Census	2,128	3.5
Tunisia	(B)	2004	Population Census	1,738	2.8
Algeria	(B)	1998	Population Census	1,351	2.2
Others (c)	see note (c)			1,711	2.8
Other countries				10,947	17.8
of which United States	(A)	2010 (e)	Annual Population Survey	5,360	8.7
Canada	(A)	2006	Population Census	2,625	4.3
Australia	(A)	2008	Estimates provided by the National Bureau of Statistics	1,794	2.9
Others (d)	see note (d)			1,168	1.9
Total				61,521	100.0

(a) Immigrants are defined as "foreign-born" (A), or "non nationals" (B)

(b) The sources, reference dates and definitions used for "other" EU countries are: 1. Population Registers for Austria (2009, A), Belgium (2010, B), Bulgaria (2009, B), Cyprus (2009, A), Czech Republic (2010, A), Denmark (2010, A), Estonia (2008, B), Finland (2010, A), Latvia (2010, A), Lithuania (2008, A), Netherlands (2010, A), Poland (2010, A), Romania (2009, A), Slovenia (2010, A) and Spain (2010, A); 2. Residence permits for Greece (2006, B), Hungary (2010, B), Malta (2008, B); 3. Register/Database of foreigners were used for Portugal (2010, B) and Slovakia (2010, B); 4. A household survey for Ireland (2010, A) and the Population Census for Luxembourg (2001, B)

(c) "Others" include Jordan (Population Census, 2006, B), Morocco (*Direction Générale de la Sécurité Nationale*, 2010, B) and Turkey (Population Census, 2000, B).

(d) "Others" include New Zealand (Population Census, 2006, A), Norway (Population Register, 2009, A) and Switzerland (Population Register, 2008, B)

Fonte: (DI BARTOLOMEO e FAKHOURY, 2010).

Tabela 11: Estrangeiros dos Países Mediterrânicos na UE, por nacionalidades.

	Argélia	Marruecos	Túnez	Egipto	Síria	Jordânia	Libano	Palestina	Israel	Turquia	Total Euromed	Total extranjeros
Bélgica (2008)	8.131	79.858	3.567	1.003	1.491		1.570		1.492	39.532	136.644	971.000
Bulgária (2008)	90	56	46	102	1.945		932			3.828	6.999	24.000
República Checa (2008)	590	194	493	391	458	206	283	107	762	1.100	4.584	348.000
Dinamarca (2009)	298	2.783	449	573	810	745	1.568		615	29.020	36.861	298.000
Alemania (2007)	13.217	67.989	23.228	11.217	28.161	7.840	38.613		9.742	1.713.551	1.913.558	7.255.000
Estónia (2000)	1	1		1			1		16	6	26	229.000
Irlanda (2006)	848	354	133	743	141	203	123	115	237	766	3.663	554.000
Grecia (2006)	188	550	271	9.461	5.747	491	754	217	169	947	18.795	906.000
Espanha (2009)	52.990	627.858	2.065	5.747	491	754	217	169	947	2.707	693.945	5.262.000
Francia (2007)	682.931	685.567	225.618	14.932			25.177			266.927	1.901.152	3.674.000
Itália (2008)	24.387	403.592	100.112	74.599	3.701	2.692	3.779	424	2.385	16.225	631.896	3.433.000
Chipre (2001)	6	11	13	705	1.436	205	869	96	93	35	3.469	125.000
Letónia (2009)	8	10		23	21	8	34		318	71	493	415.000
Lituânia (2009)	8	5	8	27	10	9	52		241	205	565	43.000
Luxemburgo (2006)	224	430	213	33	4	3	46		58	292	1.303	206.000
Hungria (2006)	259	57	46	293	778	281	110	95	825	779	3.523	177.000
Malta (2005)	25	118	201	208	156	33	43	26	10	138	958	15.000
Países Baixos (2008)	782	74.869	1.200	2.562	582	220	365		1.498	93.746	175.824	688.000
Áustria (2009)	643	911	1.515	5.058	1.209	334	563		1.411	110.678	122.322	835.000
Polónia (2008)		129	281	219	232				229	1.433	2.523	58.000
Portugal (2002)	107	567	38	71	78	80	192	10	104	101	1.348	446.000
Rúmania (2006)	2	1	1	3	1.453	571	871		918	2.710	6.530	26.000
Eslovénia (2009)	8	5	17	24	5	15	4		19	58	155	69.000
Eslováquia (2006)	23	12	38	43	47	23	36	20	146	120	508	41.000
Finlândia (2006)	252	702	255	279	140	137	100	16	328	2.896	5.095	133.000
Suécia (2007)	635	1.615	1.042	837	3.104	1.025	2.349		479	10.026	21.112	524.000
Reino Unido (2004)	7.482	5.797	1.054	3.514			7.834		4.912	36.093	66.686	4.021.000
Total	794.135	1.954.041	361.904	132.668	52.200	15.875	86.485	1.295	27.954	2.333.980	5.760.537	30.776.000

Fonte: (RODRIGUES, 2009, RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

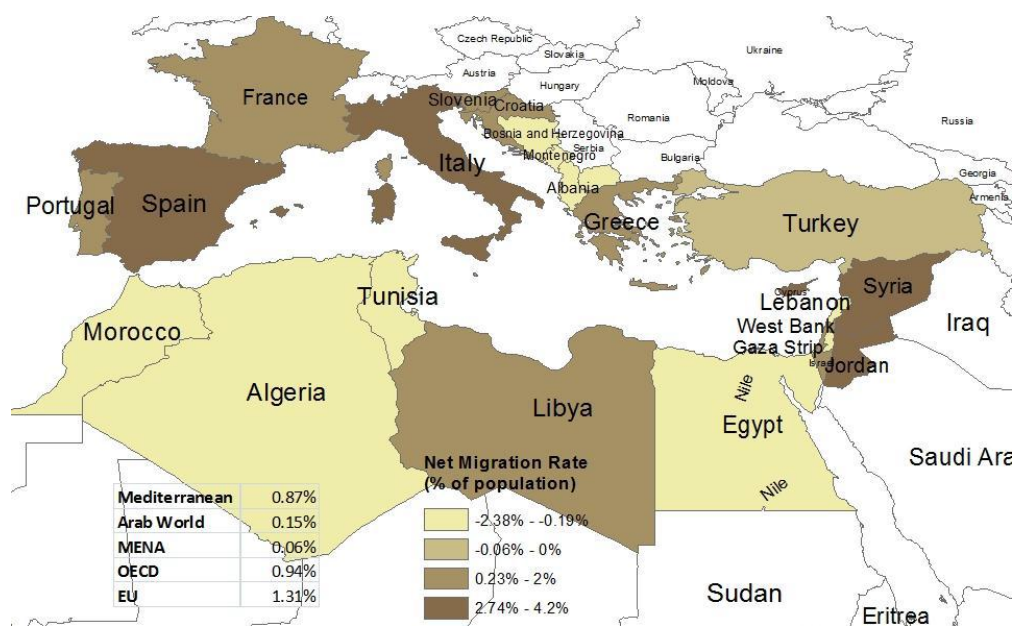


Figura 48: Taxa de migração no Mediterrâneo (2009).

Fonte: (TOSUN, 2011).

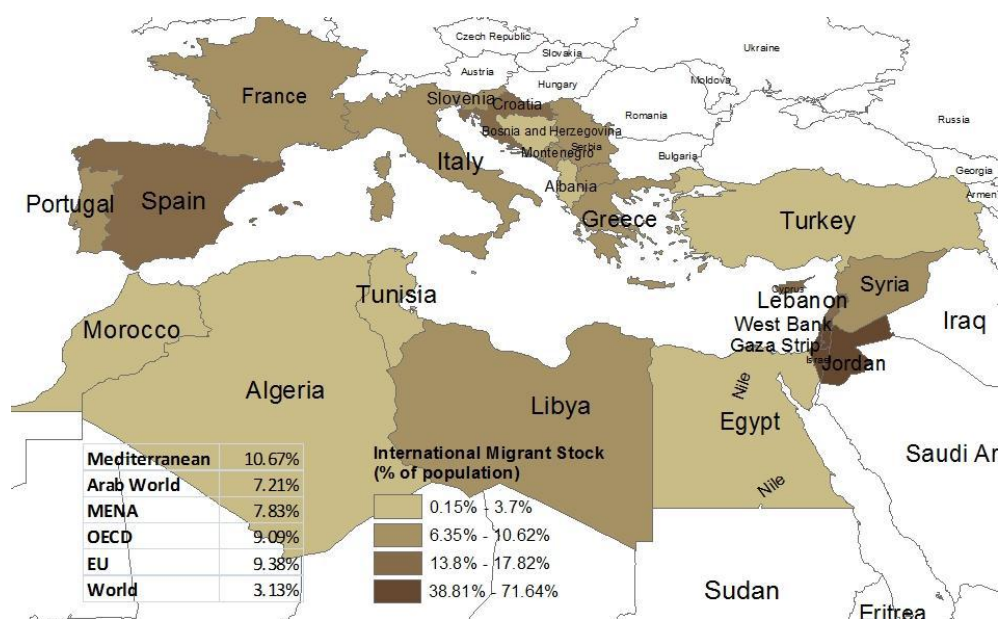


Figura 49: Migrantes Internacional no Mediterrâneo (2009).

Fonte: (TOSUN, 2011).

Tabela 12: Saldos migratórios, em milhares. Cenário médio (2010-2050).

Países	2010-2015	2015-2020	2020-20 25	2025-2030	2030-2035	2035-2040	2040-2045	2045-2050	2050-2055
África do Norte	-1008,1	-686,7	-806,9	-722,8	-706,7	-705,8	-705,6	-706,0	-608,3
Argélia	-140,0	-140,0	-90,0	-90,0	-80,0	-80,0	-80,0	-80,0	-72,0
Egipto	-215,7	-265,7	-265,7	-265,7	-265,7	-265,7	-265,7	-265,7	-270,0
Libia	-320,0	-10,2	-10,2	-10,2	-5,1	-5,1	-5,1	-5,1	-2,5
Marrocos	-494,9	-433,3	-356,1	-272,0	-270,9	-270,0	-269,8	-270,2	-250,3
Tunisia	-20,0	-20,0	-20,0	-20,0	-20,0	-20,0	-20,0	-20,0	-18,0
Ásia Ocidental	1250,2	982,4	819,1	432,1	431,3	437,6	445,7	455,3	424,3
Israel	60,0	35,0	35,0	35,0	35,0	35,0	35,0	35,0	31,5
Líbano	-12,5	-20,0	-20,0	-20,0	-20,0	-20,0	-20,0	-20,0	-18,0
Chipre	35,0	30,0	25,0	25,0	20,0	15,0	10,0	5,0	5,0
Síria	-173,3	-78,0	-49,6	-48,9	-49,0	-49,3	-49,6	-49,6	-44,6
Turquia	-25,0	-10,0	-5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Europa	5474,4	5346,0	5092,6	4770,7	4348,1	4019,1	3743,5	3512,4	2827,7
Grécia	154,0	154,0	154,0	154,0	154,0	154,0	154,0	154,0	138,6
Albânia	-50,0	-50,0	-50,0	-50,0	-50,0	-50,0	-50,0	-50,0	-45,0
Montenegro	-2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bósnia e Herzegovina	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0	-5,0	-4,5
C roácia	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	9,0
Eslovénia	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	19,8
Itália	1047,6	692,7	663,7	666,4	666,9	668,3	667,5	667,7	590,0
Malta	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Mónaco	na	na	na	na	na	na	na	na	na
França	510,3	487,5	468,5	471,3	473,4	475,3	475,6	475,6	416,4
Espanha	1016,9	984,6	942,4	718,3	715,0	712,5	708,7	706,2	356,9

Fonte: (RODRIGUES, 2009, RODRIGUES e FERREIRA, 2011)

Tabela 13: Migrações de trânsito nos países do Mediterrâneo Sul e Oriental.

Pays	Effectif estimé		Pays	Effectif estimé
Algérie	> 10.000		Turquie	> 50.000
Libye	> 10.000		Eg, Is, Jo, Le, Pa, Sy, Tn*	Non disponible
Mauritanie	± 30.000			
Maroc	> 10.000		Total SEM	< 200.000

Fonte: (FARGUES, 2009).

Tabela 14: Mortos ou desaparecidos nas rotas migratórias mediterrânicas irregulares para a Europa (2000-2008).

Year\ Route	Sicily + Sardinia	Gibraltar + Ceuta & Melilla	Canary Islands	The Aegean Sea	Total
2000	0	127	16	32	175
2001	8	157	40	102	307
2002	236	106	39	94	475
2003	413	108	130	81	732
2004	206	64	232	103	605
2005	437	146	185	98	866
2006	302	215	1,035	73	1,625
2007	621	142	745	257	1,765
2008	702	216	136	181	1,235
Total	2,925	1,281	2,558	1,021	7,785

Source : <http://fortresseurope.blogspot.com/>

Fonte: (FARGUES, 2009).

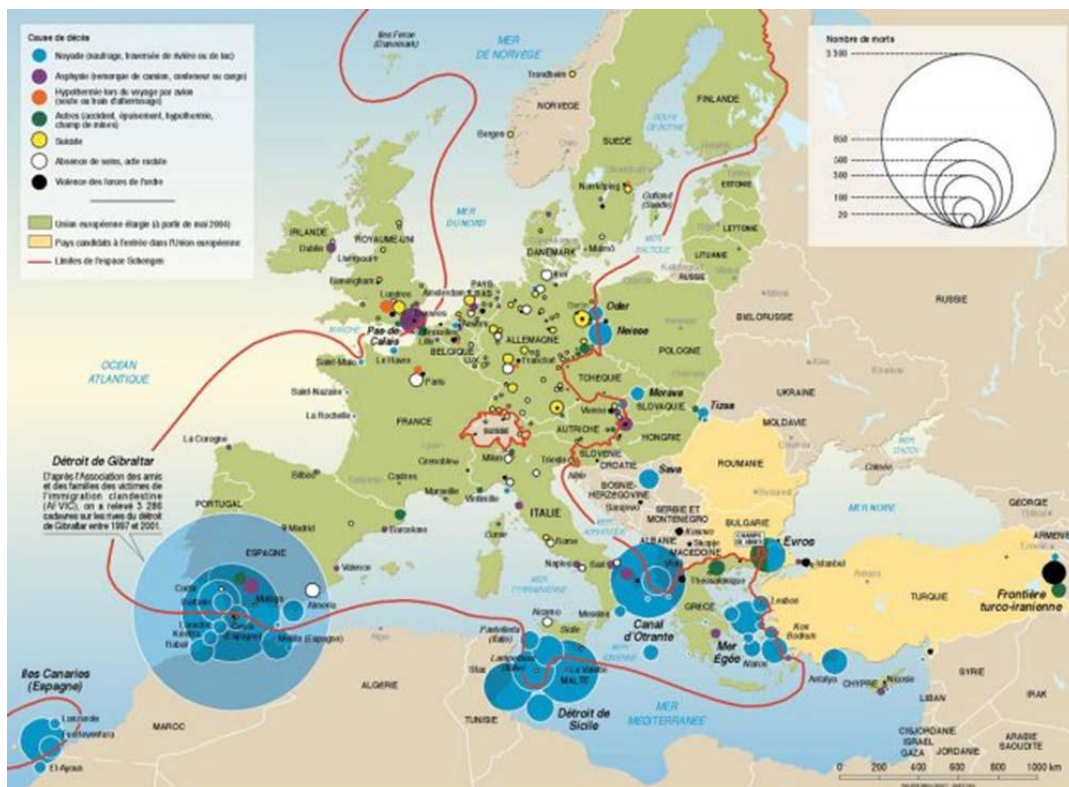


Figura 50: Mortos por milhares às portas da Europa (2006).

Fonte: (DEMOULIN, 2011).

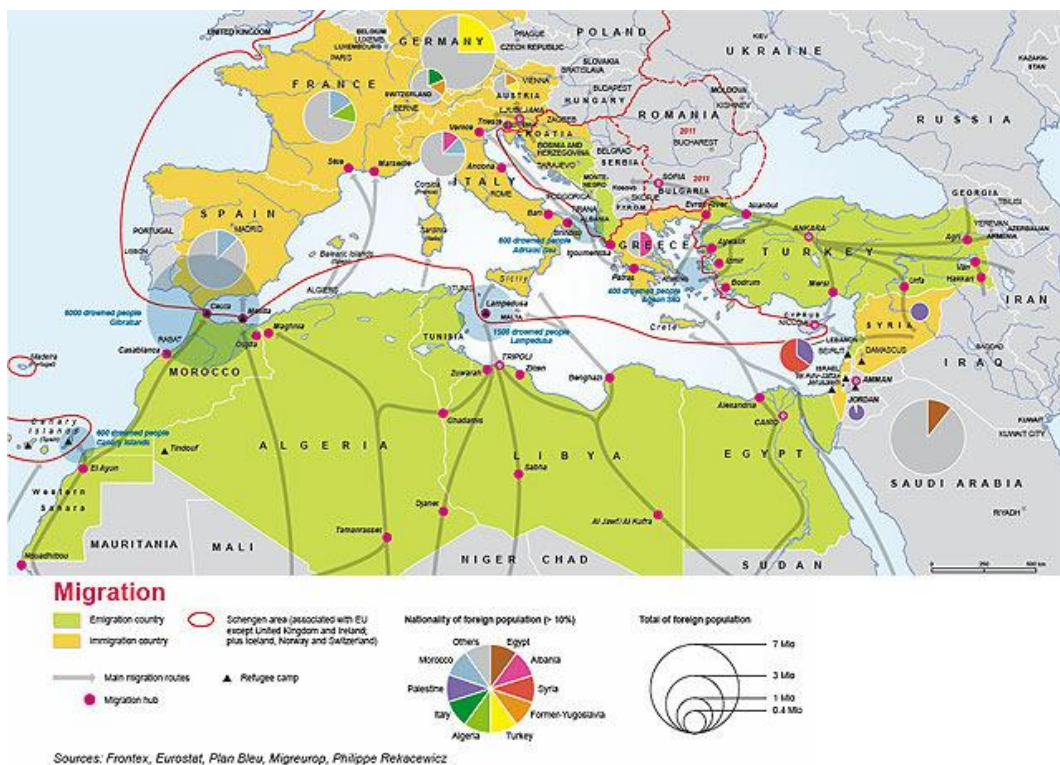


Figura 51: Estatuto migratório dos países do Mediterrâneo. Volumes, nacionalidades e choque points.

Fonte: (RODRIGUES, 2009, RODRIGUES e FERREIRA, 2011).



Figura 52: Fluxos de migração ilegal e irregular para o Mediterrâneo e a Europa.

Fonte: (RODRIGUES, 2009, RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

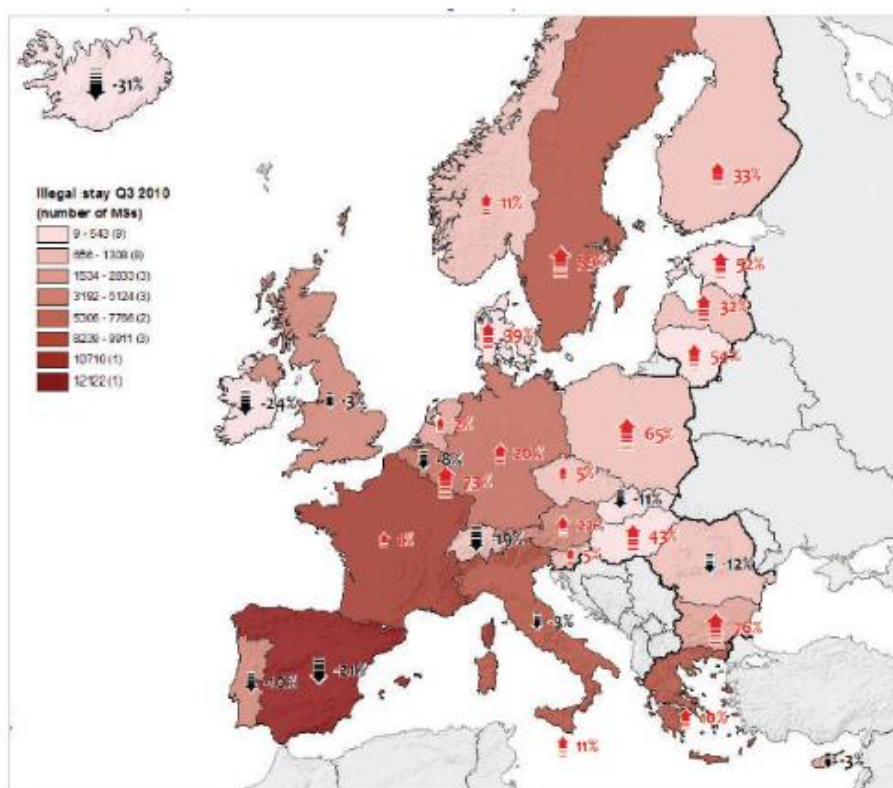


Figura 53: Imigrações ilegais, para a União Europeia e Países Schengen (2010).

Fonte: (RODRIGUES, 2009, RODRIGUES e FERREIRA, 2011)

Tabela 15: Migrantes originários do Mediterrâneo Sul e Oriental (2008).

Région de résidence / Pays d'origine	Union Européenne		Pays arabes	Reste du monde	Total (Statistiques des pays d'origine)
	Statistiques des pays d'accueil	Statistiques des pays d'origine			
Algérie	811.826	1.118.674	72.887	23.491	1.215.052
Egypte	177.674	106.398	1.928.160	381.400	2.415.958
Israël	47.750	n.d.	n.d.		n.d.
Jordanie	20.531	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Liban	145.807	157.030	123.966	325.604	606.600
Libye	28.096	n.d.	n.d.		n.d.
Mauritanie	12.314	20.000	24.000	206.000	250.000
Maroc	2.102.534	2.837.654	281.631	173.314	3.292.599
Palestine	4.195	n.d.	n.d.		n.d.
Syrie	100.137	n.d.	n.d.		n.d.
Tunisie	365.003	846.803	142.655	28.715	1.018.173
Turquie	2.525.558	3.106.958	131.494	590.926	3.829.378
Total SEM	6.341.425	8.193.517	2.704.793	1.729.450	12.627.760

n.d.: non disponible
Source : Annuaire, Tableau 1 et 2

Fonte: (FARGUES, 2009).

Anexo D: Cenários de Demografia

Tabela 16: Passado (1970-2000) e futuro (2000-2025) crescimento demográfico.

Country	Numbers (in thousands)			Mean annual growth				Growth structure
	1970	2000	2025	Numbers (thousands)		Rate (‰)		(%)
				1970-2000	2000-2025	1970-2000	2000-2025	
Spain	34 027	39 815	40 769	193	38	5,3	0,9	4,1
France	50 569	59 412	64 177	295	191	5,4	3,1	6,2
Monaco	24	34	41	0	0	11,7	7,5	0,0
Italy	53 758	57 456	53 925	123	-141	2,2	-2,5	2,6
Malta	319	389	430	2	2	6,6	4,0	0,0
Slovenia	1 670	1 965	2 029	10	3	5,4	1,3	0,2
Croatia	4 406	4 473	4 193	2	- 11	0,5	-2,6	0,0
Bosnia-Herzegovina	3 564	3 972	4 324	14	14	3,6	3,4	0,3
Serbia-Montenegro	8 691	10 856	12 217	72	54	7,4	4,7	1,5
Albania	2 184	3 114	3 820	31	28	11,9	8,2	0,7
Greece	8 716	10 558	10 393	61	- 7	6,4	-0,6	1,3
NORTHERN RIM	167 928	192 044	196 318	804	171	4,5	0,9	17
Turkey	35 666	65 627	87 303	999	867	20,5	11,5	21,1
Syria	6 277	15 936	24 003	322	323	31,5	16,5	6,8
Lebanon	2 177	3 206	4 147	34	38	13,0	10,3	0,7
Israel	2 935	5 851	7 861	97	80	23,3	11,9	2,1
Palestinian Territ.	1 134	3 150	6 072	67	117	34,6	26,6	1,4
Cyprus	615	785	900	6	5	8,2	5,5	0,1
Egypt	32 364	66 007	94 895	1 121	1 156	24,0	14,6	23,7
Libya	1 986	6 038	8 832	135	112	37,8	15,3	2,8
Tunisia	5 127	9 615	12 892	150	131	21,2	11,8	3,2
Algeria	13 623	30 332	42 329	557	480	27,0	13,4	11,8
Morocco	15 081	28 505	38 174	447	387	21,4	11,8	9,4
SOUTHERN RIM	116 985	235 052	327 408	3 936	3 694	23,5	13,3	83
ALL COUNTRIES	284 913	427 096	523 726	4 739	3 865	13,6	8,2	100

Fonte: (ATTANÉ e COURBAGE, 2004).

Tabela 17: Países do Mediterrâneo classificados pelo tamanho da população, 1970, 2000 e 2025 (em milhares).

Country	1970	Country	2000	Country	2025
Italy	30 339	Italy	32 837	Egypt	32 633
Spain	12 245	Egypt	22 929	Italy	30 291
Egypt	11 262	Spain	15 560	Turkey	19 514
Greece	7 703	Turkey	13 691	Algeria	17 669
Turkey	6 606	Algeria	12 271	Spain	16 464
Algeria	5 794	Greece	9 482	Greece	9 412
France	4 770	Tunisia	6 762	Tunisia	9 154
Tunisia	3 545	France	6 265	Libya	7 784
Israel	2 623	Libya	5 179	France	7 151
Morocco	2 331	Israel	5 045	Israel	6 585
Lebanon	1 884	Morocco	4 492	Morocco	6 372
Libya	1 694	Lebanon	2 906	Lebanon	3 766
Croatia	1 434	Syria	1 533	Syria	2 040
Albania	898	Croatia	1 529	Palestinian Territ.	1 996
Syrie	692	Albania	1 269	Albania	1 562
Cyprus	615	Palestinian Territ.	1 119	Croatia	1 480
Palestinian Territ.	442	Cyprus	785	Cyprus	900
Bosnia-Herzegovina	406	Bosnia-Herzegovina	452	Bosnia-Herzegovina	492
Serbia-Montenegro	330	Serbia-Montenegro	409	Serbia-Montenegro	445
Malta	319	Malta	389	Malta	430
Slovenia	90	Slovenia	101	Slovenia	106
Monaco	24	Monaco	34	Monaco	41

Fonte: (ATTANÉ e COURBAGE, 2004).

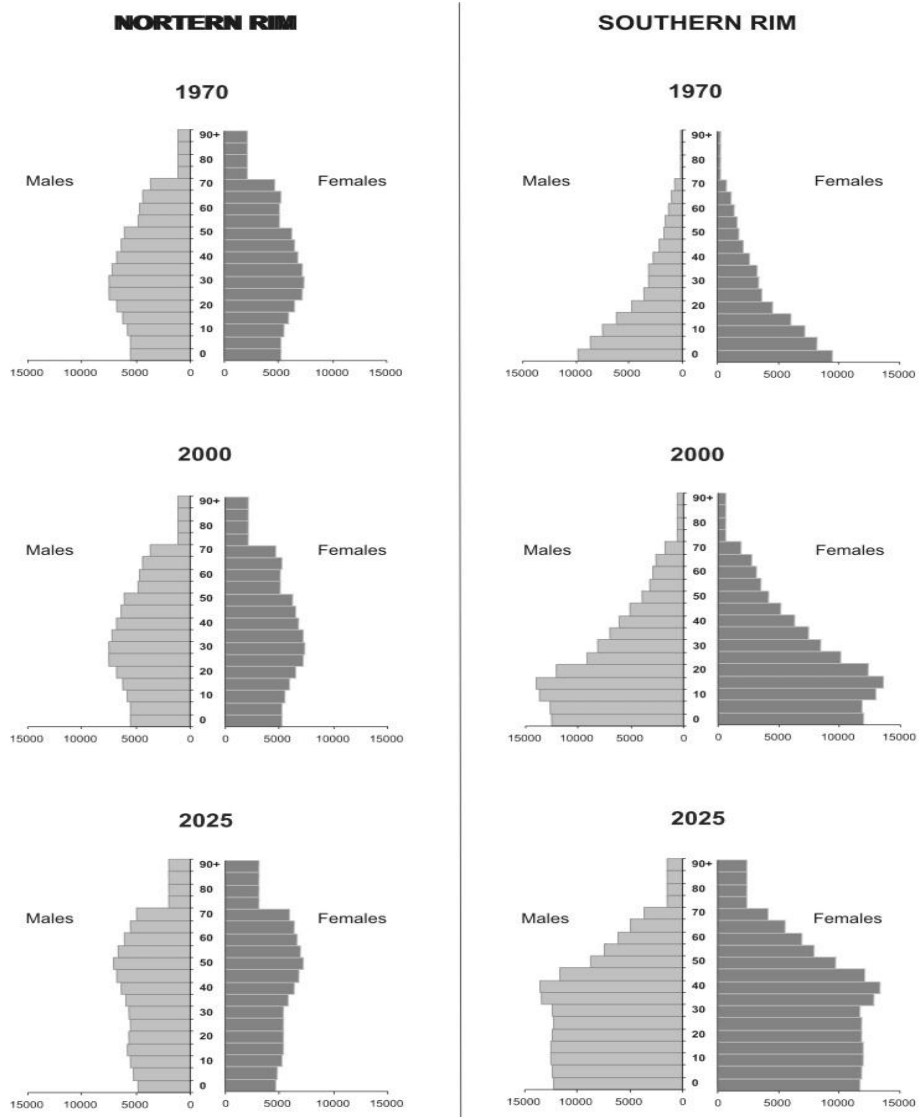


Figura 54: Estrutura etária (por grupos de 5 anos de idade) da população total (em milhares).

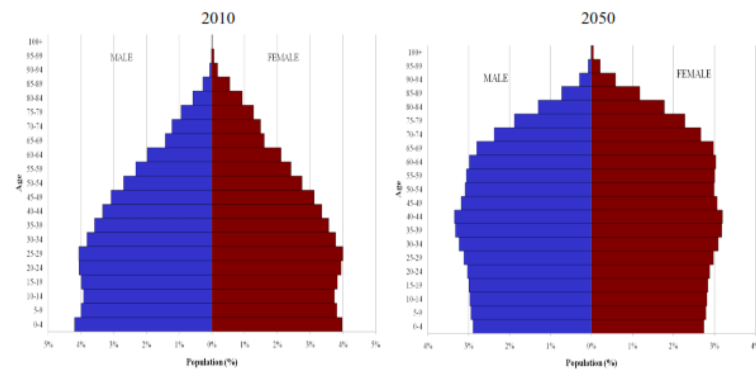
Fonte: (ATTANÉ e COURBAGE, 2004).

Tabela 18: Perspetiva Demográfica no Mediterrâneo.

	1960	2010	2050
Total Population	239 million	471 million	590 million
Population Growth	1.88%	1.01%	0.07%
Total Fertility Rate	4.67	2.10	1.83
Death Rate	12.58	7.15	10.7
Median Age	23	32.6	43.8
Population 65 and older	5.80%	10.67%	22.87%
Old Age Dependency Ratio	10%	15.90%	38.60%
Share of Urban Population	41.31%	67.55%	81.44%

Source: United Nations World Population Prospects (2010 Revision).

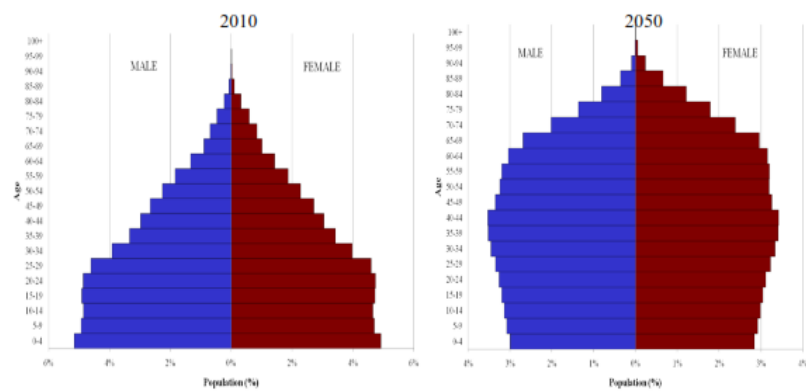
Fonte: (TOSUN, 2011)



Source: United Nations World Population Prospects (2010 Revision). Population share calculations were computed by the author.

Figura 55: Pirâmide da população da região do Mediterrâneo (2010 e 2050).

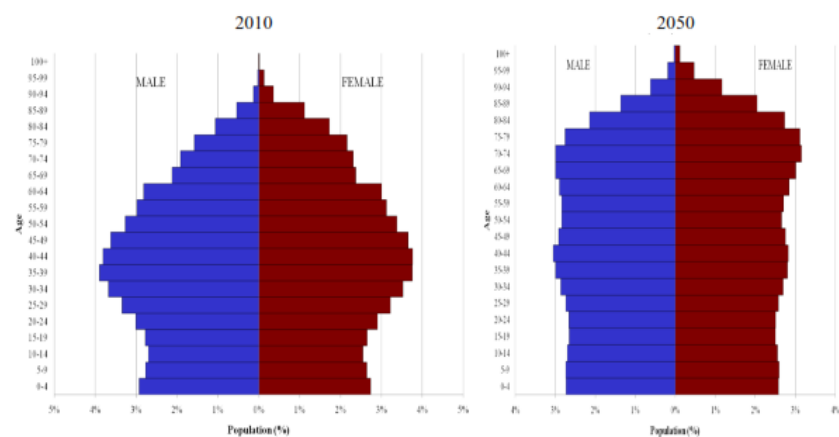
Fonte: (TOSUN, 2011).



Source: United Nations World Population Prospects (2010 Revision). Population share calculations were computed by the author.

Figura 56: Pirâmide da população do Sul do Mediterrâneo (2010 e 2050).

Fonte: (TOSUN, 2011).



Source: United Nations World Population Prospects (2010 Revision). Population share calculations were computed by the author.

Figura 57: Pirâmide da população do Norte do Mediterrâneo (2010 e 2050).

Fonte: (TOSUN, 2011).

Tabela 19: População 2010 e projetada: Volumes e variações (2010, 2050).

	2010		2050		Tx
Países	População milhares	% População da Região	População milhares	% População da Região	Variação %
África do Norte	165376	35,45	233684	40,02	41,30
Marrocos	31951	6,84	39200	6,71	22,69
Argélia	35468	7,60	49610	8,49	39,87
Tunísia	10481	2,24	12649	2,16	20,69
Líbia	6355	1,36	8773	1,50	38,05
Egito	81121	17,38	123452	21,14	52,18
Ásia Ocidental	105913	22,70	142722	24,44	34,75
Israel	7418	1,59	12029	2,06	62,16
Líbano	4228	0,90	4678	0,80	10,64
Chipre	1104	0,23	1347	0,23	22,01
Síria	20411	4,37	33051	5,66	61,93
Turquia	72752	15,59	91617	15,69	25,93
Europa	195254	41,85	207451	35,53	6,25
Grécia	11359	2,43	11647	1,99	2,54
Albânia	3204	0,68	2990	0,51	-6,68
Montenegro	631	0,13	604	0,10	-4,28
Bósnia e Herzegovina	3760	0,80	2952	0,50	-21,49
Croácia	4403	0,94	3859	0,66	-12,36
Eslovénia	2030	0,43	1994	0,34	-1,77
Itália	60551	12,97	59158	10,13	-2,30
Malta	417	0,08	415	0,07	-0,48
Mónaco	35	0,01	36	0,01	2,86
França	62787	13,45	72442	12,40	15,38
Espanha	46077	9,87	51354	8,79	11,45
Total	466543	100	583857	100	25,15

Fonte: (RODRIGUES, 2009, RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Tabela 20: Dinâmicas Atuais e Cenários Prospetivos. Crescimento anual médio (%): 1950-2050.

Países	1950-2000	2005-2010	2020-2025	2045-2050
África do Norte				
Marrocos	2,37	1,20	0,90	0,25
Argélia	2,53	1,51	1,08	0,36
Tunísia	1,99	0,98	0,74	0,09
Líbia	3,35	2,00	1,12	0,55
Egito	2,39	1,81	1,24	0,55
Ásia Ocidental				
Israel	3,20	1,70	1,08	0,54
Líbano	1,94	0,83	0,64	0,03
Chipre	0,94	1,02	0,88	0,50
Síria	3,13	3,26	1,54	0,71
Turquia	2,28	1,24	0,82	0,20
Europa				
Grécia	0,74	0,22	-0,02	-0,20
Albânia	1,87	0,37	0,34	-0,29
Montenegro	1,01	0,03	0,07	-0,19
Bósnia e Herzegovina	0,66	-0,12	-0,38	-0,92
Croácia	0,31	-0,15	-0,30	-0,46
Eslovénia	0,60	0,24	-0,03	-0,22
Itália	0,42	0,49	-0,13	-0,28
Malta	0,44	0,37	0,17	-0,19
Mónaco	0,64	0,28	0,64	0,33
França	0,69	0,53	0,26	0,00
Espanha	0,73	1,02	0,29	0,05

Fonte: (RODRIGUES, 2011).

Tabela 21: Fecundidade no Mediterrâneo (1975-2050).

Países	Fecundidade (ISF)				
	1975-80	2005-10	2045-50	Var.1975-2010	Var.2010-2050
África do Norte					
Marrocos	5,90	2,38	1,85	-59,7	-22,3
Argélia	7,18	2,38	1,85	-66,9	-22,3
Tunísia	5,69	1,86	1,85	-67,3	-0,5
Líbia	7,38	2,72	1,85	-63,1	-32,0
Egipto	5,66	2,89	1,92	-48,9	-33,6
Ásia Ocidental					
Israel	3,41	2,81	1,90	-17,6	-32,4
Líbano	4,31	1,86	1,85	-56,8	-0,5
Chipre	2,29	1,52	1,85	-33,6	21,7
Síria	7,47	3,29	1,85	-56,0	-43,8
Turquia	4,72	2,13	1,85	-54,9	-13,1
Europa					
Grécia	2,32	1,38	1,76	-40,5	27,5
Albânia	4,20	1,87	1,85	-55,5	-1,1
Montenegro	2,37	1,64	1,85	-30,8	12,8
Bósnia e Herzegovina	2,24	1,21	1,59	-46,0	31,4
Croácia	2,02	1,42	1,84	-29,7	29,6
Eslovénia	2,20	1,36	1,82	-38,2	33,8
Itália	1,94	1,38	1,74	-28,9	26,1
Malta	2,02	1,26	1,64	-37,6	30,2
França	1,86	1,89	1,85	1,6	-2,1
Espanha	2,57	1,43	1,85	-44,4	29,4

Fonte: (Rodrigues 2009).

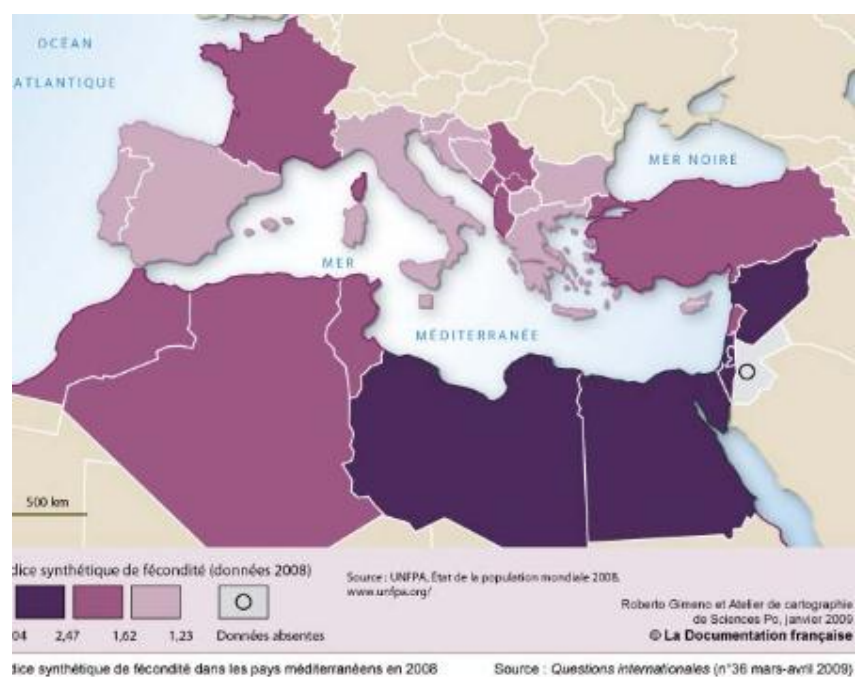


Figura 58: Índice Sintético de fecundidade no Mediterrâneo 2008.

Fonte: FNUAP.

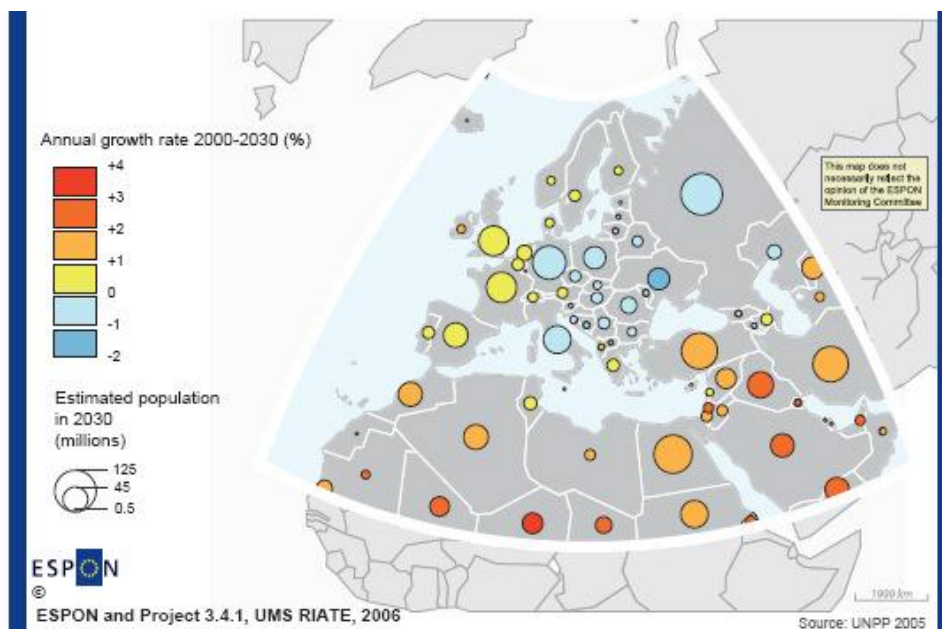
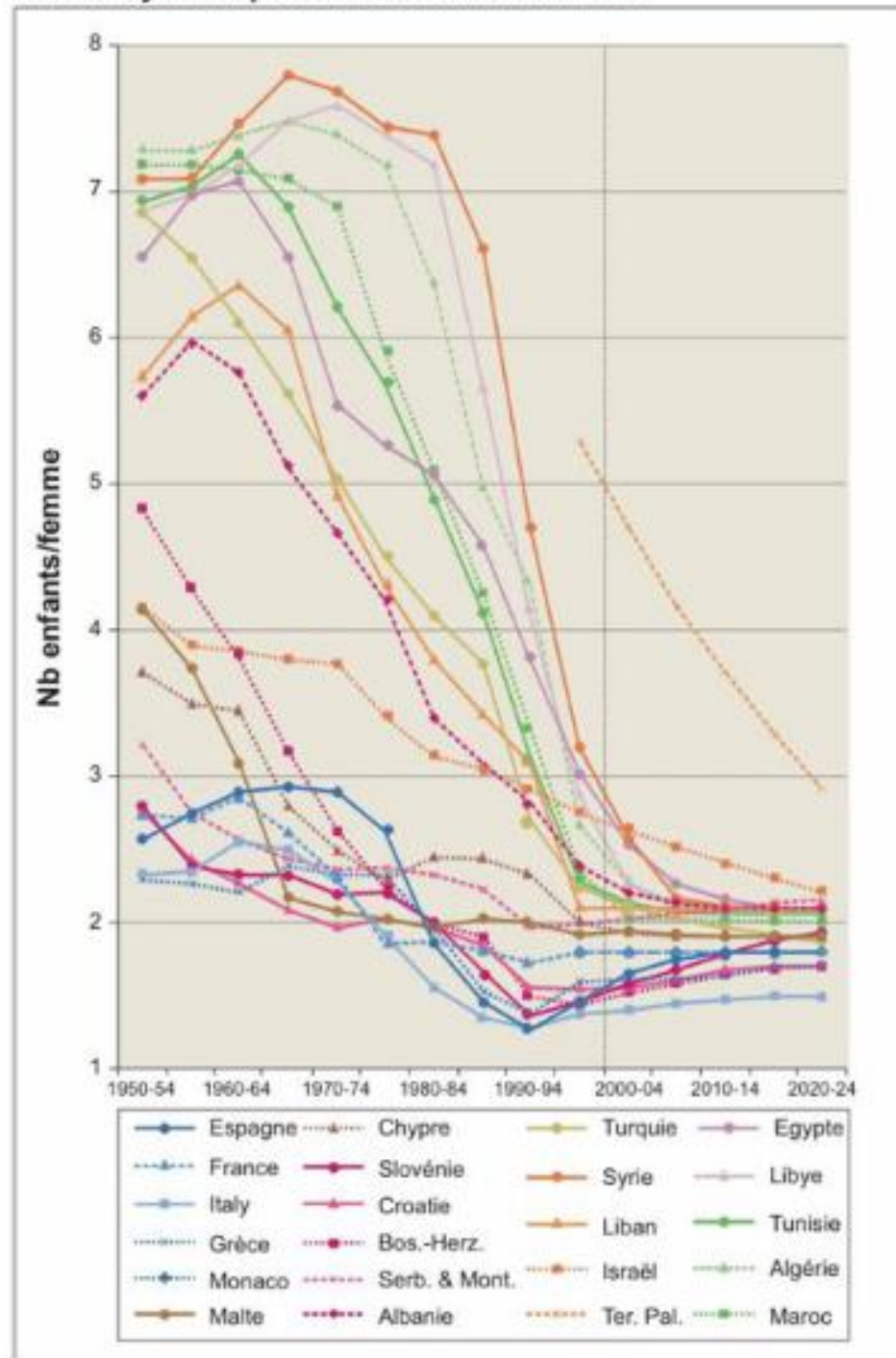


Figura 59: Crescimento Populacional da região (2000-2030).

Fonte: (RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Indices synthétiques de fécondité 1950-2025



Source : Courbage, Attané. 2001

Figura 60: Índice Sintético de fecundidade no Mediterrâneo entre (1950-2025).

Fonte: (DEMOULIN, 2011).

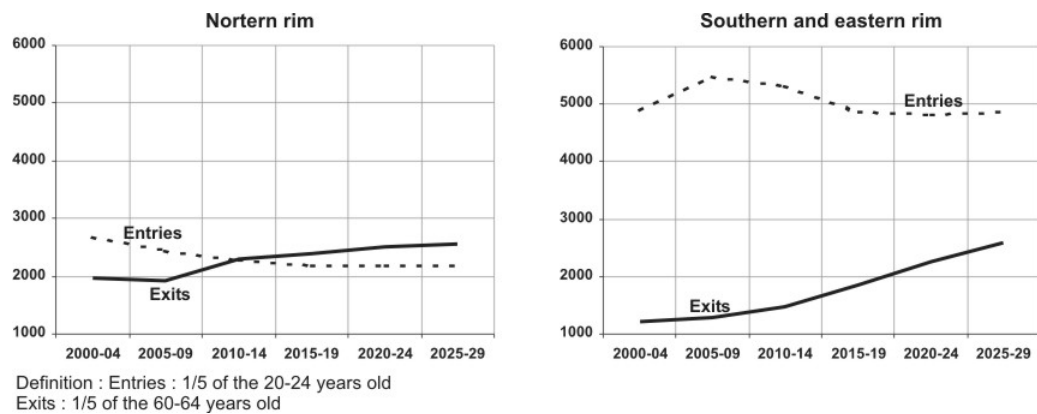


Figura 61: Entradas e saídas no mercado de trabalho 2000-2029 (em milhares).

Fonte: (ATTANÉ e COURBAGE, 2004).

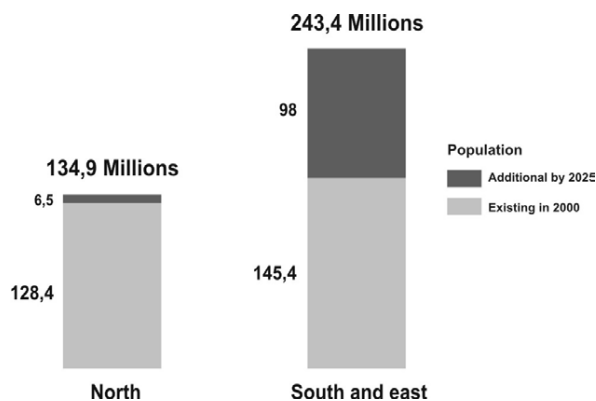


Figura 62: Crescimento da população urbana nos países do Mediterrâneo 2000-2025.

Fonte: (ATTANÉ e COURBAGE, 2004).

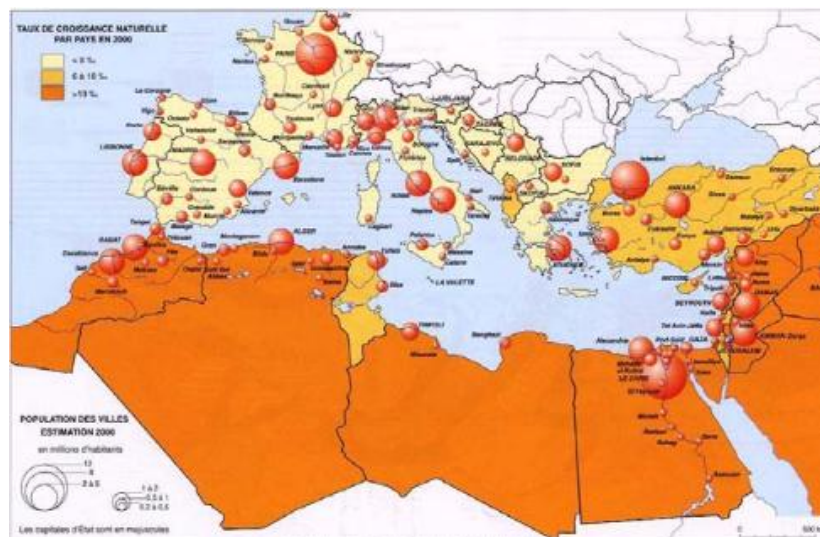


Figura 63: Demografia/ Crescimento nas cidades.

Fonte: PNUD.

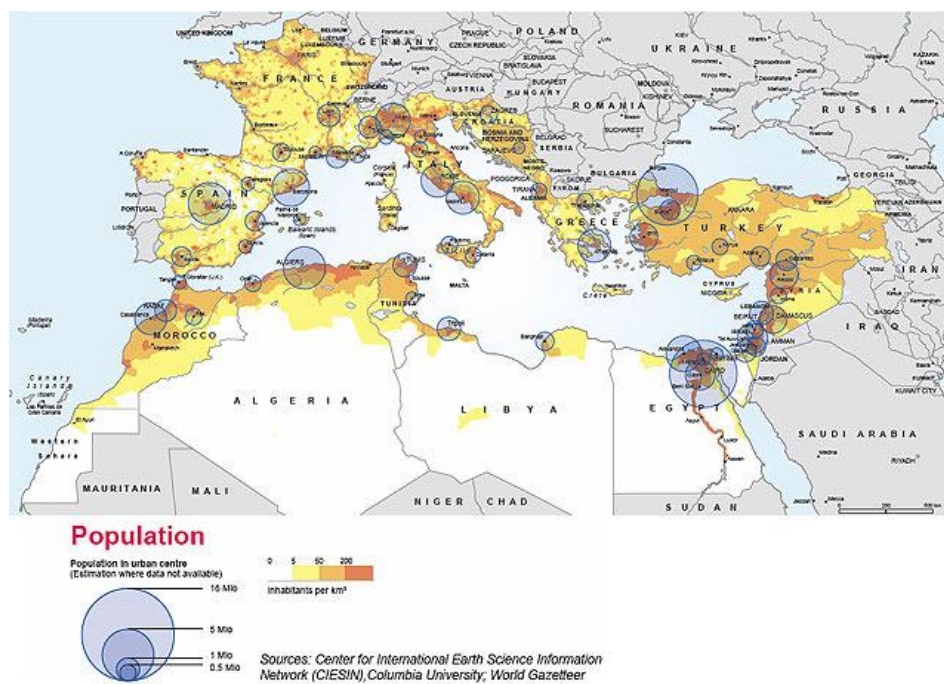


Figura 64: População residente: assimetrias de volume e distribuição.

Fonte: (RODRIGUES, 2009, RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

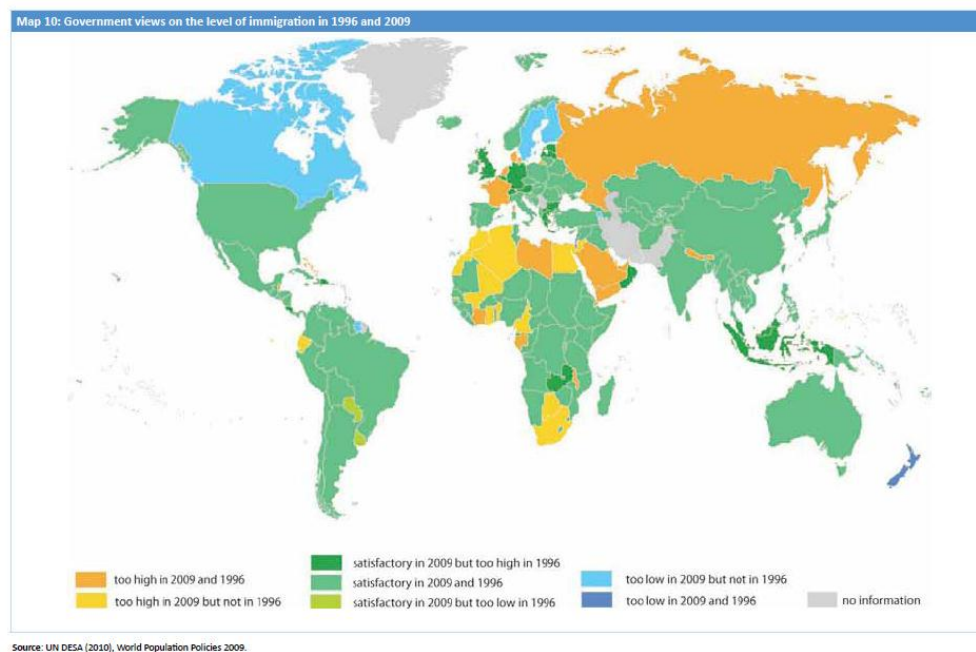


Figura 65: Perspetiva política sobre níveis internos de imigração (1996 e 2009).

Fonte: (RODRIGUES, 2009, RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

Anexo F: Parcerias no Mediterrâneo

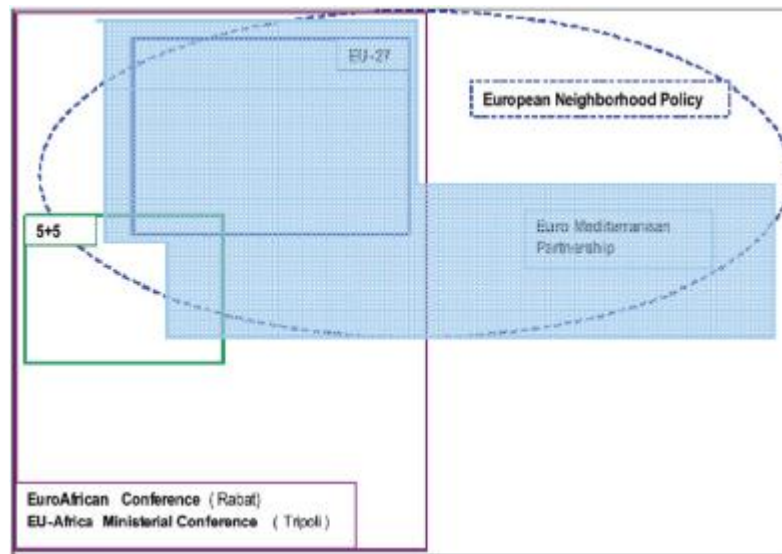


Figura 66: Relações Euro-Mediterrânicas.

Fonte: (RODRIGUES, 2009, RODRIGUES e FERREIRA, 2011).

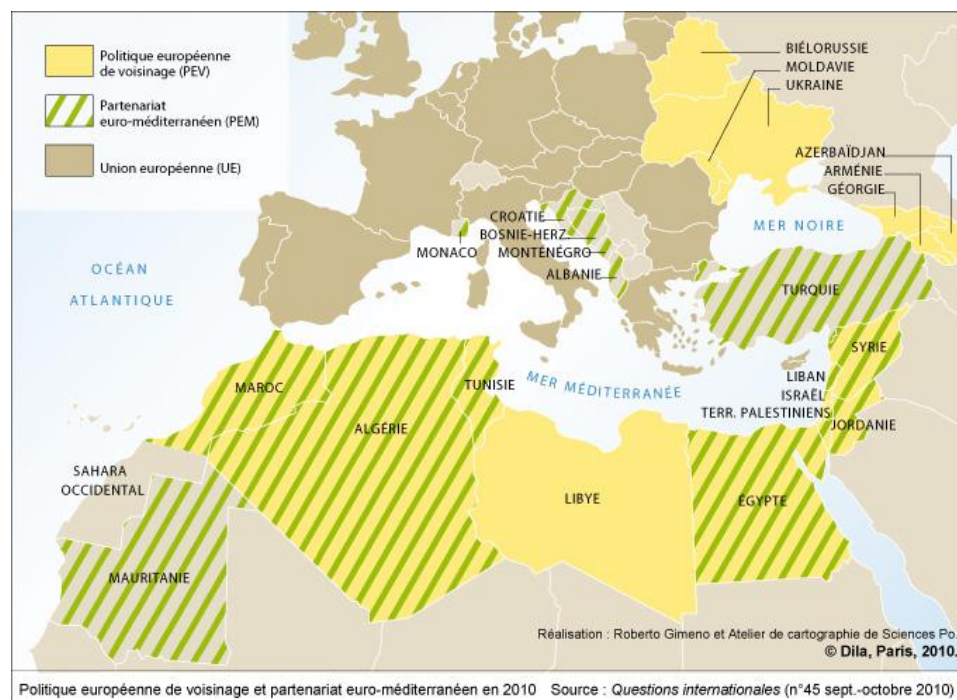
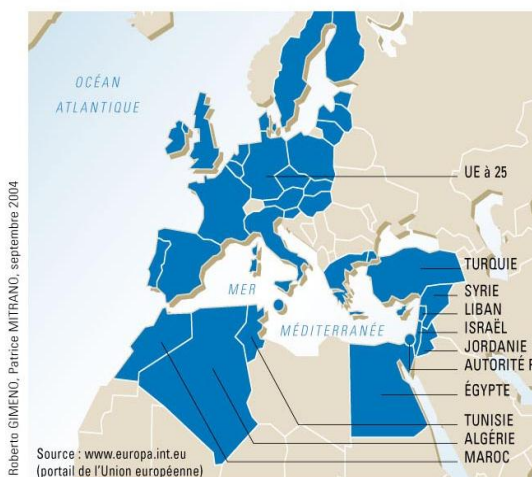


Figura 67: Política Europeia de Vizinhança e Parceria Euro-Mediterrânea 2010.

Fonte: (DEMOULIN, 2011).

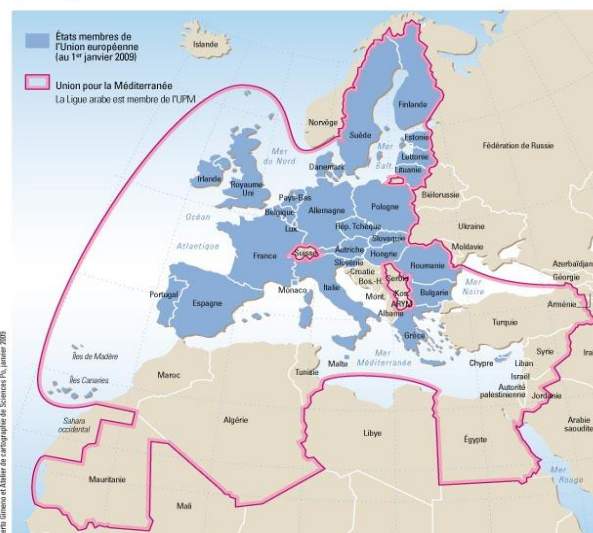
Les pays membres du partenariat euro-méditerranéen



SciencesPo.

In Questions Internationales n°10, novembre-décembre 2004
La Documentation française

L'Union pour la Méditerranée



SciencesPo.

In Questions Internationales n°36, mars-avril 2009
La Documentation française

Figura 68: Os países membros da Parceria Euro-Mediterrânica e da Parceria União para o Mediterrâneo (2008).

Fonte: (MAHIOU [et al.], 2004).

MENA Geography: A Guide

Middle East and North Africa (MENA):

Algeria, Bahrain, Egypt, Iran, Iraq, Israel, Jordan, Kuwait, Lebanon, Libya, Morocco, Oman, Palestinian territories (the West Bank and Gaza Strip), Qatar, Saudi Arabia, Sudan, Syria, Tunisia, United Arab Emirates, and Yemen.

Note: Turkey is also included in this paper as it shares a border and many demographic patterns, including migration, with MENA.

Within MENA

Maghreb (Western Arab states): Algeria, Libya, Mauritania, Morocco, and Tunisia

Machrek (Eastern Arab states): Egypt, Iraq, Jordan, Lebanon, the Palestinian territories, and Syria

Southern and Eastern Mediterranean (SEM):

Algeria, Egypt, Israel, Jordan, Lebanon, Libya, Morocco, Palestinian territories, Syria, Tunisia, and Turkey

Gulf Cooperation Council (GCC) countries:

Bahrain, Kuwait, Oman, Qatar, Saudi Arabia, and United Arab Emirates

Figura 69: Classificação das regiões.

Fonte: (FARGUES, 2008).

Anexo G: Recomendações Políticas: etapas futuras do centro de migração

Fonte: (AUBARELL e ARAGALL, 2001)

Política Externa e de Segurança:

1. No contexto da PEV, é pertinente perguntar em que medida se está perante uma oportunidade para «mediterraneizar» a agenda e o que isso significa para a política migratória.
2. A migração deveria ser vista como uma questão de política externa e deveria ser central para a estratégia de integração regional euro-mediterrânica.
3. O controlo deveria ser substituído por uma estratégia de gestão da migração.
4. A iniciativa 5+5 constitui um modelo de diálogo e cooperação regional entre o Maghreb e a Europa. É uma iniciativa notável já que representa um ponto de encontro entre as prioridades do Sul e do Norte do Mediterrâneo.
5. A segurança deve ser um conceito multidimensional onde se insere a migração. Deve por isso incluir questões como a governação, a cooperação, a segurança humana e a estabilidade económica e política, na medida em que a segurança se manifesta como um fenómeno complexo.
6. Uma boa gestão da imigração estabiliza a região. A UE e a região euro-mediterrânica podem tornar-se exemplos de como tornar a migração num jogo win-win e a gestão da imigração na chave para a estabilidade e a segurança.

Políticas a nível da EU:

1. A União Europeia deve especificar a relação a ser estabelecida com os países que fazem fronteira com a União alargada.
2. A política europeia de migrações deve focar-se na gestão de fluxos regulares não permanentes, uma imigração dinâmica que responde de forma eficaz à procura do mercado de trabalho sem produzir tensões sociais nos países recetores.
3. É necessário monitorizar o processo de revisão e aprovação da primeira diretiva comunitária sobre a regulação do reagrupamento familiar para avaliar as possibilidades de se elaborar uma legislação supranacional que seja consensual.

4. *A migração exige a reformulação do conceito de cidadania, uma vez que este separa a residência da nacionalidade. Esta questão não pode ser esquecida no desenvolvimento de uma cidadania europeia.*
5. *O controlo e a gestão cooperativa só apelarão aos países de origem se existir uma política global de imigração que aborde a situação daqueles países e as atuais tendências migratórias.*
6. *Atualmente, a política migratória da UE é controlada pelos ministros da Administração Interna: é necessário romper com o monopólio exercido pela agenda interna, atualmente muito influente, na medida em que alterou o conceito de codesenvolvimento relacionando-o com o retorno dos migrantes.*
7. *As políticas externas devem fazer referência ao controlo e readmissão daqueles que foram expulsos e tornar a migração num ativo real da política externa ao nível euro-mediterrânico.*

Imigração e desenvolvimento:

1. *Para incrementar os efeitos positivos do estímulo económico que a imigração proporciona, é necessário implementar uma política de imigração que favoreça a circulação de pessoas dentro do quadro da Parceria.*
2. *A estabilidade económica – um fator importante no alívio da propensão para emigrar – não pode ser apenas vista sob a perspetiva do mercado, como um elemento do ajustamento estrutural.*
3. *A Parceria Euro-Mediterrânica tem instrumentos para implementar a estratégia de codesenvolvimento, na qual a imigração é um fator de desenvolvimento de médio e longo prazo no quadro da integração regional, tal como ficou estabelecido no Processo de Barcelona.*
4. *A imigração não pode substituir uma força de trabalho que não existe, mas os migrantes podem beneficiar da oportunidade oferecida pelos mercados de trabalho do norte que necessitem de trabalhadores do sul (uma janela de oportunidade demográfica).*

Anexo H: Dados estatísticos atuais

Tabela 22: Dados Demográficos e Económicos.

	População total (2011)	IDH (2011)	IDHAD (2011)	IDHAD/Perda global (2011)	GINI (2007- 2008)	PIB PPP p/capita
Países/Regiões	[Milhões]			[%]		[\$]
África do Norte					-	-
Marrocos	32,3	0,582	0,409	29,7	40,9	5,1
Argélia	36	0,698	n.d	n.d	35,3	7,2
Tunísia	10,6	0,698	0,523	25,2	40	9,5
Líbia	6,4	0,76	n.d	n.d	n.d.	n.d.
Egito	82,5	0,644	0,489	24,1	34,4	6,5
Ásia Ocidental					-	-
Israel	7,6	0,888	0,779	12,3	39,2	31
Líbano	4,3	0,739	0,57	22,8	n.d.	n.d.
Chipre	1,1	0,84	0,755	10,1	29	29,1
Síria	20,8	0,632	0,503	20,4	n.d.	n.d.
Turquia	73,6	0,699	0,542	22,5	40,2	14,6
Europa					-	-
Grécia	11,4	0,861	0,756	12,2	33	27,6
Albânia	3,2	0,739	0,637	13,9	34,5	7,8
Montenegro	0,6	0,771	0,718	6,9	24,3	11,2
Bosnia- Herzegovina	3,8	0,733	0,649	11,6	36,2	8,2
Croácia	4,4	0,796	0,675	15,1	27	18,3
Eslovénia	2	0,884	0,837	5,3	28,4	29,1
Itália	60,8	0,874	0,779	10,9	32	30,5
Malta	0,4	0,832	n.d	n.d	26	25,7
Mónaco	n.d		n.d	n.d	n.d.	n.d.
França	63,1	0,884	0,804	9,1	32,7	35
Espanha	46,5	0,878	0,799	8,9	32	30,5
Portugal	10,7	0,809	0,726	10,2	38,5	23,2

Fonte: População total, IDH, IDHAD, IDHAD/Perda global (RDH, 2011). GINI (RODRIGUES, 2009). PIB PPP p/capita

fonte <https://www.cia.gov/>.